



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

JESIANE DA SILVA BARBOSA

CIDADE E GÊNERO: A PERSPECTIVA DAS CARTOGRAFIAS FEMININA
NA VISIBILIDADE DE ESPAÇOS DO MEDO

MACAPÁ

2022

JESIANE DA SILVA BARBOSA

CIDADE E GÊNERO: A PERSPECTIVA DAS CARTOGRAFIAS FEMININA
NA VISIBILIDADE DE ESPAÇOS DO MEDO

Dissertação de Mestrado como requisito de
obtenção do título de Mestra junto ao Mestrado
em Geografia-PPGEO.

Linha de Pesquisa: Sociedade e dinâmicas
territoriais – Universidade Federal do Amapá-
UNIFAP.

Orientador: Dr. Jodival Mauricio da Costa

MACAPÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

B813 Barbosa, Jesiane da Silva.

Cidade e gênero: a perspectiva das cartografias feminina na visibilidade de espaços do medo / Jesiane da Silva Barbosa. - Macapá, 2022.

1 recurso eletrônico. 134 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Geografia, Macapá, 2022.

Orientador: Jodival Mauricio da Costa.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Espaços do medo. 2. Gênero. 3. Cartografia. I. Jodival Mauricio da Costa, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 910

JESIANE DA SILVA BARBOSA

CIDADE E GÊNERO: A PERSPECTIVA DAS CARTOGRAFIAS FEMININA
NA VISIBILIDADE DE ESPAÇOS DO MEDO

Defesa de Dissertação de Mestrado como
requisito de obtenção do título de Mestra junto
ao Mestrado em Geografia-PPGEO.
Linha de Pesquisa: Sociedade e dinâmicas
territoriais – Universidade Federal do Amapá-
UNIFAP.

Orientador: Dr. Jodival Mauricio da Costa.

Data da defesa: 05/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 JODIVAL MAURICIO DA COSTA
Data: 08/02/2023 13:30:49-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

JODIVAL MAURICIO DA COSTA
Presidente – (PPGEO/UNIFAP)

Documento assinado digitalmente
 ELIANE APARECIDA CABRAL DA SILVA
Data: 28/02/2023 13:32:38-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

ELIANE APARECIDA CABRAL DA SILVA
Membro Interno – (PPGEO /UNIFAP)

Documento assinado digitalmente
 PABLO SEBASTIAN MOREIRA FERNANDEZ
Data: 10/03/2023 14:02:41-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

PABLO SEBASTIAN MOREIRA FERNANDEZ
Membro Externo – (GEOPROF/UFRN)

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, sem ele nada disso seria possível.

Aos meus pais Raimunda Paula da Silva Barbosa e Laudo Correia Barbosa, por todo suporte, dedicação, amor e paciência. Por acreditarem e sonharem os meus sonhos, me incentivando em momentos difíceis e compreendendo a minha ausência enquanto me dedicava ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu companheiro Prof. Me Arleson Noite Ribeiro, por todo apoio, estímulo, sugestões e companheirismo nessa jornada acadêmica.

Agradeço a minha filha Isabele da Silva Barbosa, que mesmo sem compreender minhas ausências sempre optava por me esperar e sempre foi a razão da minha resistência.

As minhas irmãs Eliana da Silva Barbosa, Marta da Silva Barbosa, Valdirene da Silva Barbosa e minha Sobrinha Gisele Pereira Barbosa, por todo incentivo no decorrer da minha vida acadêmica

Agradeço a turma 2019 do Curso de Mestrado em Geografia, por todo encorajamento, contribuição e apoio. Vocês são pessoas inspiradoras, cheias de amor e consideração pelo próximo.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Jodival Mauricio da Costa, por sua disponibilidade, incentivo, críticas construtivas, discussões e reflexões que foram fundamentais no desenvolvimento deste trabalho.

A Prof. Dr.^a Eliane Aparecida da Silva Cabral, que me apresentou aos estudos sobre cartografias sociais na iniciação científica, e que segue nos dias atuais sendo uma egéria em minhas pesquisas.

Ao Prof. Dr. Pablo Sebastian Moreira Fernandez, por ser umas das minhas inspirações na Geografia. Agradeço por sua importante contribuição bibliográfica para a produção deste trabalho, que foram essenciais.

Agradeço aos professores do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), por toda contribuição e dedicação.

Agradeço as colaboras da pesquisa por cada minuto dedicado a este trabalho. Obrigada pelas contribuições, confiança e dedicação.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado objetivou-se analisar os elementos sociais que engendram espaços do medo no cotidiano do gênero feminino, moradoras da cidade de Santana. Diversos elementos sociais contribuem para a produção do medo na cidade em uma perspectiva da mulher de forma material e simbólica. O objeto de pesquisa se revelou a partir da realização do grupo focal com colaboradoras moradoras na cidade de Santana-AP e, portanto, analisou-se as cartografias femininas produzidas por essas interlocutoras, como possibilidade de instrumento de representação e luta feminista pelo direito a cidade. Nesse sentido, evidenciou-se suas experiências, vivências e percepções de insegurança e medo, em socializar nos espaços públicos devido às diversas formas de violências que essas mulheres sofrem nestes espaços. Os resultados da pesquisa apontaram o machismo enquanto principal elemento de produção do medo na cidade; pois, este território se produz e reproduz seguindo princípios machistas que inferiorizam a mulher, às colocando em situação de vulnerabilidade a diversos tipos de violências nos espaços públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços do medo. Gênero. Cartografia. Machismo.

ABSTRACT

This master's thesis aimed to analyze the social elements that engender spaces of fear in the daily life of the female gender, living in the city of Santana. Several social elements contribute to the production of fear in the city in a perspective of women in a material and symbolic way. The research object was revealed from the realization of the focus group with collaborators living in the city of Santana-AP and, therefore, the female cartography produced by these interlocutors was analyzed, as a possibility of instrument of representation and feminist struggle for the right to the city. In this sense, their experiences, experiences and perceptions of insecurity and fear were evidenced, in socializing in public spaces due to the various forms of violence that these women suffer in these spaces. The results of the research pointed to machismo as the main element of fear production in the city; therefore, this territory is produced and reproduced following sexist principles that inferiorize women, putting them in a situation of vulnerability to various types of violence in public spaces.

KEY WORDS: Spaces of fear. Gender. Cartography. Machismo.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01: onde você acha que as mulheres são menos respeitadas?	19
---	----

LISTA DE IMAGENS

Mapa 01: mapa de Santana-AP – divisão por bairros	22
Imagem 01: jornais destacando mortes femininas no espaço público	25
Imagem 02: espaços públicos em Santana-AP	71
Imagem 03: espaços públicos em Santana-AP	72
Imagem 04: espaços públicos em Santana-AP	74
Imagem 05: espaços públicos em Santana-AP	76
Imagem 06: espaços públicos em Santana-AP	77
Imagem 07: reunião, on-line, do grupo focal	88
Imagem 08: produção da cartografia feminina dos espaços do medo	102
Imagem 09: produção da cartografia feminina dos espaços do medo	103
Imagem 10: produção da cartografia feminina dos espaços do medo	105
Imagem 11: produção da cartografia feminina dos espaços do medo	106
Imagem 12: produção da cartografia feminina dos espaços do medo	108
Imagem 13: produção da cartografia feminina dos espaços do medo	109
Imagem 14: produção da cartografia feminina dos espaços do medo	110
Imagem 15: produção da cartografia feminina dos espaços do medo	112
Imagem 16: produção da cartografia feminina dos espaços do medo	113
Imagem 17: produção da cartografia feminina dos espaços do medo	115
Mapa 02: foto de base cartográfica do IBGE da cidade de Santana-AP	118
Imagem 18: bairros de Santana-AP	120
Imagem 19: reportagens com comentários nas redes sociais	122
Imagem 20: espaços públicos da cidade de Santana-AP	123
Mapa 03: espaços do medo na perspectiva da mulher santanense	127

LISTA DE SIGLAS

CAMUF	Centro de Atendimento à mulher e à família
CRAM	Centro de Referência em Atendimento à mulher
DCCMS	Delegacia de Crimes Contra a mulher de Santana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PMS	Prefeitura Municipal de Santana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO 1 - O machismo enquanto elemento produtor do espaço urbano em Santana-AP	
1.1. As diversas relações espaciais do medo no espaço público.....	28
1.2. Territórios enquanto cidades do medo e a Desterritorialização da mulher na cidade do medo.....	41
1.3. O debate de gênero enquanto resistência das mulheres inseridas em cidades do medo.....	46
CAPITULO 2 - A cartografia social feminina como representação de territorialidades de violência e medo na cidade	
2.1. A inclusão do Gênero no planejamento urbano.....	61
2.2. As mulheres produtoras da cartografia do medo.....	68
2.3. Por uma nova perspectiva de cidade sem a produção do medo.....	78
CAPITULO 3 - A cartografia social como instrumento de representatividade da mulher santanense	
3.1. A cartografia do medo como instrumento de participação feminina.....	96
3.2. Leitura das cartografias femininas de Santana.....	101
3.3. A mulher representada na cartografia do medo.....	117
4.CONCLUSÕES	123
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

Este trabalho de dissertação de mestrado propôs uma análise no contexto do espaço urbano acerca das questões de gênero. Foi considerado a perspectiva da fenomenologia, enquanto método teórico, na exploração da cartografia social no âmbito do gênero feminino. A metodologia utilizada na compreensão da produção do espaço urbano foi a construção do grupo focal que possibilitou inferir questões relacionado ao medo. Tal problemática é vivenciada cotidianamente na cidade, principalmente, pelas mulheres. Dessa forma, identificou-se realidades de medo a partir do espaço vivido da Mulher devido a insegurança de estar no espaço público. Nesse sentido, o presente trabalho enseja elementos esclarecedores para denunciar tais questões, e, também, permite uma compreensão de luta pelo direito a cidade.

O espaço urbano é conceito geográfico que é resultado da relação humana com o meio. Dentro desse contexto é encontrado territorialidades que demarcam as questões de poder. A cidade do medo, por exemplo, é uma relação desigual entre os gêneros; pois, na perspectiva do gênero feminino inferimos que a forma de uso da cidade diferencia-se devido as relações patriarcais e machistas. Nesse sentido, a cidade do medo é um reflexo cultural, social e histórico de sociedade patriarcal que se materializa na subjugação do papel da mulher na produção do espaço. Tais relações de opressão, material e simbólico, configura o território do medo no contexto da mulher.

No percurso teórico consideramos a fenomenologia enquanto método de análise na investigação da cartografia social no contexto da mulher. Nesse sentido, a fenomenológica possibilita o estudo humano entre as subjetividades. A perspectiva da fenomenologia tem origem a partir dos estudos de Edmund Husserl. Segundo Carvalho; Nascimento; Soares (2012), nos indicam que, a fenomenologia, foi utilizada pela primeira vez pelo matemático, astrônomo, físico e filósofo suíço-alemão Johan Heinrich Lambert (1728 – 1777). Heidegger em suas leituras, acerca do pensamento grego, traz o conceito de *physisiv* e *aletheiav* que mostra o verbo *phainesthai* que nasce do mesmo radical de *physis*. Nesse sentido, o fenômeno é a própria experiência daquilo que aparece, que se manifesta no mundo.

A perspectiva da fenomenologia é uma corrente filosófica e método de análise que considera o fenômeno em si. Segundo Serpa (2019), Hegel foi o primeiro a utilizar o termo “fenomenologia” para situar o conhecimento que a consciência tem de si mesma através dos demais fenômenos que são observáveis. Para Husserl não há a coisa em si, fenômeno é a presença real de coisas reais diante da consciência (SERPA, 2019, p. 11). Portanto, a fenomenologia seria a descrição de todos os fenômenos das realidades materiais, naturais, ideais

e culturais. Nesse sentido, tal perspectiva propõe uma análise que considera a experiência vivida e seus diversos significados.

Dessa forma, a pesquisa perpassou pela corrente fenomenológica, seguindo uma abordagem qualitativa aos estudos da geografia humana, focando na geografia cultural e seus subcampos: geografia feminista e geografia de gênero. Com isso, buscou-se compreender, através da cartografia social produzidas pelas mulheres a produção de territórios do medo.

A cartografia social produz vozes que são desconsideradas pelas cartografias tradicionais; dessa forma, aquela propõe evidenciar as desigualdades e as diversas formas de exclusão no contexto social, no caso específico, as vivências e experiências das mulheres nos espaços públicos. Nesse sentido, a cartografia social retrata experiências de pessoas que sentem na pele as diversas formas de exclusão, opressão e que forjam as dificuldades de viver o espaço urbano público acerca do contexto da mulher. E uma das questões elucidada neste trabalho foi identificar elementos que remetem a opressão da mulher no espaço urbano público.

São vários os elementos sociais que contribuem para a produção de espaços do medo para as mulheres nos espaços públicos na cidade. Dentre esses elementos, destacamos o machismo enquanto elemento cultural, acerca da formação dos territórios hierárquicos violentos para a mulher que enseja a insegurança e o medo desta, que produz e reproduz as relações sociais de desigualdades.

Considerando os elementos supracitados o objetivo do trabalho perpassou em analisar quais as determinantes sociais que engendram o espaço do medo no cotidiano das mulheres moradoras na cidade de Santana-AP, *lócus*. Para isso, foi realizado um grupo focal, enquanto instrumento metodológico de coletas qualitativo, com 28 mulheres, de diversas idades, identidades e de diferentes bairros, que colaboraram com a pesquisa, participando dos questionários e conversas on-line para a produção das cartografias sociais. Para preservar a identidade destas, adotamos nomes fictícios.

Sendo assim, selecionamos colaboradoras que se desenvolveram em ambiente virtual, devido ao contexto pandêmico do Covid-19. Também, foi realizado um trabalho de campo junto aos respectivos órgãos: Prefeitura Municipal de Santana (PMS) e Delegacia de crimes contra a mulher de Santana (DCCMS). Tais buscas era para o levantamento de dados sobre políticas públicas de combate e prevenção a violência contra a mulher em espaços públicos urbanos.

Na DCCMS colhemos a informação da existência de diversos tipos de violência no espaço público contra a mulher, e a dificuldade em obter dados, pela falta de denúncias. Junto as colaboradoras da pesquisa constatamos que violências acontecem cotidianamente, em todos os cantos da cidade, e de

forma diferenciada atinge a todos os grupos femininos, mas, a falta de incentivo e a falta de punição para os criminosos são um grande obstáculo para que as denúncias aconteçam.

Nesse sentido, o trabalho realizado pressupõe a respectiva problemática de pesquisa: **o que o espaço urbano público em Santana-AP produz para o grupo feminino, mulheres moradoras desta cidade? Quais elementos agregam na produção deste espaço? É um espaço de medo para as mulheres?**

O trabalho justificou-se pelas relevâncias pessoal, acadêmica e social. A questão da relevância pessoal, abrangeu-se a própria vida material de mulher, moradora na cidade de Santana-AP e pesquisadora. Pois ser moradora desta cidade é conviver com a certeza de que o medo é real que constrói um sentimento de insegurança contínuo. A relevância acadêmica perpassa na importância de contribuir com o debate científico no pensamento geográfico, pois a pesquisa científica possibilita a continuidade de novos estudos para com os problemas sociais. A questão da relevância social refere-se na possibilidade de contribuir, teoricamente, para com a luta da mulher pelo direito a cidade.

A cartografia social feminina possibilitou descrever os pontos mais violentos da cidade de Santana-AP. Nesse sentido, infere-se que os fenômenos de violência e de medo acontecem sim no contexto da mulher, pois ao mapear as diversas experiências de desigualdades no cotidiano dentro do espaço público, identificou-se os territórios do medo que são temidos pelas mulheres. O grupo focal consiste na conversa entre os participantes e o pesquisador com objetivo de coletar dados qualitativos acerca da realização do diálogo com temas específicos.

Os territórios do medo são compostos por vários elementos, dentre eles, materiais e simbólicos, destacamos os planejamentos urbanos que não atendem as necessidades dos diversos grupos da mulher, somados com a naturalização de violências contra a mulher na sociedade machista. Destarte territórios de opressão, limitação, exclusão, violência e medo são produzidos para mulheres.

Assim a cidade do medo é a forma organizacional da cidade, a materialidade, o concreto, e mais as questões simbólicas, os valores, as percepções, os sentimentos. O patriarcado é um sistema social, que se insere em todas as esferas do espaço, público e privado, ele que se perpetua pregando misoginia e o machismo, que aparecem na cidade de diversas formas.

O trabalho chama atenção para as desigualdades de gênero no espaço urbano público. A mulher ao tentar experienciar um território urbano acaba construindo sentimentos tofóbicos. Portanto, a cidade é um espaço social, produzido pela sociedade, que produz e reproduz relações de opressão, exclusão e preconceitos que inferiorizam e naturalizam a

violência e o medo da mulher. Nesses espaços de opressão a mulher busca meios para sobreviver e ter autonomia na cidade. Dentre estes, a cartografia social como uma possibilidade de instrumento de luta da mulher pelo direito à cidade; posto que a cartografia social pode mostrar realidades de vivências cotidianas que são invisibilizadas por mapas convencionais. Entender as relações e desigualdades de gênero na cidade é fundamental para compreender o processo de produção e exclusão da mulher no espaço urbano. As cartografias sociais desenvolvidas por mulheres dão visibilidade a produção desigual do espaço.

Outros elementos que contribuem para opressão da mulher no espaço urbano público é a falta de liberdade e autonomia no espaço público devido, também, a ausências de políticas públicas que geram segurança de ir e vir para a mulher. São diversas as variáveis que forjam um espaço público enquanto produto de relações machista, sexista, misóginas, homofóbicas e racistas e que refletem em espaços de violência contra diversos grupos subalternos, no caso estudado, ao contexto da multiplicidade do grupo feminino.

A cartografia social é um instrumento de inclusão, no caso específico, do gênero feminino no espaço de representação, visibilidade e resistência. Buscamos chamar a atenção para mulheres vítimas do machismo cotidianamente, que não é apenas uma forma de opressão, mas uma forma que mata, devagar ou fugazmente a vítima, que se configura no espaço em sua produção, apropriação e reprodução; produzindo territórios inseguros por naturalizarem violências e culpabilizarem as vítimas.

O machismo se manifesta através das relações sociais desiguais de poder e tomam formas, reproduzindo atitudes, pensamentos e comportamentos que inferiorizam e marginalizam o gênero feminino. Com isso, inserindo mulheres em situações de vulnerabilidade, onde acabam sendo vítimas de crimes violentos que lhe ferem o corpo e o psicológico, transformando o espaço público em sinônimo de insegurança e medo.

O machismo coloca a mulher em perigo cotidianamente, pois, são inúmeros os casos de violência no espaço urbano público e em alguns casos, a vítima não se reconhece enquanto vítima por não saber identificar violências. Isso acontece porque a mulher geralmente é criada de baixo de uma cultura machista e patriarcal que a leva a ter dificuldade de reconhecer certos tipos de agressividades como violência.

Uma cartografia com o objetivo de reproduzir a forma de apropriação da cidade é uma cartografia que dar voz e ouve experiências reais de vivências de mulheres que precisam enfrentar cotidianamente os desafios e as opressões da cidade que vivenciam abusos, importunações e violências no espaço público, também, a falta de infraestrutura que não acompanham as condições específicas da mulher.

Dar visibilidade aos grupos oprimidos socialmente é importante porque estes, também, são produtores e reprodutores do substrato espacial. Dessa forma, enfrentando realidades opressora de séculos que, mesmo em diferentes culturas, interferem na produção de cidades seguras às mulheres, pois, sem esse enfrentamento torna-se grandes perigos para esta, interferindo no cotidiano urbano de mulheres, através da opressão, violência, medo e julgamento social.

Portanto, neste trabalho foi construído três capítulos com os respectivos títulos: O machismo enquanto elemento produtor do espaço urbano em Santana-AP; A cartografia social feminina como representação de territorialidades de violência e medo na cidade; A cartografia social como instrumento de representatividade da mulher santanense. No primeiro capítulo foi discutido a produção de territórios do medo para o gênero feminino, esses que são produzidos de forma material e simbólica, influenciados pela cultura machista que aliada ao sistema patriarcal inferiorizam mulheres na sociedade, as colocando em situações de vulnerabilidade e naturalizando opressões cotidianamente.

No segunda capítulo desenvolveu-se a perspectiva da cartografia social como instrumento de representação das territorialidades feminina, assim evidenciou a produção de espacialidades que produzem e reproduzem o medo da violência. Assim, trazendo ao debate a inclusão do gênero feminino na produção de cidades. No terceiro capítulo produziu-se a discussão da cartografia social como instrumento de representatividade da mulher Santanense, dessa forma, situamos as cartografias produzidas pelas colaboradoras da pesquisa como instrumento de participação feminina que deram visibilidade as vivencias de opressão do grupo.

CAPITULO 1

O MACHISMO ENQUANTO ELEMENTO PRODUTOR DO ESPAÇO URBANO EM SANTANA-AP

A cidade é um produto da ação humana a partir das relações socio-espaciais. Também, é representação social, histórico e cultural da sociedade que produz e reproduz este espaço, ou seja, a cidade é um espelho e, ao observarmos, percebe-se suas características e formas de uso e de apropriação. Dessa forma, a cidade é um espaço de afeto, confronto, disputas de poder, resistência, movimento, pausa, a materialidade das relações histórico-culturais, símbolo, sentimentos, transformações e percepções.

O espaço é uma das principais categorias de análise da geografia. Nesse trabalho, entendemos que para se compreender a produção do espaço é preciso realizar recortes espaciais para conhecer realidades. Compreender as discrepantes formas de apropriação, relação e produção do espaço, são necessárias para o entendimento das diversas espacialidades. Dentre os estudos, acerca da produção do espaço, salientamos a produção do espaço urbano do medo na perspectiva do gênero feminino.

A cidade é um espaço social apropriado, construído e reproduzido através da sociedade que a constituem como morada. Para Souza (2020), o espaço social é a interação entre o espaço e a sociedade, natureza e sociedade, assim, a sociedade que produz e transforma a cidade de acordo com a forma de apropriação da cidade.

A cidade é um espaço social, apropriada e transformada pelo ser humano, individualmente ou coletivamente. Inferimos que o espaço social compreende o espaço construído e reproduzido pela sociedade, a abiótica sendo apropriada e compreendida pelo ser humano em detrimento da própria vida humana, de ser produzir e reproduzir. Em outras palavras o espaço social é a dialética da oposição e da união entre natureza e sociedade (SOUZA, 2020, p. 51).

Assim, a cidade é produto cultural, histórico e social. Considerando os estudos do autor, inferimos que o pilar de algumas produções sociais são convicções machistas que concebem distintas formas de apropriação do espaço pelo gênero feminino, ocasionando segregações e restrições na urbe. Os parâmetros do patriarcado, concomitante ao machismo, aprisionam mulheres, espacialmente restringidas, produzindo preconceitos contra a mulher, situando-a em condições de inseguranças e medo das violências machistas.

O espaço é construído pelas práticas espaciais cotidianas e, a partir dessas práticas, reproduz as formas e marcas de apropriação. Dentre estas, evidenciamos o machismo que é uma construção cultural enraizada na sociedade e responsável pela exclusão, medo e violência no espaço público e privado, pois, designa e restringi mulheres, prejudicando questões como direitos, oportunidades, acessos, usos e pertencimento.

A influência da cultura machista modifica as interações sociais e, com isso, ocasiona modos diferenciados de usos dos espaços entre o gênero feminino e o gênero masculino. Assim, seguindo a concepção de que um grupo que é superior a outro, motivado pela produção e reprodução do pensamento de que o masculino é “superior”, “[...] elevado na condição sexual, social, política entre outras, e, essas representações, fazem com que o feminino seja considerado fraco e a ser protegido pelo masculino, o que monta uma relação de poder” (OLIVEIRA, 2020, p. 8).

As colaboradoras deste trabalho são mulheres de diferentes identidades e perspectivas. A maioria não se conhece e não socializam dos mesmos recortes espaciais na cidade. Ainda assim todas as interlocutoras da pesquisa partilhavam do mesmo entendimento de que a cidade e seus espaços públicos são territórios perigosos para a mulher, a violência é natural se o gênero feminino está exposto nesses espaços comuns.

A produção da cidade está continuamente em transformação, sendo alterada por ações do tempo, modos de existência, paisagem, valores, crenças, sentimentos e percepções, decorrendo em progressivos movimentos. Assim, a cidade é a materialidade que, também, é simbólica, reproduzindo, nesses espaços, períodos históricos e culturais que se revelam cotidianamente. Contudo, existem diversas percepções sobre a produção das cidades que consideram e desconsideram elementos sociais para a sua produção, como nos estudos de Ana Fani.

Segundo Carlos (2007), a cidade é trabalho materializado, enquanto produto social, e se apresenta em formas de ocupação, como produzir, consumir, habitar e viver; ou seja, o uso da cidade está ligado ao sistema econômico capitalista enquanto modo de existência, que se torna responsável pelas desigualdades na cidade, uma vez que o espaço urbano é o espaço de concentração e circulação do capital.

Para a Geógrafa os modos de vida da sociedade urbana são produtos das relações capitalistas no espaço. Assim, a cidade é produzida pelo trabalho materializado entre relações que podem ser “construídas” visualizadas nas construções de casas, prédios, praças, ruas, avenidas e estradas, e, em forma “não construída”, que se revela pelas paisagens naturais da cidade e pelo fluxo de mercadorias e pessoas.

A cidade apresenta-se como movimento definido pelo processo social onde é possível captar, por meio de sua paisagem, suas marcas de momentos históricos. Entre essas marcas, estão as desigualdades, modificando a cidade em espaços de conflitos por meio da lógica do capital. Compreender essa lógica para entender os processos de exclusão, violência e medo é de extrema importância; contudo, nesse trabalho consideramos que somente ela não é o bastante.

A materialidade da cidade influencia nas vivências de medo da mulher, contudo, a cultura machista é a que gera o preconceito, a discriminação e a inferioridade do grupo feminino. Assim, nos apoiamos nos estudos do geógrafo Yi-fu Tuan que apresenta a cidade como lugar simbólico, reflexo da cultura da sociedade que a produz.

Para Tuan (2013), a cidade é um lugar, um centro de significados, por excelência, possui muitos símbolos e a mesma se torna um símbolo. A cidade é o retrato da sociedade, do tempo histórico, da cultura, política e hábitos cotidianos. Ela é a pausa no movimento, o espelho do tempo no espaço, reflexo do povo que a tem como morada, pois, uma cidade diz muito sobre seus habitantes e seus representantes.

Dessa forma, a cidade é movimento e construção humana social e histórica. Assim, ela pode ser sentida, percebida e vivida de forma diferenciada e de acordo com cada experiência histórica humana. Em meio a esse espaço encontra-se diversos grupos de pessoas excluídas, socialmente, em razão da organização da cidade, que é firmada em políticas públicas e princípios sociais que colaboram para a violência e a perseguição desses grupos; assim, destacamos as diferenças e desigualdades de Gêneros.

Os estudos sobre Gêneros ganharam evidência na década de 70, contendo a teoria de gêneros como referência às desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres que se reproduzem em estereótipos, preconceitos, exclusão e violência contra um gênero, onde, nesse contexto, se tem a construção do gênero masculino superior e do gênero feminino inferior. Assim, Patrícia Visentin acentua que as análises de gêneros surgiram através dos estudos feministas e dão visibilidade as relações desiguais na sociedade entre homens e mulheres.

Feministas ao redor do mundo começaram a utilizar o termo *gênero* como forma de questionar as teorias intempestivas sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Atualmente, o termo é usado de maneira mais integrada, referindo-se à sistematização das relações sociais que são constituídas entre homens e mulheres. (VISENTIN, 2017, p. 111).

Dessa maneira, a cidade sempre foi projetada para o gênero masculino, devido aos papéis socialmente construídos, onde, a mulher pertencente do espaço privado e reprodutivo e,

somente, ao homem pertence-se o espaço público e as atividades produtivas. Com isso, a mulher se inseriu no mercado de trabalho, apesar dos percalços, e começou a se “apropriar” do espaço público urbano; porém, enfrentando numerosos desafios cotidianamente, visto que a sociedade machista não aprova seu comparecimento com qualquer aparência e, assim, é obrigada a seguir normas conforme seus padrões sociais.

Ao gênero feminino é atribuído papéis que se variam de acordo com a sociedade e sua cultura. Em certas cidades, como a referida neste trabalho, as relações produzidas culturalmente inferiorizam mulheres atribuindo-lhes normas usadas como princípios sociais. Esses modelos culturais, segundo Pereira; Pontes; Ribeiro; Sampaio (2015), criam amarras que qualificam e desqualificam gêneros de forma que os qualitativos culturais normativos de um gênero são usados para desqualificar comportamentos aguardados de outro gênero.

O machismo recusa a ideia de igualdade entre homens e mulheres e, vem ultrapassando séculos, esteve e está presente em diversas culturas, sendo o responsável por atos de violência e destruição de mulheres em todo o espaço geográfico. Assim, a cultura machista é uma ameaça que silencia e invisibiliza os direitos e oportunidades, favorecendo discursos de ódio e exclusão e, assim, tornando-se o responsável pela opressão feminina.

Uma sociedade machista e patriarcal promove a origem de produções sociais, materiais e simbólicas machistas na cidade que, assim, desconsideram as vivências femininas. Dessa forma, cidades produzidas por lógicas e padrões de opressão, exclusão e hierarquias, reproduzirão preconceitos. Ao modo que, ao observar sua configuração, fica evidente que a pluralidade de seus habitantes não foi considerada ou que o aspecto notável que envolve o gênero feminino é aquele que põe seu corpo como mercadoria, expondo em vitrines e outdoor o perfil de beleza e comportamentos que uma mulher tem de seguir.

Em âmbito nacional, uma pesquisa realizada com o respectivo tema “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”, no ano de 2021, pelo Instituto DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, com 3 mil pessoas ouvidas, aponta que o Brasil é um país muito machista (Agência Senado, 2021).

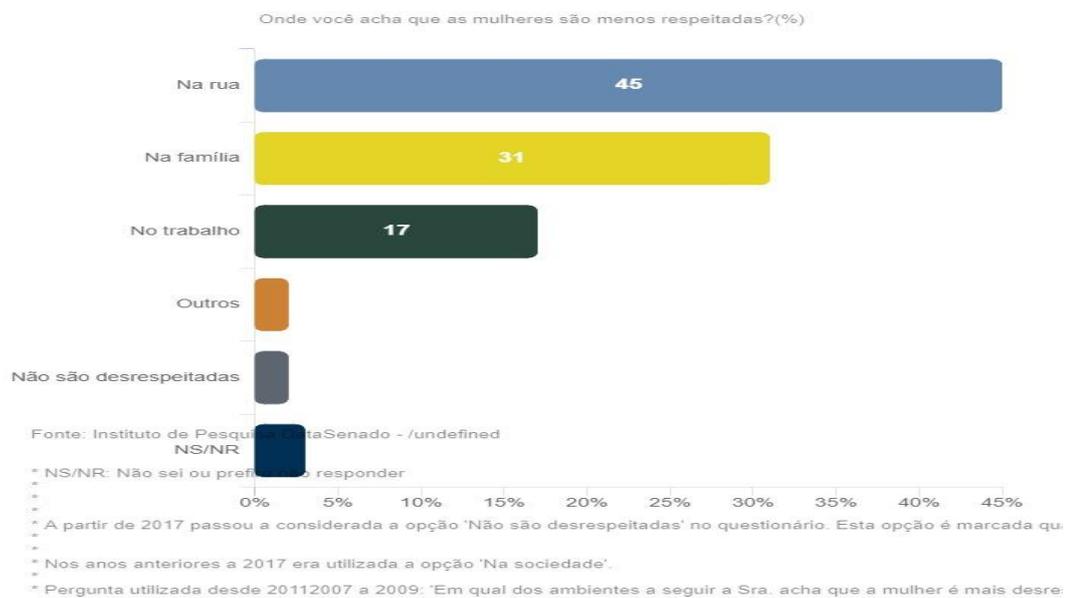
Para 71% das entrevistadas, o Brasil é um país muito machista. Segundo a pesquisa, 68% das brasileiras conhecem uma ou mais mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, enquanto 27% declaram já ter sofrido algum tipo de agressão por um homem. (Agência Senado, 2021).

Destarte, a violência contra a mulher instigada pelo machismo é um problema nacional. Assim, as desigualdades entre homens e mulheres aparecem no território brasileiro influenciando a produção da prática de opressão e violência. Com isso, diversas pessoas

compreendem essa cultura que inferioriza existências e produz realidades espaciais de violência contra o gênero feminino.

A referida pesquisa aplica-se ao estudo de violência contra a mulher no espaço privado, da casa e família, onde o agressor faz parte de seu vínculo afetivo. Porém, na mesma investigação as entrevistadas relatam que o espaço público também é um lugar onde suas vivências são desconsideradas, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 01: Onde você acha que as mulheres são menos respeitadas?



Fonte: Instituto de Pesquisa DataSenado, 2021.

Para 45% das colaboradoras do levantamento de dados a rua é o principal espaço de desrespeito para com as mulheres e, com isso, ressalta-se as vivências de desigualdades no espaço público ao qual são intimidadas e padecem de constrangimentos. Dessa forma, revela-se que as mulheres se encontram em diferentes recortes territoriais do país e observam que esses espaços públicos, lugares, acerca das vivências, são desconsideradas. O machismo se encontra em todos os espaços produzindo violências.

A colaboradora desse trabalho de mestrado, Everly (Nome Fictício), residente da cidade de Santana há 23 anos e acadêmica de Sociologia, no decorrer do desenvolvimento do grupo focal, descreveu a violência contra a mulher, no espaço público, como algo “Gravíssimo”, e, que mesmo fazendo parte do seu cotidiano, relatou que “nunca havia pensado sobre isso”. Assim afirmou: “Eu não estudei esses conceitos ainda, entendi agora o problema, gravíssimo; o mundo gira em torno dos homens; que coisa ordinária!”.

Como a colaboradora, diversas mulheres que contribuíram com nosso trabalho relataram que não se compreendiam como grupo oprimido socialmente, pois, a violência cotidiana era aceita como natural. Após a compreensão da cidade como produto do machista, que naturaliza regimes de violências, outras colaboradoras se manifestaram com depoimentos, de experiências cotidianas, revelando insegurança, violência e medo nos espaços de uso comum.

Perceber o espaço social que se coabita é um elemento necessário para a compreensão de fenômenos. A cultura que impera é a machista e, então, todos os gêneros serão vítimas de opressões que, dessa forma, aprisioná-los em papéis sociais, desde criança, motivando desigualdades e preconceitos que são naturalizados. Assim, existem papéis sociais que se diferenciam entre o que é ser mulher e que o que deve ser o homem e as definições sobre, as quais, os espaços devem pertencer-se.

A desconsideração das diversas formas de vivências femininas produz, também, espaços de resistências, onde há uma busca pela ocupação e transformação dessas dimensões, assim, dando visibilidade à tais prisões espaciais que delimitam o cotidiano de mulheres. Compreendendo essas prisões sociais, a filósofa e Feminista Angela Yvonne Davis se dedica aos estudos para transformações de realidades de opressão, buscando estratégias de mudanças através das interseccionalidade de lutas.

Para Davis (2018), a busca por liberdade é uma luta constante e ser mulher é uma luta por sobrevivência, por formulações de estratégias de resistência para combater contra a opressão e a violência em espaços que não são produzidos para a pluralidade. Com isso, lutando contra a configuração que se organiza, exclusões de grupos através de seus planejamentos, políticas públicas e sua cultura. Como exemplo de luta constante, apresentamos as mulheres moradoras da cidade de Santana.

A cidade de Santana-AP se localiza no sudeste do estado do Amapá e é o segundo município mais populoso, às margens do rio Amazonas, o que a situa como porta de entrada para o estado. Diversas pessoas, de outros territórios, cruzam por essa porta e permanecem, resultando no extenso número de paraenses, maranhenses e cearenses na cidade. Em vista disso, também é reconhecida como a segunda mais violenta do estado e sendo um território de disputas de facções e confrontos policiais.

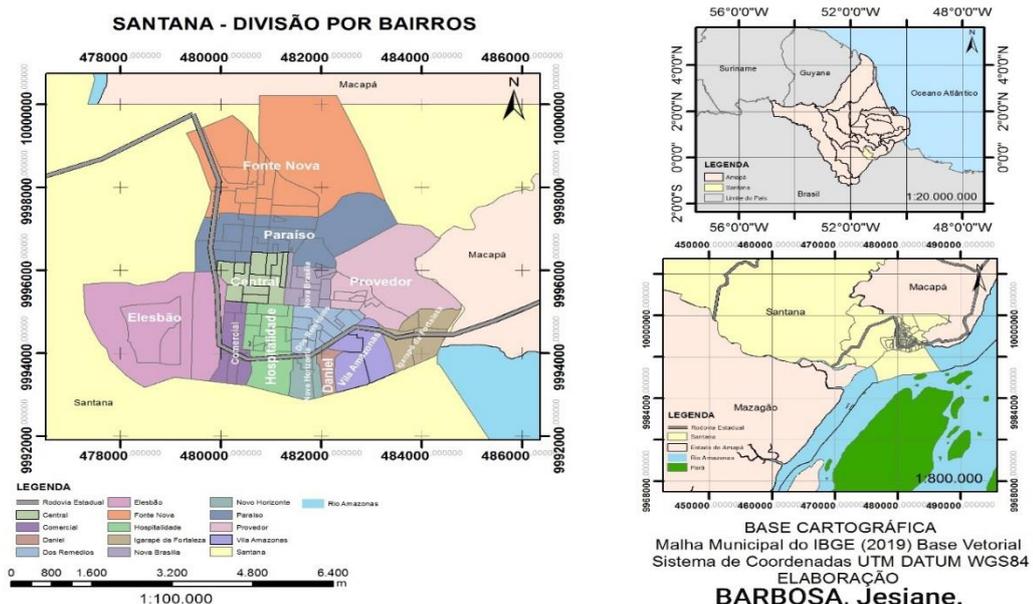
Balanço apresentado pela Polícia Civil do Amapá mostrou que, em 2021, foram resolvidos cerca de 81% dos homicídios cometidos em Santana. A 1ª Delegacia de Polícia do município registrou, ao todo, registrou 60 assassinatos, sendo 12 delas decorrentes de confrontos policiais. (G1 AP, 2021).

A violência urbana no município de Santana tem crescido com o decorrer dos anos, as disputas territoriais marcam a cidade e, conforme a matéria, esses conflitos se relacionam com facções. No entanto, segundo Silva (2021), esse é um problema de segurança pública nacional, influenciado pelos aspectos (sociais, políticos, culturais e econômicos) que são interligados e que facilitam a existência de grupos faccionados.

De acordo com o G1 AP (2018), a cidade de Santana integrou na lista das 100 cidades mais violentas do país em 2016, surgindo na 82ª posição do levantamento publicado no "Atlas da Violência 2018: políticas públicas e retratos dos municípios". No ano de 2020, o Amapá aparece no Atlas da violência 2020, se sobressaindo com o aumento da taxa de homicídios, justificado ainda no levantamento que a violência, nesse estado, foi influenciada pela relação com o país vizinho, Guiana Francesa, e as questões da migração e do tráfico de drogas.

Assim, observa-se que diversos elementos e perfis de violência contribuem para a produção de territórios do medo. E o gerador dessas violências é a sociedade. Com isso, Santana é influenciada por diversos fatores que dão origem a diversas violências. Contudo, retornamos para o tipo de violência em questão nesse trabalho, que não tem aparecido nos levantamentos e também não aparece entre os problemas de segurança pública que é a violência que tem sua origem na cultura machista. Esta, tem como foco o gênero feminino no espaço público e é naturalizada com a justificativa de que a cidade é perigosa para todos os grupos; mito esse, da não violência que contribui para a naturalização de diversas violências. (GUIMARAES; PEDROZA, 2015).

Mapa 01: Mapa de Santana - Divisão por bairros, 2019.



Fonte: BARBOSA, 2019.

Assim a cidade de Santana possui uma área de 1.599 mil metros quadrados e seu território que, antes era distrito da capital Macapá, converteu-se em município do território federal em 17 de dezembro de 1987, pelo decreto nº 7.639. Solicitação que chegou na câmara federal por meio do pronunciamento da deputada Raquel Capiberibe e, então, sancionado pelo presidente da república José Sarney.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), estima-se que em 2021 a população santanense estava em torno de 124.808 pessoas, distribuídos em bairros e distritos. Sendo assim, são 13 os bairros oficiais que são reconhecidos pela legislação: Bairro Central; Bairro Comercial; Bairro Daniel; Bairro dos Remédios; Bairro Elesbão, Bairro Fonte Nova; Bairro Hospitalidade; Bairro Igarapé da Fortaleza; Bairro Nova Brasília; Bairro Novo Horizonte; Bairro Paraíso; Bairro Provedor; Bairro Vila Amazonas. E os seis distritos: Distrito Santana; Distrito Anauerapucu; Distrito Igarapé do Lago; Distrito Ilha de Santana; Distrito Piaçacá; Distrito Pirativa. Portanto, configurando-se, assim, o território santanense.

No entanto, o site da Prefeitura de Santana (PMS, 2022), traz a informação de que o atual plano diretor participativo, enquanto documento, está defasado; assim, não atendendo as necessidades da expansão do município. A prefeitura da cidade se organiza para a atualização do documento para, então, inserir os novos 27 bairros existentes, atualmente. Em meio ao reduzido número de informações no site da prefeitura, não achamos nada referente a um documento com a disponibilidade dos nomes dos novos bairros não oficiais. Como não é de conhecimento de todas e todos, as colaboradoras do nosso trabalho também desconhecem a presente organização da cidade de Santana, assim, descreveram somente os que reconheciam como bairros.

Somente ao final da produção deste trabalho conseguimos acesso a um mapa que foi cedido pela Secretaria de Obras Urbana da cidade, utilizado como referência para o planejamento e desenvolvimento de obras. Com isso, o mapeamento contém a delimitação dos bairros que compõem a cidade, incluindo os 14 bairros que não estão inseridos na legislação atual do município. O mapa não está disponível para a população de forma que todos tenham acesso ao conhecimento da organização da cidade.

Assim, os bairros não oficiais, descritos no mapeamento, são: Bairro Distrito Industrial; Bairro Jardim de Deus; Bairro Jardim Floresta; Bairro Acquaville; Bairro Piçarreira; Bairro Matapi Mirim; Bairro Mutirão; Bairro Fé em Deus; Bairro Nova União; Bairro Equador; Bairro Parque das laranjeiras; Bairro Monte das Oliveiras; Bairro Dos remédios II; Bairro Provedor II.

De acordo com o IBGE (2022), segundo o censo de 2010, o índice de mulheres residentes de Santana, nesse período, era superior ao número de homens, assim, existindo

aproximadamente 50.848 pessoas do gênero feminino, ao mesmo tempo que a quantidade do gênero masculino chegava aos 50.414 pessoas. Dessa forma, a população feminina do município é elevada, assim, as santanenses estão presentes em todos os recortes territoriais da cidade, desenvolvendo diversas funções cotidianamente, ocupando espaços e produzindo espacializações.

A sociedade com sua predominância de princípios culturais de opressão feminina estabelece diferentes papéis sociais para mulheres e, estes, ultrapassam os limites do espaço privado e adentram o espaço público. A extensão do privado é aquela da casa que, com base no patriarcado, é o espaço reprodutivo, doméstico, do cuidado afetivo, destinado ao gênero feminino; nessa perspectiva, a mulher é restrita a um lugar privado/doméstico/familiar. (NOVAES, 2015, p. 64).

O nosso foco nessa dissertação não é o espaço privado, contudo, é essencial ressaltar o quanto essa construção cultural machista interfere nas vivências das mulheres, uma vez que a caracteriza como pertencente a esse espaço. Dessa forma, produzindo preconceito nas vivências que fazem parte dos espaços públicos, assim, naturalizando experiências negativas, opressões, insegurança, importunações e medo.

Essa naturalização de limites espaciais é uma realidade que influencia há muito tempo nas existências de mulheres. Os grupos femininos são ligados a essa extensão desde que nascem para que, no decorrer de suas vidas, desenvolvam as práticas de cuidados para com o lar, atendendo às necessidades de um homem que possui o papel de “dono desse lar”, ou seja, a mulher cuida desse espaço e, também, é submissa ao homem. Este que, também, quando influenciado pela cultura machista, naturaliza o afastamento dos afazeres que são produzidos pela mulher, assim, desconsiderando-os.

Assim, o espaço privado é uma prisão naturalizada para algumas mulheres pela cultura machista. Realidade que Damatta descreve a seguir:

“[...] o interior das casas, reservado às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra, e as pessoas que me demonstravam a maior confiança jamais permitiram que meu criado entrasse na cozinha para secar o papel necessário à conservação de minhas plantas; era obrigado a acender o fogo fora, nas senzalas ou em algum alpendre. Os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativeiro, e, como as cozinhas, são escrupulosamente interditados aos estrangeiros” (1975: 96). Tal observação, denotativa de um espaço que, além de ser comum às várias categorias sociais, é também sexualmente motivado [...] (DAMATTA, 1997, p. 48).

A cultura machista e patriarcal, através das interações sociais, mantém-se por séculos reproduzindo esse pensamento machista, onde, a casa é o espaço da afetividade, ou seja, da existência da mulher e, a rua, o lugar das relações entre estranhos. Com isso, naturalizando as agressões que o grupo feminino enfrenta ao sair da extensão privada, uma vez que o espaço público é colocado como lugar de estranhos, de movimentos e interações sociais, e perigoso para mulheres.

Nesse sentido, cabe à mulher os espaços privados, distanciada de interações sociais ou novas perspectivas, prisioneira de um espaço e aos papéis sociais que os acompanham. Assim, para o gênero feminino o público acaba fazendo um lugar de violências, frequentado, somente quando necessário, com a sensação de insegurança e medo.

Algumas mulheres, não somente da cidade de Santana, são culturalmente induzidas ao trabalho doméstico. Assim dentre outras, elas lavam, passam cozinham, limpam, cuidam da manutenção da casa, de jardins, cuidam dos filhos, irmãos, pais, esposos e animais domésticos e das respectivas atividades: creche; escola; hospital; esporte; mercado. As mesmas, também, trabalham, estudam e praticam outras atividades que se somam com as atividades descritas anteriormente, assim, ficando sobrecarregadas.

As santanenses, apesar de sobrecarregadas, necessitam desenvolver diversas práticas sociais cotidianamente e, durante esse processo, de múltiplas atividades entre os espaços privados e públicos. Manifestam-se vários obstáculos que, somados, produzem espaços de insegurança e de medo, impedimentos gerados pela organização espacial da cidade.

O espaço público é aquele de uso comum, por exemplo, ruas e calçadas, local de individualização, de luta e malandragem (DAMATTA, 1997). Um espaço de direitos e deveres, não produzido somente para um grupo social, mas organizado para todas e todos, lugar de inclusão e segurança, com liberdade para diversas formas de uso. Porém, em alguns casos não segue essa lógica, desconsiderando vivências de grupos que habitam na cidade e, culturalmente, produzindo espaços onde vivências femininas são marginalizadas como no território em questão.

A origem do nome Santana faz referência à Santa, nomeada como padroeira da cidade Santa Ana. Para a igreja católica, é reverenciada como protetora das mulheres de características casadas, grávidas e viúvas. Se torna intrigante que a nomeação foi atribuída por contemplação a uma mulher, especificamente uma protetora do gênero feminino, sendo que a organização do território desconsidera as mesmas, em suas políticas públicas e planejamentos. Assim, a cidade com nome de Santa protetora se transforme em um espaço urbano inseguro para o grupo, por

ser machista, sexista e misógino. Assim, ocasionando eventos de violência que podem ser acompanhados em notícias de jornais, como mostra a figura abaixo:

Imagem 01: Jornais destacando mortes femininas no espaço público, 2022.



Fonte: g1.globo; Diário do Amapá, 2022.

Nesse sentido, as notícias de homicídios de mulheres em espaços públicos de Santana já não ocasionam estranheza, pois são vários os nomes de vítimas do gênero feminino mortas em diferentes lugares da cidade e que causam comoção. É considerável ressaltar que a violência contra o gênero feminino também pode acontecer pelo mesmo gênero e é o caso dos julgamentos machistas. Porém, esse tipo de conduta faz parte da reprodução de sistemas culturais de opressão que aprisionam corpo e mente e que causa a desorganização das mulheres na luta.

Na imagem de número 01, estão expostas algumas matérias de jornais do estado do Amapá e do município de Santana, onde são destaques alguns casos de mortes de mulheres no espaço público de Santana. São casos que, dentre outros, repercutiram e foram motivos de comoção, não somente na cidade. Na maioria dessas ocorrências, os assassinos são homens.

Espaços inseguros para a mulher são produzidos por culturas machistas, misóginas e sexistas, onde se materializam em violência, medo e morte do gênero feminino. A insegurança domina em qualquer tempo e espaço, a cidade se transforma em um lugar, em pausa, onde

sentimentos e sensações marcam experiências, vivências e percepções, desafiando, limitando, excluindo, aprisionando, constringendo e matando o gênero feminino.

As políticas públicas vigentes de Santana influenciam na organização da opressão da cidade, com suas infraestruturas materiais falhas e precárias. Dessa forma, não se atenta para valorização de seus locais, onde ocorre a interação social e sua história, assim, não assegura a liberdade de identidades e a mobilidade da pluralidade, criando dessa maneira obstáculos e divisões que limitam, afligem, aprisionam e matam grupos.

O machismo como cultura faz parte dessas produções materiais da cidade, pois, em relação a produção de cidades, o planejamento ainda é formado principalmente por pessoas do gênero masculino. Assim, a cultura machista está inserida na sociedade e, por conseguinte, na produção de cidades de diversas formas, produzindo espaços onde vivências femininas são desconsideradas e violentadas de maneira natural, como descrevem Vallejo e Pimentel:

Para abordar la violencia cultural es preciso hablar de la cultura. La cultura, esa segunda naturaleza, tiene el papel de configurar, expandir, y en muchas ocasiones, restringir, lo que la naturaleza nos ha asignado como seres humanos; sin darnos cuenta, nacemos y vivimos en instituciones, entre usos, costumbres y normas impuestos culturalmente; éstos mismos pueden convertirse en violentos y verse como naturales, sobre todo cuando se dan por hechos, cuando no se cuestionan. (VALLEJO; PIMENTEL. 2015, p. 03).

Assim, a cultura machista se configura na cidade e se reproduz em condutas que exibem a figura da mulher como ser inferior, que necessita ser subjugada ou salva, ambos a oprimem do mesmo jeito em diversos espaços. A cultura machista é um problema superior a qualquer falha arquitetônica da cidade, pois, ela também gera formas mais sutis de desconsiderar a mulher; como por exemplo, “a companhia de um homem para manter a segurança”, pois machistas desprezam mulheres e respeitam apenas o mesmo gênero.

As colaboradoras deste trabalho relataram diversos elementos da infraestrutura da cidade que contribuem para o sentimento de insegurança no espaço público. Sensação de medo que surge ao perceber que o lugar onde está presente favorece pessoas com más intenções, pois, ser mulher nos espaços de uso comum é compreender que todo lugar é inseguro; contudo, em certos riscos aumentam, uma vez que elementos existentes contribuem para a violência machista. Conforme a declaração da universitária Everly, é perceptível alguns elementos.

A rua da minha casa é, mataram uma pessoa do lado da minha casa, então o nível de violência é assustador. Paradas de ônibus, quando eu vinha da UNIFAP, ruas escuras, eu não sei identificar na cidade um ponto que seja seguro assim, público. (Everly, 2022).

Para as colaboradoras existe a necessidade de um novo planejamento urbano que melhore a organização espacial, considerando as necessidades e vivências da sociedade. Assim, produzido com o objetivo de incluir todos os grupos, sem considerar como referência padrões culturais que inferiorizam as existências, de forma que seja engendrado por diferentes indivíduos para que inclua grupos sociais em sua produção e, dessa maneira, transformando a cidade em espaço seguro e justo.

A configuração territorial da cidade, atualmente, tem produzido espaços de insegurança e medo para mulheres. Assim, configura-se, cotidianamente, nas vivências, destas que moram nessa cidade e que defrontam em espaços com ausência de iluminação e transportes públicos, somados a negligência da segurança pública que colabora para a violentar o direito de ir e vir da mulher.

Uma cidade justa e igual a todas e a todos é, entre outras características, inclusiva em sua produção, compartilhando seus projetos com a sociedade para que, assim, todos(as) os(as) moradores(as) participem de sua produção. Políticas de segurança e mobilidade são elementos essenciais para garantir a autonomia de locomoção, por isso suas elaborações tem a necessidade de respeitar os interesses de cada grupo de mulheres, como por exemplo, às que residem nos centros e periferias da cidade e às que moram em comunidades ribeirinhas, independentemente de cor, de raça, de classe, de orientação sexual, de limitações físicas, ocupação, religião etc.

Segundo Sampaio e França (2015), o espaço urbano é produto social, assim como as características dos lugares e das relações de gênero já que são produzidas culturalmente e historicamente. A cidade é uma reprodução histórica, concomitante ao medo desta. Os obstáculos invisíveis do machismo e patriarcado apresentam-se em forma de organização espacial e a violência contra o gênero feminino é firmada espacialmente.

Os preceitos machistas influenciam na organização social da urbe e geram extensões do medo para o gênero feminino. Este, que por ser considerado, nesse ponto de vista, como preconceituoso, põe a mulher como figura social inferior em todas as bases sociais e não tem suas vivências consideradas na produção de políticas públicas para organização da cidade. O que se espelha na produção de espaço essencialistas, que não respeitam as multiplicidades sociais e suas necessidades.

Refletir acerca do espaço como o lugar de inter-relações e sempre em construção é considerá-lo de maneira antiessencialista, onde coisa alguma no espaço é definida e acabada, por isso ele é um produto de inter-relações e estas só podem existir num espaço de multiplicidade. A geógrafa Massey (2008) afirma que pensar no espaço em construção, de inter-

relações, heterogêneo, contemporâneo e como abertura radical, é pensá-lo como sendo muito mais do que político, é abri-lo para novas discussões e diálogos acerca do espaço.

Assim, *primeiro*, entender o espaço como um produto de inter-relações combina bem com a emergência, nos anos recentes, de uma política que tenta comprometer-se com o antiessencialismo. Em lugar de um liberalismo individualista, ou de um tipo de política de identidade, que considere essas identidades já, ou para sempre, constituídas e defenda os direitos ou reivindique a igualdade para essas identidades já constituídas, essa política considera a constituição dessas próprias identidades e as relações através das quais elas são construídas como sendo um dos fundamentos do jogo político[...]. (MASSEY, 2008, p. 30).

Assim, o espaço como produto de inter-relações necessita está embasado na existência da pluralidade. Com isso é, excessivamente, importante pensar na emergência de novas políticas públicas que correspondem ao antiessencialismo. Por exemplo, as políticas públicas progressistas contemporâneas que são concebidas de acordo com as multiplicidades das inter-relações e que também seguem a perspectiva de um espaço que não é determinado como homogêneo.

A cidade necessita de outras políticas públicas de planejamento urbano que considerem as necessidades e interesses das mulheres enquanto grupo social. Além disso, uma cidade que ouça suas reivindicações pela autonomia do espaço público, assim, gerando políticas de combate a cultura machista. Uma vez que a cidade só será de todas quando estiver organizada, equipada e estruturada seguindo o interesse da coletividade, liberta de sistemas opressores e preconceitos e, assim, mulheres tornando-se livres para se apropriar dos espaços públicos e participando da produção de políticas públicas.

A cidade dos espaços do medo é formada por extensões de insegurança e incertezas de segurança. Desse jeito são localidades de ansiedade, opressão e violência, onde encontramos mulheres que precisam ocupar esses espaços urbano ao realizar infinitas atividades, porém são limitadas por diversas dificuldades em seus trajetos. Dessa forma, os espaços públicos dessa cidade limitam e excluem, favorecem e naturalizam violências contra mulheres, uma vez que são produtos de elementos que geram insegurança, violência e medo.

1.1. As diversas relações espaciais do medo no espaço público

Diversas relações espaciais são produzidas no espaço público, e quando nos referimos aos estudos de gênero observamos que essas diferentes conexões se transformam em relações

de medo para as mulheres. Esta sensação de medo, surge a partir da percepção da existência de insegurança e perigo responsáveis por experiências traumáticas em cidades, que marcam vivências e percepções gerando assim, espaços temerosos.

Cabe aqui ressaltar novamente que a violência contra a mulher acontece de várias formas e em diferentes recortes espaciais dentro da cidade, como em espaços públicos e privados. Nesta dissertação, nos concentramos nos estudos do medo no espaço público urbano, que é palco da violência influenciada pela sociedade patriarcal e machista que consideram o gênero feminino como inferior em relação ao gênero masculino.

As percepções sobre a cidade se variam segundo as experiências e vivências de cada pessoa. Assim, experiências são únicas sendo capazes de transformar-se em profundas marcas, inesquecíveis e assombrosas ou em acontecimento efêmero. Existem várias formas de sentir ao vivenciar um mesmo acontecimento no espaço público, de tal maneira que para determinados humanos ao observa uma cena de violência em determinada rua, já é motivo para caracterizá-la como insegura e assim evita-la.

Para Tuan (2013), experiências são maneiras de construções de realidades, são necessárias a vida humana, são aprendizagem, aprendendo pela vivência e vencendo os perigos, pois, segundo o autor, a palavra experiência e perigo estão ligadas pela mesma origem latina. Quem vivenciou, vivencia ou observa espaços machistas, percebe como esses podem ser perigosos para todos que não pertencem ao gênero masculino.

O gênero feminino observa e vivência os espaços públicos urbanos com receio, pois mesmo integrando um grupo de pluralidades assemelham-se pelo sentimento de medo da violência urbana machista. Pois compreendem que pertencer a esse gênero feminino é o suficiente para estarem em perigo. Alguns grupos estão mais vulneráveis que outros, uma vez que o preconceito, a exclusão e o ódio contra a mulher se variam, pois também são raciais, étnicos, de classe e sexuais. Assim, ao se perceber no espaço público surgem diversas sensações e sentimentos.

Dentre os sentimentos causados por experiências em espaços públicos urbanos, salientamos o medo feminino que é influenciado por sensações de insegurança, perigo, exclusão e violência. O medo aprisiona mulheres, ao privar a liberdade de mobilidade e dessa maneira, restringindo o movimento, transformando o cotidiano e suas vivências em grandes desafios, pois locomover-se por uma cidade cominadora onde os perigos são visíveis e a violência aceita como natural no cotidiano, é uma situação desafiadora.

No que diz respeito às mulheres, esse medo social ainda é mais candente, dificultando e limitando as formas de sociabilidades dessas, pois os medos vividos são diferenciados, a exposição no espaço urbano dessas proporciona uma vulnerabilidade maior, há o que se pode considerar como um medo concreto, gerador de insegurança. (GALETTI, 2017, p. 03).

Os espaços do medo, no contexto da mulher, são aqueles dominados por relações sociais que inferiorizam os grupos; assim, produzem e reproduzem a insegurança para as mulheres. A arquitetura urbana, em alguns casos, contribui para que o sentimento de insegurança e medo seja uma realidade cotidiana, pois se a sociedade oprime as mulheres as colocando como inadequadas ao espaço público, qualquer ato de violência contra as mesmas se torna natural.

Dessa forma, para garantir segurança mulheres buscam cotidianamente evitar ruas e outros espaços públicos, como os de características desertas, sem iluminação e policiamento. Contudo, o oposto desses elementos não garante na sociedade machista, sexista e misógina que elas não experienciarão momentos de violências. No entanto, se a sociedade não tolerasse tais preconceitos mulheres não passariam por condições de ameaças e vulnerabilidade ao movimentar-se em qualquer espaço.

Na perspectiva do gênero feminino espaços do medo são aqueles que só o fato de ser mulher já é estar em perigo. Assim, o medo da violência sexual é receio do gênero feminino, pois por séculos mulheres sentem medo do risco de ter seus corpos violados no espaço público (FREITAS; GONÇALVES, 2020), nesse sentido, tem suas vivências restringidas ao acesso à esses espaços, de maneira que outros grupos não possuem o mesmo sentimento, pois esse não é um motivo de insegurança para o gênero masculino.

Dessa maneira para María Isabel Pineda, os lugares do medo são espaços que geram sentimentos de perigos iminentes que se configuram em acontecimentos passados ou presentes, marcando o imaginário e restringindo apropriações do espaço.

En ese sentido, se puede afirmar que los lugares del miedo son aquellos que generan sentimientos y afectos particulares de choque y sorpresa por la percepción de peligros inminentes, en este caso, para las mujeres. En esos lugares han sucedido acontecimientos, pasados y presentes, importantes y significativos para la vida de las mujeres, han acontecido prácticas, abusos y ritualizaciones que marcan el imaginario y restringen su apropiación, por ejemplo, lugares donde se han encontrado cuerpos sin vida de mujeres, lugares oscuros o donde han ocurrido abusos sexuales. (ZAPATA, 2018, p. 88).

Os lugares do medo na perspectiva feminina são aqueles onde a sensação de insegurança é constante, que apresentam marcas de diversas formas de violências contra mulheres. São territórios produzidos por elementos materiais que interrompem e impedem vivências nos

espaços, assim colaborando para experiências de violências e julgamentos machistas que naturalizam e culpabilizam vítimas.

Os recortes espaciais marcados pela violência contra a mulher se transformam em locais de ameaça para outras mulheres. Pois em espaços do medo, onde uma pessoa do gênero feminino passou por momentos de violência, se transformam em extensões territoriais de alerta para mulheres uma vez que, todas podem se tornar vítimas e ter o acontecimento de pânico naturalizado pela sociedade que normalizar concepções de que os espaços públicos não podem ser lugar de autonomia feminina.

Para Tuan (2005), o medo é um sentimento complexo que se distingue em dois componentes que são: o sinal de alarme e a ansiedade, o sinal de alarme é o estar atento, atenção total, sentidos atentos, pois algo pode acontecer e assim é preciso enfrentar ou fugir, e a ansiedade é o pressentimento de perigo. Para a mulher o espaço do medo, é aquele da sociedade patriarcal, machista, sexista, misógina, do assédio, do estupro, da morte e do julgamento social machista. Nesse espaço do medo o sentimento é de não pertencimento e pode ser qualquer espaço e em indeterminado tempo.

A cultura do machismo está fortemente conectada ao sistema patriarcal, assim, para Rayssa Medeiros, essa cultura faz parte da manutenção do patriarcado. Dessa forma Oliveira (2020), caracteriza-a como um instrumento que impõe de representações simbólicas, colocando o homem na condição de superior a mulher. Assim, essa cultura é um elemento que regula formas e comportamentos do que tem de ser o masculino e o feminino e com isso coopera para a manutenção do patriarcado, sustendo a reprodução de interações preconceituosas.

O Sistema patriarcal, por sua vez, é um sistema social que segundo Oliveira (2020), constrói o machismo, pois ele dar legitimidade para a doutrina da superioridade do homem. Dessa forma, os dois engendram relações sociais que desconsideram o feminino, e com isso qualquer desvio do padrão do gênero feminino e, também do masculino, é uma atitude inaceitável.

Assim, o patriarcado é uma estrutura invisível que está vigente em todos os aspectos e instituições da sociedade, se configurando em hierarquias dentro de um sistema sociocultural que por meios de costumes e, também, através de leis consideram o homem como superior e que deve ter o controle da sociedade. Dessa forma, seguindo as descrições de Vallejo e Pimentel:

una estructura social jerárquica, un sistema sociocultural basada en un conjunto de ideas, prejuicios, símbolos, costumbres e incluso leyes en la que

se considera que los varones son superiores a las mujeres y como consecuencia han de tener el poder y el control tanto en la familia, el trabajo como en todas las instituciones de la sociedad. El patriarcado es una estructura invisible que permea todos los aspectos e instituciones de la sociedad, está por todos lados y en cada persona. (VALLEJO; PIMENTEL, 2015, p. 06).

Com isso observamos que o patriarcado está acionado na configuração de espaços do medo para a mulher, visto que, a ideia de superioridade masculina presente em várias instituições sociais ocasiona que mulheres se encontrem frequentemente em situações de insegurança. Assim o mecanismo de atuação naturaliza a violência, perseguições, julgamentos e a morte feminina no espaço público.

Um exemplo de recorte espacial do medo na cidade são as construções desabitadas, como casas e prédios que se transformam em esconderijos de criminosos; as ruas desertas com ausência de iluminação pública (durante a noite), e falta de sinalização. Também, fazem parte calçadas de estruturas deterioradas; grandes quarteirões de residências com muros altos que ocasionam a sensação desértica das ruas; espaços fechados e sem abrigos em caso de chuva e sem a visualização do distante.

Os espaços públicos sem arborização também contribuem para uma péssima qualidade de vida urbana, pois, a falta de árvores modifica a paisagem da cidade. Dessa forma, contribuindo para a percepção de uma cidade não planejada e que não é pensada para a diversidade, pois, não leva em conta o cotidiano de pessoas que precisam estar nesses espaços desenvolvendo vários papéis sociais e, em certos casos, precisam mover-se por quarteirões desertos e ensolarados, o que também é prejudicial à saúde.

A cidade do medo é a reprodução desses espaços do medo e tem recortes produzidos para prestar serviço às demandas econômicas, onde, durante o dia suas ruas, avenidas e calçadas estão tomadas por grande fluxo de pessoas; porém, com o passar das horas e a chegada do período noturno, esses espaços transformam-se em locais evitados, temerosos, desertos, inseguros e violentos. Para as mulheres a sensação de perigo é mais intensa, pois, trajetos que incluem espaços, como esses durante a noite, são concluídos com receio, uma vez que em qualquer momento alguma coisa assustadora e perigosa pode acontecer.

Em Santana esses espaços do medo assustam mulheres por tratarem de territórios onde a questão da segurança pública é ausente. Assim, a colaboradora Fatima descreve sua percepção sobre os espaços públicos da cidade e como essa afeta em sua forma de usos desses espaços:

Mais assim, pra mim não se anda sozinha em Santana, em nenhum lugar, as chances de sofrer algum tipo de violência é muito grande, principalmente em vielas e áreas de ponte, a diferença é clara em policiamento em certos bairros,

os que são menos assistidos são os mais violentos, e os que tem facções, pior ainda. (Fatima, 2022).

O grupo feminino que residem em áreas periféricas, como em ressacas ou as margens de rios, necessitam defrontar com riscos produzidos por ausências de políticas públicas habitacionais. Assim, estes geram problemas como os de infraestrutura observados através de pontes de madeira em situação precárias, ruas esburacadas e precárias, assim, limitando a autonomia da mobilidade e, também, contribuindo para a origem de recortes de insegurança e desafios, principalmente para pessoas de mobilidades reduzidas como: cadeirantes, grávidas, pessoas idosas e crianças.

Algumas das principais atividades sociais são desenvolvidas nos centros da cidade e, para isso, mulheres que moram distantes desses centros necessitam enfrentar, diariamente, desafios perversos. A ausência de transporte públicos de qualidade é um desses elementos desafiadores que se soma com o tempo desperdiçado ao esperar por horas em pontos de ônibus com características deterioradas. Para mulheres que possuem transporte particular a ausência da manutenção de ruas, estradas e vias públicas, também formam desafios.

Todos esses elementos citados cooperam para a produção de espaços na cidade onde o medo feminino é incessante. Este medo da cidade, caracterizado por Yi-fu Tuan, como paisagens do medo, medo da construção material e simbólica.

Assim para Tuan (2005), o medo da cidade como um ambiente físico não pode ser nitidamente isolado do medo dos habitantes da cidade, por isso que a cidade do medo é uma construção material e simbólica. Sociedades com princípios culturais patriarcais e machistas produzem uma cidade opressora, preconceituosa, insegura e que exclui e persegue o gênero feminino; não se trata somente da falta de planejamento urbano.

Devido a essa construção social, cultural e histórica, morar na cidade não é simples para o gênero feminino, haja vista, que não possuem autonomia para viver cotidianamente no espaço público. As experiências de violência machista e, também, as ausências de políticas para segurança urbana de todo os grupos, julgamentos preconceituosos, somados, formam elementos que contribuem para a produção de um espaço desigual e inseguro e despertam o medo. Assim, os espaços do medo se tornam recortes evitados pelas mulheres como afirma Gabriela Angelo a seguir:

Medo e a insegurança tem reduzido a experiência de espaço-tempo das mulheres nos deslocamentos e reproduzido mecanismos sutis e poderosos que criam grande dificuldade das mulheres criarem pertencimento com os trajetos que usam. (PINTO, 2019, p.10).

O medo neste trabalho está relacionado com a realidade de insegurança das mulheres em espaços públicos da cidade de Santana. Assim a cidade como território do medo feminino é produzida por dimensões de poder hierárquicos e preconceituosos que não só oprimem a mulher, como tentam mascarar violências sofridas por esse grupo dentro da cidade, às aprisionando e naturalizando essas prisões.

A sociedade opressora produz o pensamento de que a cidade é um território de perigos e insegurança para todos os grupos sociais, assim, buscando encobrir a vulnerabilidade e o preconceito contra a mulher nesses territórios, naturalizando o medo. No entanto, as experiências femininas de medo e violência se diferenciam do gênero masculino, uma vez que, um dos motivos do medo feminino é a própria presença masculina nesses espaços.

Assim, mulheres encontram dificuldades em desenvolver relações afetuosas em espaços públicos e o motivo do medo e da insegurança não está diretamente ligado ao horário ou ao recorte territorial. Pois, estes são apenas percursos usados como estratégias para a prática de violências e opressões machista que tem como foco grupos femininos. Sendo assim, o medo não é da cidade e de sua materialidade e sim do grupo opressor masculino que dominam esses territórios.

Vivenciando a cidade mulheres percebem que o perigo vai além da materialidade e que qualquer espaço social pode se transformar em um espaço que deve ser evitado e temido por ser frequentado também por pessoas machistas que os tornam inseguros e violentos. É de interesse da sociedade machista a perpetuação da dominação masculina para naturalizar violências simbólicas.

Entendemos que a dimensão simbólica é também um elemento marcante na violência contra mulheres no espaço público. A violência simbólica da dominação masculina busca transformar aquilo que é arbitrário em natural e legítimo dissimulando as relações de força. (PINTO,2019, p. 09).

Todos as questões citadas em relação a materialidade da cidade são peças que contribuem para a violência contra a mulher. Assim, a existência da produção de um espaço não planejado para receber a diversidade social que silencia as necessidades existenciais do gênero feminino e compactua com suas ausências no espaço público, subordina-se à cultura machista e patriarcal.

Dessa forma, a cidade presa por padrões heteronormativos e preconceitos, onde o masculino é superior e todas as pessoas de características não “masculinas”, precisam ser reprimidas por não terem características do grupo dominante. Com isso, se em alguma circunstância uma pessoa do gênero feminino encontra-se na situação de vítima de alguma

violência ou até mesmo morta, a sociedade naturaliza, pois, é comum ouvir “natural que uma mulher seja morta, estuprada, assediada e torturada, se caminhar sozinha a noite ou ser usuária de drogas ou, simplesmente, sair de casa com roupas curtas”.

O gênero masculino enquanto dominante em cidades do medo, torna um simples espaço deserto e escuro, em uma armadilha para a mulher, por percebe como frágil, inferior e submissa. Assim, espaços como esses, mulheres não podem simplesmente locomover-se, pois, quando não encontram homens violentos são constrangidas e importunadas por machistas que se caracterizam como cavalheiros, contudo, não existe cavalheirismo sem o machismo.

E o pior da sociedade machista é que qualificam tormentos femininos, assim, diminuem a gravidade de um ato de violência, empregam diversos elementos para inculpar quem deveria ser considerada. Assim, vítimas se calam e outras mulheres assistem, também. Com isso, as ausências e o medo feminino são naturalizados, as vítimas compreendem que a cidade do medo não é para o gênero feminino.

O espaço público é um espaço de movimento, de fluxo e encontros de diversos grupos sociais. Várias pessoas de diferentes identidades movem-se cotidianamente na cidade e, em suas vivências, se apropriam de ruas, praças e parques e, assim, as interações e relações espaciais ou modos de vivências geográficos acontecem em diferentes escalas e em distintos cotidianos.

Entretanto, mesmo considerado como lugar de todos os grupos sociais, observamos que não é um fato. Como citado anteriormente, as vivências se diferenciam e grupos possuem autonomia no espaço e outros não, assim, segundo o Geógrafo Angelo Serpa, no espaço público existe a produção de pequenos territórios que separam os grupos.

Todo mundo parece estar ali com todo mundo, porém, de fato, está todo mundo ali, mas com seus limites e barreiras muito bem demarcados uns em relação aos outros: ler esse limites e barreiras em um domingo ensolarado é uma aula muito elucidativa sobre como o território representa hoje exatamente o contrário da ideia de espaço público. (SERPA, 2019, p.69).

A mulher compreende que o espaço público não é produzido para todos os grupos, inclusive o seu e, assim, ao sair de casa entende que passa a ser enxergada pela sociedade machista como somente mais uma pessoa do gênero feminino. Dessa maneira, reprimida por hesitações sobre sua segurança, procuram estratégias para resistir cotidianamente na cidade e, assim, atentando para não chamar atenção para si, evitando ruas, homens e horários.

A via pública deveria ser para todas (os). Contudo, mulheres entendem que é um espaço de perigo ao usarem certos vestuários, pois, isso é o bastante para estarem em situações de

constrangimento, perseguições, assédios, estupros e morte. Então, na perspectiva das desigualdades de gênero, a rua é pública, porém, existem alguns limites em que o feminino não pode ultrapassar, caso isso, ocorre a própria responsabilização da mulher de sua condição de vítima.

Mulheres são compelidas desde crianças que devem seguir comportamentos ‘limitados’, como se comportar como “mocinhas”, dentro e fora de casa. Nas ruas precisam desenvolver suas práticas sociais com performances perfeitas ao imaginário machista: bonitas, bem vestidas, cheirosas, delicadas e gentis. E essa construção cultural machista faz com que mulheres se silenciem diante de violências e desrespeitos, fazendo algumas acreditarem que a culpa é da mulher por ter ultrapassado limites.

Se distanciando da violência urbana machista lugares são resistidos e trajetos que não podem ser evitados são realizados com desassossego e medo da violência. São lugares considerados perigosos que trazem marcas de vivências e experiências de violência, lugares escuros, de difícil acesso, desertos, sem a presença do fluxo de pessoas, inseguros, com paisagens assombrosas que causam medo.

Existem os lugares afetivos, onde sem tem a sensação de proteção, ruas e praças movimentadas, iluminadas, planejadas, sinalizadas, que facilitam a mobilidade e que se tornam trajetos mais “confortáveis”, pois, são feitos sem a pressão do medo da insegurança, se tornando vivências cotidianas e experiências agradáveis. Porém, esses lugares oferecem uma sensação falsa de segurança se a sociedade é dominada por valores patriarcais e machistas.

Mulheres que moram em espaços do medo compreendem que a falta de iluminação em determinados recortes espaciais são apenas a ponta do iceberg, pois, o escuro pode esconder muitas ameaças. Assim, a ansiedade aparece em locais como esses e se torna um grande desafio, pois a não visualização do que pode estar à frente é apavorante, por se ter a possibilidade de ser esconderijo de homens machistas que enxergam mulheres como objetos.

O patriarcado é considerado uma teoria ou doutrina política de contrato de dominação e exploração sobre a mulher. As relações patriarcais se estruturam segundo hierarquias de poder, alcançando toda a sociedade civil e também o Estado. No regime patriarcal, as mulheres estão incluídas como objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros (as) e de força de trabalho (não remunerado), e conseqüentemente, de novas reprodutoras (PAULA, 2020, p. 122).

Em uma sociedade patriarcal mulheres são inferiores, cuja exploração é algo natural, e assim essa cultura da dominação masculina percorre em todos os setores da sociedade, transformando a vida de mulheres em grandes prisões que não se limitam aos espaços da vida

privada. Esse modelo de sociedade pregam e perpetuam o ódio contra a mulher e, com a certeza dessa realidade, o medo e a violência no cotidiano em espaços públicos se transforma em algo comum.

Assim, em ruas, avenidas e estradas, sem iluminadas pública e fluxo de veículos e pessoas, aumentam os riscos de violência contra mulheres, pois, se a sensação de insegurança em espaços movimentados é constante, em espaços como esses ela se torna aterrorizante. Sabe-se que não é exatamente o escuro ou a desertização das ruas que causam o medo e sim o que pode haver em meio a essa paisagem, pois, são espaços que favorecem perseguições, assédios, abusos, agressões sexuais e homicídios.

Espaços públicos com ausência de iluminação tornam-se emboscadas ao dificultarem a visibilidade. Ao mover-se por esses locais, os passos se tornam mais longos, os olhos ficam inquietos e atentos pois em qualquer momento pode surgir alguma situação de perigo e, por isso, a mulher está sempre ansiosa para fugir, correr, gritar ou enfrentar.

A misoginia é fruto da sociedade patriarcal, pois, ao defenderem a ideia de que existe um gênero superior e que esse possui características normativas, todos os que não fazem parte desse grupo e não possuem tais características passam a ser a minoria, desvalorizados, oprimidos, inferiores, odiados. A misoginia é o ódio às mulheres, principal responsável pelo feminicídio que é o crime de ódio contra as mulheres, algumas vezes praticados em espaços públicos.

Os perigos que são temidos estão relacionados com a figura de outra pessoa, o gênero masculino. Um dos maiores medos de uma mulher ao caminhar em um ambiente público escuro ou deserto é o de encontrar uma figura masculina desconhecidas ou vários homens nesse percurso, já que se sabe que nesse encontro dificilmente passará despercebida, porque mesmo que não seja vítima de algum crime, sempre existem as “brincadeiras” constrangedoras, assédios e abusos.

Como não sentir medo quando se vive, segundo Tuan (2013), em um mundo de estranhos? Para ele o espaço urbano segue essa definição. Assim o deslocar-se por ruas e avenidas é percorrer por caminhos incertos mesmo que seja rotina, uma vez que as pessoas não são as mesmas, assim, diversos grupos se cruzam e, dessa forma, o espaço é o mesmo, a insegurança e o medo da violência também.

Os espaços do medo são esses em que a mulher precisa deslocar-se ligeiramente e de forma silenciosa, temendo o pior em cada esquina, quadra e encontro. Com isso, reconhecida por seus casos de mortes e violência de mulheres em seus espaços públicos e por relatos de

vivências de moradoras que tentam sobreviver cotidianamente ao saírem de casa, percorrendo por espaços de ódio e onde se morre apenas por ser mulher.

Uma tática de defesa da mulher é o silêncio diante de situações de perigo, o caminhar torna-se silencioso para não chamar a atenção. Assim, se em algum momento passa por situações de perseguição ou assédios, por receio, se silenciam e continuam em frente, atitude tomada influenciada pela incerteza da reação de um assediador. Esse tipo de eventualidade não significa que a “brincadeirinha” produziu graça, o fato é que homens machistas não aceitam serem contrariados e são uma ameaça, quando acontece.

Para Dutra e Machado (2017), locais públicos são um bom ponto de observação da violência de gênero, pois são espaços de degradação social, onde a mulher pode sofrer com importunações, abordagens violentas, constrangimentos, insultos, ameaças, ofensas e intimidações. A violência está nos detalhes, está na falta de respeito, na importunação, no assédio, que vem em forma de “cantada, psiu e piadas”, o medo vem em seguida, pois, o sentimento é de vulnerabilidade.

Importunações, perseguições, violência física e psicológicas, sofridas por mulheres não ocorrem somente no horário noturno ou em áreas com pouco movimento. Essas práticas também se dão em meio a aglomerações, centros, mercados, feiras, praças e ônibus, assim, acontecem em qualquer localidade, durante o dia. São práticas invasivas e violências que agressores por vezes não se preocupam em tentar disfarçar, ao menos; pois, a sociedade patriarcal e machista sempre culpará a vítima.

Ao gênero feminino é imposto, pela sociedade machista, o verbo evitar e o não provocar. Vivências na cidade são evitadas para não provocar problemas, visto que, a culpa pela agressão neste caso sempre é da vítima. Então, em espaço do medo resta apenas o evitar, não provocar, silenciar, fugir, enfrentar ou gritar, porém, os dois verbos primeiros são impossíveis uma vez que na sociedade patriarcal e machista, somente a presença da mulher se torna motivo para a prática de crimes.

As Cidades do medo possuem paisagens e lugares com marcas de experiências de violências, clamores silenciados de desespero e dor. Assim, também gritos de mulheres que nunca foram ouvidos e que tiveram justificativas machistas com frases como “Ela não evitou, ela provocou”. E assim, sabendo da existência dessas realidades, habitar em espaços do medo é um grande desafio cotidianamente, mesmo as mais corajosas sabem que é preciso cuidado, pois esses espaços não foram produzidos para todos e um passo à frente pode ser um passo sem volta.

A violência de gênero contra a mulher, cometida em ambientes públicos, é um fenômeno social, é um tipo de violência que acontece em decorrência das relações de poder e de uma sociedade culturalmente machista. (DUTRA; MACHADO, 2017, p. 08).

Para uma sociedade machista o gênero masculino é hierarquicamente superior, não sendo comparado ou igualado ao feminino, ideologia do machismo que é contra a igualdade entre homens e mulheres. Na cultura machista a mulher deve seguir, dedicadamente, os papéis sociais que lhe são atribuídos, assim, ser submissa, aceitando sua inferioridade em diversos aspectos da sociedade, sem direitos semelhantes.

No espaço público, meninos e meninas produzem espacialidades marcadas pelo machismo social, onde meninos são superiores, podendo se aventurar sem medo ao espaço. Essa ideia de superioridade e inferioridade contribuem para a discriminação e naturalização de agressões de grupos julgados como inferiores desde crianças e qualquer pessoa que não siga os padrões masculinos são oprimidos na cidade do medo.

Assim, situações de violência são consideradas como naturais e, compreendendo essa realidade, mulheres procuram e precisam se proteger, cotidianamente, em espaço de uso comum. Saber identificar situações de perigo é uma prática cotidiana feminina de mulheres habitantes de espaços do medo, o temor, o medo e a sensação de insegurança estão presentes cotidianamente.

O nível de perigo, exclusão, preconceito, perseguição, abusos ou qualquer outra sensação de insegurança e medo, são alterados de acordo com a idade, classe, etnia, raça e identidade sexual. Alguns grupos de mulheres estão mais vulneráveis a viver experiências de violência, uma vez que todas podem ser vítimas; entretanto, em certos casos a violência são sutis e em outros são impactantes.

O espaço do medo é ameaçador, assusta, oprime e aprisiona e seu histórico é de violento e inseguro, a produção e reprodução continua da cultura machista e do patriarcado são duas das principais responsáveis por essas características. Dessa forma, o perigo da violência é mais intenso para mulheres negras, de baixa renda, lésbicas e transexuais, e as com menos idades, jovens e adolescentes, tendem a sofrer assédios na rua com mais frequência, como diz as geografias a seguir.

Uma mulher negra, lésbica e de baixa renda, por consequência, está sujeita a ser atingida por um intenso fluxo dos eixos de poder, sendo sujeitada de forma simultânea a múltiplas opressões. (SILVA; SILVA, 2011, 29).

Mulheres negras enfrentam desafios maiores ao adentrarem no espaço público do que mulheres brancas, já que a cidade do medo é também racista e a violência contra àquelas geralmente são mais rotineiras e agressivas. Assim, mulheres negras estão mais expostas a violência urbana, uma vez que parte dessas mulheres moram em áreas periféricas e precisam, cotidianamente, manter uma rotina para chegar aos centros urbanos.

A periferia é vista como local de moradia de mulheres negras, mães solteiras, de baixa escolaridade, em condições de subsistências, assim, suas trajetórias na cidade geralmente são marcadas pelo preconceito racial e de classe, transformando seus cotidianos em luta por sobrevivência. E se acaso essas mulheres são homossexuais, suas vivências são mais inseguras, pois em uma sociedade machista e patriarcal uma mulher pobre, negra e lésbica não é aceita e sofre diversas opressões com risco de morte.

Mulheres lésbicas em cidades machistas, patriarcais e homofônicas, precisam esconder suas identidades ao moverem-se no espaço público, pois, assumir essa identidade é um ato que às posiciona em situação de preconceito e perigo. Essa sociedade não tolera o que esteja fora do padrão heteronormativo e, assim, condenam comportamentos que não seguem a normalidade exigida. Com isso mulheres homossexuais estão mais sujeitas a sofrerem violência sexual e a sociedade cruel julgam como atos de correção ou punição.

E assim as percepções de vivências se diversificam segundo a pluralidade do gênero feminino. Uma vez que este é um grupo variado com múltiplas identidades, com isso modificando a forma produzir as relações e uso dos espaços públicos e, assim, construindo e reconstruindo estratégias espaciais para a sobrevivência. Assim, Juliana Toro e María Ochoa, descrevem sobre a naturalização do medo e os rituais que mulheres produzem para habitar no espaço público.

Las mujeres en cambio configuran un riguroso ritual inconsciente y naturalizado para habitar el espacio público, que consiste en saber qué pueden y qué no deben hacer en los lugares de uso común. Entendemos este ritual como una práctica adaptativa después de interiorizado el miedo y la culpa y que como se verá en adelante, no es un proceso exclusivamente individual, sino reforzado por la cultura y sus principales instituciones. Ellas se ven presionadas a tener cuidado con su apariencia para no llamar la atención, a evitar lugares donde puede presentarse acoso y a no salir solas a altas horas de la noche. (JIMÉNEZ; SIERRA, 2016, p. 69).

Em espaços machistas é comum os relatos de violências. Assim, em algumas situações são descritos pelo próprio agressor, pois, a cultura machista, patriarcal, misógina e sexista na sociedade encoraja homens a serem violentos e naturalizam essas ações. No espaço público,

homens também experimentam o sentimento de medo, contudo os temores são diferenciados, surgindo apenas em poucos momentos, não existindo preocupações em serem vítimas de violências sexuais. Ao contrário de mulheres que precisam se atentar para diversas questões antes de saírem do espaço privado. Assim, homens possuem autonomia no espaço público e mulheres são forçadas a seguir regras de comportamentos projetados por uma sociedade que segue sistemas culturais de opressão ao feminino. E como citado anteriormente essas reproduções de modelos de cidades construídos com base nessa cultura são perigosas para a mulher.

Aparência, comportamentos e horários são alguns dos elementos de preocupações femininas em espaços inseguros. Pois vivem na mesma sociedade que qualifica grupos como superiores e inferiores, construindo limites e desigualdades que se somam as práticas sociais, das quais mulheres são induzidas a desenvolver nos espaços públicos e é um processo dificultoso.

A sensação de insegurança e o medo da violência machista são predominantes em espaços de uso comum na cidade do medo, mulheres estão em todos os lugares nessa cidade por necessidade e por direito, dividindo o uso desses espaços com o preconceito, exclusão, intimidação, abusos e perseguições. Mulheres ocupam a cidade com temor e a incerteza e, também, como forma de resistência.

O machismo interligado a outros elementos produz territórios do medo que são, também, racistas, classistas, homofóbicos, intolerantes, essencialistas e violentos. Nesses territórios a sociedade julga, criminaliza, marginaliza, persegue e visibiliza espacialidades que são oprimidas e vulnerais. Assim, inserindo mulheres em prisões invisíveis no espaço público, porém, definidas e consolidadas pela cultura machista que não tem interesse em mudanças.

1.2. Espaços como Territórios e a desterritorialização da mulher na cidade do medo

Infere-se que para a construção do debate sobre a geografia social é considerado toda uma sistematização teórica, como por exemplo os métodos de pesquisa e as categorias de análise que norteiam as variadas investigações nesse contexto. Uma das categorias debatida pelo(a)s geografo(a)s quando se analisa o espaço urbano é o território. É nesta categoria que iremos exprimir alguns elementos teóricos acerca do debate sobre *cidade do medo*.

O território é uma categoria, conjunção dos conceitos de espaço e poder, que é discutido amplamente na tentativa de redefinição. Assim Souza (2020), assevera que território é um

espaço definido e delimitado a partir de relações de poder enquanto gênese na tentativa de aproximação para com o debate. Sendo assim:

Necessária, sim, mas insuficiente. Tomá-la como se ela fosse, a um só tempo, o início e o fim da tarefa de conceituação, significa substituir o esforço de reflexão conceitual pela memorização de uma definição preparatória, com isso abrindo-se a porta para subverter o espírito daquele texto de 1995 e assimilar de modo truncado a mensagem ali contida. (SOUZA, 2020, p. 78).

O território, no contexto do espaço urbano, atravessa pela premissa do poder, oprimido (a)s *versos* opressores, essencialmente. Nessa direção constata-se que território é, enquanto meio, a materialização do poder. Com isso Souza (2020), ressalta que território não pode ser reduzido na figura do estado, ou seja, a ideia de dominação associa-se com o poder heterônimo, como por exemplo: o espaço segregado pela milícia.

Portanto, o território perpassa num contexto de forças e de múltiplas relações sociais e suas complexidades intrínsecas, isto é, o movimento dialético das múltiplas territorialidades. Sobre essa dinâmica, o movimento dialético é considerado as contradições produzidas pelo capitalismo, trata-se do movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida em sociedade.

Outra questão de Souza (2020) é a territorialização enquanto objetivação de controle espacial no âmbito econômico e cultural:

Por que razões se deseja territorializar um espaço e manter o controle sobre ele? Há, potencialmente, uma plêiade de motivações. O que se pode dizer, conforme eu já havia grifado em 1995, é que essas motivações sempre estarão, de algum modo, conectados ao substrato espacial material e, eventualmente, também aos próprios significados culturais atribuídos às formas espaciais, isto é, às imagens de lugar. (SOUZA, 2020, p. 88).

Por exemplo, podem se vincular às ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Assim Souza (2020), enfatiza que territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim campos de força que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções espaciais. E na perspectiva do gênero feminino a produção do Espaço, vivido influenciada por questões simbólicas de opressão e exclusão, produzem diversos territórios, dentre eles a cidade do medo.

A cidade do medo é composta por planejamento urbano e políticas públicas de exclusão, que não contemplam necessidades e direitos da pluralidade, somado com pensamentos e ações de uma sociedade machista e patriarcal, se transformando em um espaço de opressão, exclusão,

violência e medo para a mulher. O território do medo é a forma organizacional da cidade, a materialidade, o concreto, e mais as questões simbólicas, os valores, as percepções, os sentimentos.

O patriarcado é um sistema social, que se insere em todas as esferas do espaço, público e privado, ele que se perpetua pregando misoginia e o machismo, estes que aparecem na produção de territórios de diversas formas, materialmente ou simbolicamente, pois territórios carregam marcas do espaço vivido e as refletem no espaço.

Ou seja, lugar e território, antes de tudo, remetem a experiências geográficas que por vezes se distinguem, por vezes se aproximam, experiências que, por seu lado, carregam em si a marca do espaço vivido, revelando também que os conceitos utilizados em geografia são “modos geográficos de existência” (SERPA, 2019. p.61).

Territórios são experiências do ser-no-mundo, as relações sociais, históricas e culturais, espaço de poder, de limites e de fronteiras. Territórios são produzidos e por meio deles é possível observa a interação de grupos, como do gênero feminino, que dentre as questões de limites e fronteiras acabam por sendo excluídas do espaço, pela produção de territórios machistas, misóginos e sexistas.

Ao ponderarmos sobre o contexto da mulher na perspectiva cultural no que se refere aos elementos que compõe a *cidade do medo* inferimos algumas questões teóricas-conceituais, imprescindíveis. Uma dessas questões é o sentimento de perda ou negação identitária-territoriais, ou seja, as componentes de violências na cidade em que a mulher sofre no seu deslocamento espacial. Nesse sentido, a concretude de perda de referenciais territoriais para a Mulher.

Outra questão que apresentaremos é como tal negação territorial ou exclusão de gênero na cidade, nas relações espaciais, produz aquilo que Haesbaert (2005) chama de desterritorialização no processo migratório, a desterritorialização da mulher na cidade perpassa pela ideia de território como espaço de identificação cultural. Para Haesbaert (2005), o território elenca quatro grandes perspectivas no que se refere as questões de território:

[...] uma, que parte da noção de território como dimensão físico-econômico da vida humana; outra, que vê o território como base de ordenamento político da sociedade; uma terceira, que parte da ideia de território como espaço de identificação cultural; e uma quarta, a mais totalizadora, que vê o território como uma espécie de “experiência integral” do espaço pelos grupos sociais. (HAESBAERT, 2005, p. 35).

A dimensão físico-econômico da vida social perpassa pela perspectiva do território como abrigo ou como fonte de recursos no sentido de reivindicar e garantir direitos estáveis de acesso, de controle e de uso. Outra dimensão no âmbito político dialoga com as questões de domínio do espaço. A dimensão do território enquanto experiência integral, segundo Haesbaert (2005), diz respeito a todas as quatro dimensões em interação. Por último, não menos importante, mas com o propósito de enfatizar intrinsecamente como nosso tema em questão, temos a dimensão o território simbólico.

Nesse sentido simbólico, a desterritorialização, no contexto da mulher, destituiu os valores, símbolos que formam a construção das questões identitárias. Tal questão interfere nas mudanças qualitativas nos referenciais de identidade territorial. Ou seja, na cidade do medo, onde a cidade, na forma concreta que está planejada, não inclui a mulher o direito de poder estar, sentir-se livre para o desenvolvimento nas relações humanas.

Dessa forma, a exclusão da mulher perpassa por diversas violências cometidas, principalmente, pelo homem patriarcal e machista. Violências que acontecem em espaços públicos da cidade, sendo o motivo do medo feminino de sofrer algum tipo de violência física ou psicológica, nesses territórios do medo de desigualdade e insegurança, de dominação masculina.

Daí a problemática da negação dos referenciais espaciais, dos direitos básicos de cidadania, da perda de laços identitário-territoriais. Nesse sentido, a territorialidade passa ser insegura, obriga-se a sobrevivência física cotidiana, pelo fato de não ter alternativas de poder produzir o território ou do desenvolvimento de experiências múltiplas sem temer a qualquer tipo de intervenção-violenta externa.

El territorio es una construcción social, una trama de lugares y una expresión de la espacialización del poder; esta aproximación implica asumir, entre otras cosas, que en este se materializan relaciones de género como producto de la construcción social e histórica y como forma primaria de las relaciones significantes de poder. Comprender el territorio desde la perspectiva de género implica asumir que los usos, las apropiaciones y los recorridos que hacen hombres y mujeres de los diferentes lugares están mediados por roles sociales y culturales que se asocian a unas estructuras particulares de poder; en ese sentido, se puede evidenciar que las mujeres hacen un uso diferencial de los lugares públicos y privados. (ZAPATA, 2018, p. 87).

O território do medo para mulher é configurado pela dimensão do poder da cultura patriarcal e machista que oprimem mulheres e naturalizam a ideia de inferioridade feminina e a superioridade masculina. Assim, homens fazem uso dos espaços públicos com autonomia e mulheres tendem a usá-lo com o sentimento de insegurança e o medo, cotidianamente.

Os espaços públicos, nessa perspectiva, passam a ser um lugar que não só deixam de pertencer a mulher, mas, também, há a naturalização da violência contra estas. Esses territórios de dominação masculina, através de normas, limitam as vivências dos diversos grupos de mulheres na cidade, fazendo com que as mesmas acreditem que não podem estar nesses espaços em determinadas horas e com qualquer tipo de roupa.

Assim, ocorre a desterritorialização da mulher do território machista que não permite a liberdade da mulher na forma de uso desses espaços. Que para se prevenir da violência, acabam por evitá-lo, naturalizando e aceitando sua condição de exclusão, se colocando onde as normas machistas e patriarcais as colocam.

Mas não podemos confundir a desterritorialização como mera mobilidade física, conforme Haesbaert (2005), pois, a mulher pode estar desterritorializada sem deslocamento físico, pois, basta-se [...] que vivenciem uma precarização das suas condições básicas de sobrevivência (HAESBAERT, 2005, p. 39), assim, também, de exclusão no espaço, negação de suas necessidades e direitos.

Destarte, inferimos que o desenvolvimento da territorialidade se necessita do campo simbólico ou das representações simbólicas. E na realidade concreta a cidade do medo retira essa possibilidade de grupos de mulheres construírem suas territorialidades no espaço urbano, uma vez que a insegurança, opressão e o preconceito às limitam de suas vivências cotidianamente.

Enfatiza-se que a cidade do medo é um espaço de opressão à mulher. Falar de poder abrange uma grandeza de questões teórico-histórico que não é nosso papel neste trabalho. Nesse sentido, no contexto da cidade do medo, o poder conota uma força negativa, de intimidação, de opressão, de violência praticada a um grupo subalterno, no caso específico ao gênero feminino.

A perspectiva de desterritorialização que inferimos nesse trabalho é posta com intuito de compreender a exclusão da mulher na cidade do medo. Ao ser excluída concluímos que a cidade não foi formatada para a mulher, embora ela possa resistir na prática do deslocamento cotidiano, ela é impedida pelas violências de construir as representações simbólicas na perspectiva da territorialidade.

A cidade do medo, enquanto espaço vivido de vivências e experiência, remete a mulher numa condição de oprimida a partir de elementos machistas e patriarcais. FREIRE (2019), em sua obra 'Pedagogia do Oprimido' revela a relação entre oprimido e opressor. Para este, O(a) opressor(a) desenvolve sobre o(a) oprimido(a) impondo-lhe sua concepção de mundo e suas vontades, explora, violenta, desumaniza o(a) outro(a). Na relação machista e patriarcal, o homem cria territórios de poder e opressão, onde este se torna superior e os demais inferiores.

Em relação as experiências geográficas, SERPA (2019), infere que está intrínseca, relacionada aos conceitos de lugar e território a partir da ideia de espaço vivido, sendo estas representações da sociedade, produções no espaço e modos de existências geográficas, o primeiro ligado a dimensão do vivido e o segundo com a de poder, relacionados a dialética da igualdade e diferença, e assim configurando o espaço.

Assim SERPA (2019), destaca que o conceito de território percorreu uma certa generalização em relação a perspectiva de espaço de poder, conveniência esta que oculta mais do que revela a maneira como o conceito se manifesta em experiências, certo que o poder é um fenômeno vivido e o que o vivido também manifesta as relações de poder. No entanto, se necessita mediar os limites e as fronteiras [...] e de como limites e fronteiras se manifestam em nossas relações com o outro no cotidiano [...] (SERPA, 2019, p.62).

No espaço público se encontram diferentes territórios, ele é dividido entre diferentes grupos, sob ele se cria a ideia que é um espaço acessível a todos fisicamente, porém, simbolicamente, existem barreiras e limites muito bem demarcados. Assim, territórios vão contra a ideia do que seria espaço público. Territórios são espaços apropriados e marcados por relações de poder, são relações sociais que podem ser construídas e desconstruídas.

Em territórios do medo feminino, que são de ordem culturais machista, é perceptível observar recortes espaciais criados somente e para o gênero masculino; como exemplo, tomamos o campo de futebol masculino. Esses territórios na maioria das vezes são frequentados somente por este grupo, as mulheres quando aparecem são somente para assistir, dificilmente como praticantes e, esses territórios, pertencem aos espaços públicos.

Então mesmo em espaços públicos, territórios machistas delimitam as desigualdades de gênero, criando recortes onde mulheres são excluídas. Mesmo que elas se apropriem desses espaços, nunca é de forma igual, não são aceitas, não dividem de forma igualitária, sempre segregadas pelo poder da sociedade machista e patriarcal.

1.3. O debate de gênero enquanto resistência das mulheres inseridas em cidades do medo

Durante tempos dentro da ciência geográfica alguns grupos foram invisibilizados, o fazer geográfico desconsiderava a pluralidade social, considerando a humanidade como uniforme, e, assim, não dando visibilidade a espacialidades da metade da população. Com isso, na década dos anos 1970 com a segunda onda do feminismo essa realidade da geografia hegemônica começou a tomar outros rumos, rompendo com suas características fortes ligadas ao sexo e a raça.

Assim, a geografia hegemônica se desenvolvia por meio de discursos que davam visibilidade somente ao grupo de cor branca, masculino e heterossexual; e, dessa forma, negando existências da diversidade na sociedade. Porém, o feminismo que surge na segunda onda com finalidade de buscar igualdade de direitos, mostrando que mulheres e homens, tem vivencias diferentes na sociedade traz para a geografia uma nova perspectiva, onde essa começa a desenvolver pesquisas que investigam espacialidades produzidas e reproduzidas por mulheres, e, assim, ponderando em novos conceitos e metodologias.

Nessa perspectiva, emergiram as chamadas “geografias feministas”, desenvolvidas com o objetivo de desafiar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido, por meio da reivindicação de novas versões científicas que pudessem trazer para a visibilidade grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico. (SILVA, 2009,26.)

Assim as geografias feministas *no plural* fazem alusão a um grupo de diversidades, fazendo referência a pluralidade científica e ideológica. Da união do movimento político feminista com a geografia, surgiram novas formas de interpretar o espaço que trouxeram visibilidade as relações espaciais que por muito tempo foram desconsideradas, e, assim, inserida a geografia feminista no campo da geografia cultural obtemos o surgimento da nova geografia cultural.

Com isso diferentes e diversas espacialidades se revelam em distintas escalas, pois a sociedade se organiza de forma desigual e, as geografias feministas, explicitam essas desigualdades ao darem visibilidade a marcas que se aprofundam no espaço como o corpo, gênero e desejo. Assim, essas marcas se tornam responsáveis por diferentes formas de usos e espacialidades. Dessa maneira, trazem visibilidade a essas reproduções espaciais e é mostrar realidades que precisam de transformações.

Assim, as geografias feministas apresentam existências, contudo, foram invisibilizadas pelo essencialismo e dentre essas vivencias evidenciamos as mulheres. Estas que se mantiveram invisíveis, pela teoria da universalidade, em que a única existência considerada é do ser universal, com as seguintes características: homem, branco e heterossexual. Com isso, quaisquer outros seres humanos sem tais características eram inadequados para se tornarem objetos de estudo ou irrelevantes enquanto produtores de espacialidades.

Com a soma do feminismo, enquanto movimento político e teórico, inserido na ciência geográfica, vivencias se tornaram perceptíveis pelo meio científico da geografia. As relações de gênero enquanto conceito expõem a visibilidade das relações desiguais produzidas

socialmente e culturalmente, onde se apresentavam dois gêneros, o masculino caracterizado como superior e o feminino enquanto inferior.

Dessa maneira, o objeto de estudo da geografia passou a ser interpretado pela perspectiva de gêneros. Assim, relações de desigualdade, opressão, subordinação e violência apareceram na composição da produção e reprodução de espaços dominados por relações machistas, sexistas e misóginas. Dessa forma, com o passar do tempo esse conceito também passou por transformações dentro e fora da geografia. Como exemplifica a geógrafa Silva:

A adoção do conceito de gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos, além da ampliação do campo de estudos, já que o espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero. Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres. (SILVA, 2009, p.35).

Dessa maneira, relações de opressão do gênero masculino sob o feminino durante muitas décadas foram naturalizadas e, dentro da ciência geográfica, isso também intercorria, uma vez que a escassez de pesquisas em relação a mulheres produzida por mulheres eram ausências naturalizadas. E quando geógrafas começaram a se inserir, precisaram desafiar a geografia hegemônica masculina, para, enfim, dar visibilidade às mulheres dentro da ciência.

As metodologias de pesquisa que fazem parte da geografia feminista apresentam flexibilidade, pois, essa maleabilidade como elemento permite transformar emoções em produção científica e, assim, rompendo silêncios e os transformando em força pela luta por direitos. Com isso, os estudos de gênero no espaço seguem diferentes abordagens, uma delas é a teoria construcionista e outra desconstrucionista.

Assim, a perspectiva teórica construcionista é a que considera o gênero como papel social reproduzido por homens e mulheres, observando o espaço, produzido socialmente e conectado a cultura, de onde se constroem e reproduzem ideias do que é ser homem e o que deve ser mulher.

A aceitação do conceito de gênero e sua evolução no decorrer do tempo possibilitou novos caminhos teóricos e metodológicos e esses que deram visibilidade a discursos de pliversalidade do conhecimento partindo contra a teoria da universalidade. Assim, sob influência dos estudos de Judith Butler, o conceito de gênero passou a ser considerado como caráter performático, não se limitando ao sistema binário e ao pensamento de que o gênero reflete o sexo e limita-se a ele.

Assim surge a teoria desconstrucionista que é fortemente influenciada por Butler, instigando os estudos geográficos e que compreende o espaço como relacional, como afirma Ratts; Costa; Silva; Ornat; Silva; Silva (2016), o espaço comporta relações que são reinventadas em diversas configurações aleatórias, fortalecendo a exclusão daqueles que não estão dentro da regulação de gênero heteronormativo ou também de ser uma referência para a resistência a essa ordem.

Dessa forma, Butler contribui para a reflexão sobre o pensar no espaço e nessas vivências excluídas pelos sistemas da heterossexualidade compulsória:

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio de práticas do desejo heterossexual. (BUTLER, 2018, P. 53).

Sendo assim, o fim da normatização do gênero como binário rompe com a hegemonia da heterossexualidade compulsória, que naturalizam regimes de poder que são interligados a opressão masculina e heterossexual. Assim, no meio da geografia, o pensamento dualista de gênero como análise espacial do feminino e masculino se transformam em novas perspectivas que consideram identidades além das diferenças sexuais. Com isso estabelecendo interseções com modalidades classistas, raciais, étnicas e regionais.

A heterossexualidade compulsória invisibiliza outras formas de existência humana e, a incorporação da performatividade nos estudos geográficos, dar transparência a importância das análises espaciais de tempo e espaço em estudos de vivências e experiências cotidianas que confrontam ordens compulsórias de gênero e da sociedade heteronormativa.

Compartilhamos do pensamento, expresso por Judith Butler, de que o gênero performático é uma representação construída em atos estilizados, jamais plenamente exibida em qualquer situação, e a linearidade entre sexo, gênero e desejo é uma falácia do discurso hegemônico. Nesse sentido, o espaço é também compreendido aqui como imbricado nas *performances* vivenciadas cotidianamente. (SILVA, 2009, p. 95).

Assim para Butler, ser mulher é muito mais do que um dado biológico, pois, o gênero é muito mais do que binarismo e representação de papéis sociais de homens e mulheres, estes suscetíveis a múltiplas convergências e divergências, complexo e aberto. Esse que é também a reprodução de uma forma, uma crítica a ideia de mulher como ser; pois, essa teoria produz identidades que não são representadas, então, assim, gênero é construção social.

Dessa maneira, o rompimento da matriz binária e a oposição em relação ao estudo de gênero, também produziu avanços teóricos para a geografia. Uma vez que suas análises espaciais, principalmente estudos sobre as categorias espaço e território, foram para além de uma concepção androcêntrica, assim, considerando outras formas de existências além do masculino como único modelo de representação.

Com isso, é importante salientar que a geografia feminista não se limita aos estudos de gêneros ou patriarcado, pois existem diversas formas de espacialidades, vivências e experiências cotidianas que estiveram ausentes durante muito tempo dos estudos geográficos, por conta da geografia hegemônica e sua sociedade heteronormativa. Sendo assim, nessa perspectiva o espaço é observado pelos estudos de gênero como performático e também por atos subjetivados que negam o ideal de gênero.

Compreendemos o espaço e o tempo por práticas materiais e simbólicas, porém, para Silva (2019), as cidades em sua maioria são planejadas e construídas por homens e nos espaços públicos é predominante a presença masculina, então é impossível produzir visibilidade feminina através dos apegos as formas materiais, pois, estes expressam formas hegemônicas. Consideramos, na pesquisa realizada, dar visibilidade aos estudos não hegemônicos e é preciso haver um equilíbrio entre o material e o simbólico.

Assim, o espaço social e suas relações dão forma ao espaço urbano e a geografia de gênero como categoria geográfica dar visibilidade a delimitações e configurações espaciais que são moldadas através de uma ótica masculina. Ou seja, algumas cidades são organizadas seguindo políticas públicas produzidas a partir da lógica machista e patriarcal, dessa forma, essas produções não contemplam as vivências múltiplas e suas necessidades diferenciadas, com isso, tirando a autonomia feminina e gerando a insegurança e o medo de sofrer algum tipo de violência na cidade e, assim, aprisionando mulheres no espaço.

Assim a geografia feminista tem o objetivo de colaborar com os estudos acerca da importância da ocupação e conquista do espaço por todos os grupos socialmente excluídos, não somente mulheres cis. Dessa forma a ocupação de espaços possibilita o combate contra sistemas de opressão feminina que invisibilizam suas existências, necessidades e direitos.

Os estudos de Butler nos possibilitaram compreender os estudos de gênero em outras perspectivas, considerando outras existências além da construção social do masculino e do feminino. Existências que são oprimidas e invisibilizadas por uma sociedade preconceituosa que considera, somente, homens e mulheres, colocando os primeiros em estado de superioridade, produzindo distâncias espaciais entre ambos. E considerar esses estudos que dão evidência a essas diversas vivências é um exemplo da atuação da geografia feminista.

Nesse trabalho buscamos compreender como as relações de gênero se desenvolvem na configuração urbana e como que a cidade se transforma em um espaço de vivências, injustiças e violência para a mulher. Com isso, também, é importante entender como que as cidades que oprimem grupos sociais se produzem e, assim, dar visibilidades para essas questões, refletindo sobre mudanças nas configurações espaciais de exclusão, preconceito e violência.

O espaço urbano é um recorte de muitas contradições e no caso dos espaços do medo feminino essas extensões são reflexos de violência, machismo, patriarcado e misoginia. Em outras perspectivas pode se transformar em espaços de mudanças, resistência e luta pelo direito a cidade, uma vez que o desejo por um espaço urbano melhor sempre existiu como menciona Tuan (2005), nas cidades sempre houve o desejo de perfeição física e de uma sociedade estável e harmoniosa, pois, também, historicamente sempre foi oprimida pela violência e pela ameaça do caos.

Para Tuan (2005), os humanos sempre procuraram segurança, pois em um lugar seguro existe a possibilidade do estar cuidado e descuidados. Assim, a sensação de segurança em espaços do medo é uma busca constante, uma vez que a cidade reflete violências influenciadas de forma material e simbólicas, de ordem patriarcal e machista, naturalizadas na cidade e onde a sensação de segurança é momentânea.

Dessa forma a cidade como espaço em permanente construção necessita de novos planejamentos e políticas públicas de inclusão, sem a influência de princípios de opressão. Dessa maneira, constituindo-se de produções que acatem a necessidades e o direito de todas e todos e, assim, justa com a pluralidade social. Para isso, seguindo ideologias como o direito a cidade, uma vez que é um direito de todos os grupos, onde se sintam seguros ao caminhar por espaços públicos com autonomia, livres do medo e com a certeza de segurança.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à Cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

O direito a cidade é um projeto para o futuro e utópico, assim, um pensamento e uma ação, onde pessoas se encontrem na cidade e compartilhem de um espaço justo que priorize a qualidade de vida de todas/todos. Nessa perspectiva, a cidade é justa e produzida a partir da compreensão das diferentes e diversas existências, gerada para o habitar, considerando seus habitantes.

O direito a cidade, incorpora as vivências de mulheres quando considera suas necessidades. Assim, observando suas precisões no locomover, na infraestrutura da cidade, na ausência de aparelhos, transportes e segurança pública, com isso gerando espaço onde suas vivências sejam respeitadas enquanto livres para construir relações espaciais. Dessa forma, um espaço de políticas públicas projetadas para mulheres de todas as idades, raças, classes e orientações sexuais.

Assim, refletir sobre o direito à cidade é cogitar mudanças na produção do espaço social. Considerando as diversas formas de enxergar, perceber e sentir esse espaço. Assim, colocando em consideração o lugar de outros e, com isso, pensando na multiplicidade das inter-relações e nas infinitas identidades. Com isso, pensar na produção do espaço é planejar políticas públicas, de planejamento urbano para a pluralidade.

Dessa maneira, ponderar na pluralidade é meditar sobre mecanismos contra a opressão, exclusão, violência e medo, onde todas/todos sejam vistos de forma igual, sem discursos machistas, homofóbicos, misóginos e sexistas, pois, todos esses contribuem para a violência sofrida por mulheres e demais grupos. E com o pensamento no bem estar do grupo feminino elaborar políticas que facilitem sua vivências e necessidades, também, na particularidade dos diversos grupos femininos urbanos.

Considerar a diversidade e a pluralidade é colocar como relevante que todos os grupos sociais devem ser vistos como iguais nos direitos, uma vez que todos habitam na cidade, então assim, todos tem direito ao seu uso. Contudo, cada grupo possui particularidades, assim, é preciso elaborar mecanismos para que estas sejam consideradas e, assim, através da participação de todos, os espaços fossem produzidos para a melhoria e o bem-estar de todas e todos.

Com isso, a liberdade no espaço público urbano reflete na confiança e certeza de segurança e bem-estar. Para a mulher, a eficácia do direito a cidade é observar que planejamento urbanos é elaborado comprometidos com o bem-estar de todas, respeitando as vivências de mulheres da periferia de forma igual à dos centros, na efetivação e elaboração das políticas públicas.

Dessa forma, o fim da produção de espaços do medo é o fim das desigualdades que geram a violência. Com isso, habitar a cidade sem o sentimento de medo, também é estar livre de violências influenciadas pela heteronormatividade. Uma vez esta segrega grupos e coloca em riscos de violências às que não seguem o padrão, como destaca a seguir Letícia Sampaio e Lauro França.

E o que é violento? A segregação é violenta. O controle moral que vem em conjunto com o papel determinado às mulheres num ambiente disciplinador repassado pela organização que reafirma a supremacia masculina é violento. Um espaço que aprisiona as mulheres é violento. (SAMPAIO; FRANÇA, 2015, p.63).

Dessa forma, a concepção da supremacia masculina gera violência, pois a noção de que o gênero masculino é superior e os demais grupos que não possuem características desse ser universal são inferiores, põe esses grupos como sujeitos a opressão e a violências. Dessa maneira, o sistema binário de gênero também é motivo de violência contra grupos que não estão inseridos nesse contexto de dualidade.

A cidade necessita de novas políticas de planejamento urbano que leve em conta as necessidades e interesses das mulheres, uma cidade que ouça suas reivindicações pela autonomia do espaço e políticas de combate ao machismo, patriarcado e a heterossexualidade compulsória. Assim, a cidade só será de todas quando estiver bem equipada, estruturada, com mulheres participando da formulação do planejamento urbano.

O direito a cidade para a mulher é também o direito ao transporte público de qualidade e com o preço acessível, com políticas de segurança com o objetivo de proteção contra assédios: físicos ou verbais e violência sexual. Dessa maneira, os transportes públicos devem serem projetados a servir às necessidades, diferenças e limitações de todas e que esses sejam em quantidade, levando em consideração a dupla jornada de trabalho da mulher, dentro do espaço privado e do espaço público.

Ter direito a cidade é também possuir direito à moradia e, assim, um espaço para morar, com a titulação no nome da mulher, políticas de geração de trabalho e renda, serviços e equipamentos próximos a sua moradia como Hospitais, postos de saúde, creches, escolas, dentre outros. Dessa forma, atendendo a todas, com espaços mais receptíveis as mulheres, com ruas, escolas e outros pontos públicos, lembrando nomes femininos, para que não estejam presentes somente em nomes de lojas de roupas, cama, mesa e banho e salões de beleza.

Cabe ressaltar que as práticas cotidianas das mulheres são produto das relações de gênero, as discriminações e desigualdades nessas construções resultam da ordem patriarcal que separa as esferas públicas e privadas, fazendo com que a vivência da mulher no espaço urbano seja diferenciada do homem, expressando-se nos sentimentos de medo e insegurança que fazem com que essas adotem táticas que acabam as excluindo desses espaços. Com isso, movimentos feministas organizam-se e questionam a violação de seus direitos no cotidiano, (GALETTI, 2017, p. 02).

Esse medo da violência que o gênero feminino sente se desenvolve pela falta de produção de uma cidade que atenda às necessidades da mulher e, assim, ofereça um planejamento urbano que forneça acessibilidade, mobilidade e segurança. Mas esse é um começo e não é o bastante, pois, a produção do medo na cidade é mais do que construções materiais, uma vez que é reproduções de valores impostos por uma sociedade que vê a mulher como inferior que não tem direito a determinados espaços.

Assim, acreditamos que esse estado de violência em cidades que causam o medo feminino pode ser superado e, para que isso aconteça, é necessário transformações nas estruturas materiais da cidade e também simbólicas na sociedade. Assim, a ocupação do espaço público pela mulher, somado aos avanços da geografia feminista em questões teóricas e metodológicas, é o começo para transformações da sociedade para que dessa forma a opressão se transforme em liberdade.

CAPITULO 2

AS CARTOGRAFIAS SOCIAIS FEMININAS COMO REPRESENTAÇÃO DE TERRITORIALIDADES DE VIOLÊNCIA E MEDO NA CIDADE

Entre os espaços públicos do medo nos deparamos com mulheres de vários grupos que se movimentam por ruas e calçadas cotidianamente mesmo considerando os perigos. Pois a mesma cidade da insegurança, exclusão, preconceito e medo é a cidade da coragem dos grupos oprimidos, uma vez que, é necessário possuir coragem para habitar em territórios marcados por relações de poder que excluem grupos e incitam a violência e o preconceito.

Essa mesma coragem do habitar a cidade, vivenciar e vencer os perigos é a que movimenta pensamentos de combate às desigualdades em espaços públicos e privados. Uma vez que, lutar por igualdade é ir contra sistemas, crenças, preconceitos e práticas que são considerados como elementos naturais na sociedade. E assim tudo o que vai contra esses princípios culturais é considerado uma ameaça. Por esse motivo a luta pela visibilidade da mulher e demais grupos é uma ação desafiadora e corajosa.

A luta por princípios de igualdade em benefício da efetividade de direitos e necessidades, provoca diversos conflitos. Dentro da geografia feminista um dos principais enfrentamentos é, o de permitir a visibilidade de espacialidades invisibilizadas por séculos em mapas. Dessa forma, avançando em suas teorias, conceitos e metodologias, sempre comprometida em possibilitar a visibilidade de grupos que compõem e produzem de diversas e diferentes formas relações nos espaços públicos da cidade.

Dentre essas metodologias destacamos a cartografia social feminina, que reproduz experiências e percepções do espaço do medo nas extensões públicas da cidade. Assim, possibilitando a visibilidade e dando voz a realidades de opressões que por muito tempo estiveram inexistentes em mapas.

Assim, através de representações cartográficas é possível compreender culturas, formas de vivências e concepções históricas, culturais, econômicas e políticas de uma sociedade. As cartografias sociais (plural), se referem as diversas produções ou reproduções cartográficas, uma vez que, de um determinado recorte territorial é provável que se observe diferentes percepções e concepções desse espaço.

Os Mapas viabilizam a compreensão do espaço geográfico. Dessa forma possibilitam compreender as desigualdades sociais em suas análises, através de informações presentes e

também ausentes. Segundo Seemann (2013), mapas, são específicos de determinadas culturas, por isso precisam ser lidos no contexto dessas sociedades, assim eles retratam como se percebem, concebem e representam cidades, ou seja, não é provável que em uma sociedade machista, patriarcal e misógina, produzam mapas de inclusão.

Assim ausências femininas em mapas convencionais fundamentados pela teoria do ser universal, são aceitos somente por uma sociedade que não percebe ou que reproduz esse pensamento. As cartografias sociais, nesse trabalho, buscam não somente colocar as mulheres em mapas, mas, através dessas cartografias mostrar o quanto esse grupo é diversificado e oprimido, e assim, utilizar essas representações para possíveis mudanças inclusive nos estudos cartográficos.

Os mapas não podem ser separados dos processos da sua concepção, produção, percepção e apreciação de modo que, o ato de mapear ou cartografar deve ser considerado uma performance. (SEEMANN, 2013, p. 104). Para o autor o processo de produção de cartografias sociais deve ser considerado tão importante quanto sua reprodução, pois nesse contexto estamos nos referindo a mapas reproduzidos por um gênero que é oprimido na cidade. Assim, essa cartografia nos possibilita um novo olhar, que diferencia-se quando parte de uma perspectiva de um grupo com vivências e percepções de opressão, e mais a visibilidade de diversos sentimentos que surgem em meio a experiências cotidianas.

Através das relações de poder na cidade, que são compostas pela produção material e mais as práticas culturais, são gerados territórios. Onde nessas extensões, e seguindo a perspectiva deste trabalho, um grupo dominante se apropria da cidade e assim a produz de acordo com suas percepções e expectativas, com isso desconsiderando outras percepções e existências. Essa “desconsideração”, aprisiona mulheres nesses territórios, e outras situações de exclusão a desterritorializam na cidade.

Com isso, a cartografia feminina é a representação da opressão feminina, de sua limitação e exclusão, e assim retrata a cidade no ponto de vista feminino com as incertezas de segurança e concepções do espaço público. Dessa forma, descrevendo como o grupo se ver e sente territórios de violências e opressões machistas, mapeando experiências de medo no cotidiano ou mostrando como se “vence o perigo” na cidade.

Dessa forma, cartografar propicia posicionar-se e encontrar-se nas informações. Neste contexto, mulheres tem a autonomia na descrição de suas espacialidades e se compreendem como grupo importante para a produção da cidade. E assim, observar e refletir sobre a reprodução da cidade na cartografia que valoriza emoções é uma experiência que pode despertar diversos sentimentos e novas percepções.

Produzir mapas é refletir sobre o recorte cartografado e acerca da relação espacial com este. Contudo, a elaboração não é uma prática fácil considerando que muitas das mulheres colaboradoras do trabalho nunca realizaram essa ação. E assim, observar e refletir sobre a reprodução da cidade na cartografia que valoriza emoções é uma experiência que pode despertar diversos sentimentos e novas percepções da cidade.

Essas práticas naturalizadas de opressão, exclusão e violências fazem parte de diversos cotidianos feminino pois, a sociedade machista as considera como práticas naturais. Contudo, são violências onde algumas são “sutis”, mas que deixam marcas psicológicas que se refletem na forma de uso desses espaços. Assim vivências na cidade são interrompidas, limitadas e frustradas, mesmo que ocorra resistência desse grupo em permanecer em ruas e calçadas não há a sensação de liberdade.

A cartografia das vivências de medo geram visibilidade a grupos, e assim sendo utilizadas como instrumento de representatividade mostrando as diversas formas de ver e viver na cidade. Dessa forma, sua importância vai além das representações cartografadas pois elas instigam reflexões não somente de quem as observa, mais, também das que as produzem. Assim Lima e Costa, descrevem a importância desse tipo de mapeamento.

Para a cartografia social, a importância do mapeamento não está no desenho em si (formato), mas no significado (na subjetividade) do objeto representado, pois a sua representação é pautada num contexto relacional, ou seja, faz parte de um cotidiano interativo do sujeito que mapeia o seu próprio espaço vivido. (LIMA; COSTA, 2012, p. 85).

A cartografia como instrumento de representação feminina é produzida por experiências singulares. Dessa maneira, apresentando percepções individuais sobre a cidade e descrevendo diversas perspectivas que se distinguem e se assemelham pelo espaço público. Assim esse mapeamento possibilita o protagonismo de realidades que antes eram invisibilizadas em cartografias hegemônicas com representações essencialistas.

As representações cartográficas são mapeadas a partir de vivências, assim alguns elementos que não aparecem em mapas convencionais têm mais chances de se tornarem visíveis, como ruas, ramais, pontes e até mesmo comunidades. Pois cartografias sociais dão protagonismo a realidades, e são a serviço dos interesses de grupos sociais que não eram representados em mapas hegemônicos.

Para Acselrad e Coli (2008), os mapas são uma abstração do mundo, elaborados de acordo com um ponto de vista, portanto as cartografias sociais são representações de comunidades e grupos sociais no espaço, representando territórios, seus “mundos”, conforme

as perspectivas propostas. Assim, dentro da cidade essas representações são usadas como instrumento de proteção dessas espacializações.

Os mapas são recortes espaciais e suas delimitações são necessárias para descreve-los e compreende-los. Assim a cidade é demarcada e descrita com base em vivencias e experiências do gênero feminino e dessa forma, através de sua compreensão é possível entender a percepção e os significados desse território para a mulher, por meio da leitura de suas espacializações.

As representações do vivido mostram realidades. Dentre essas, a visibilidade da diversidade dos grupos que ocupam a cidade e possuem necessidades diferenciadas e que são desconsideradas, e que por este motivo parte do planejamento urbano não contemplam a todas e todos. Dessa forma mapas são poderosos, por isso, Crampton e Krygier (2008), recordam que podem ser poderosos meios para promover transformação social.

As representações cartográficas da cidade, na perspectiva da mulher, revelam-se como instrumento de visibilidade dessas espacialidades. Uma vez que as cartografias produzidas a parti desses olhares e vivencias representam trajetórias e práticas femininas no espaço público, este que é polissêmico. Entretanto as cartografias mesmo produzidas individualmente por mulheres trazem representações semelhantes.

O mapa muda. Ele é posto em movimento sob a quádrupla influência de seu referente (os espaços que ele busca representar), dos conceitos que contribuem para pensar esses espaços, de suas técnicas específicas e dos usos do mapa pela sociedade. (LÉVY, 2008, p. 153).

Assim como a cidade está em constante movimento, se produzindo e reproduzindo socialmente, culturalmente e historicamente, os mapas também estão em constantes transformações. Eles mudam conforme suas perspectivas, e assim sua história é marcada por transformações conceituais, técnicas e as formas de uso pela sociedade.

A cartografia social atualmente é usada como representação de especificidades de grupos como instrumento de visibilidade a serviço da sociedade. Durante muito tempo os mapas foram utilizados como armas poderosas, sendo considerados como instrumento de dominação. Assim, a ideia de mapeamento está interligada ao exercício do poder sobre territórios, e a serviço do estado e do capitalismo e seus interesses em explorar e dominar.

A cartografia social se transformou e passou a servir a grupos sociais sendo um instrumento de representação e proteção, uma vez que, permite a visibilidade da existência desses grupos. Dessa forma ressaltamos que mulheres sempre estiveram ocupando os públicos da cidade, mas, não estavam nas representações cartográficas pois suas espacialidades eram invisibilizadas e com isso suas vivencias se dificultavam por meio da insegurança naturalizada.

Assim, as ausências do gênero feminino nos mapas são representações da sociedade, pois para a cartografia social a falta de informações sobre determinados atores e atrizes sociais também são dados. Dessa maneira posiciona-las em mapas é transformar a realidade dessas ausências para além das cartografias. Dessa forma, mapas nos mostram que o vazio, e a ausência de informação também podem ser cartografados: “Tudo que é espacialmente concebível também pode ser mapeado”. (SEEMANN, 2012, p. 83).

Mesmo que se habite em uma cidade por longos períodos e que se movimente cotidianamente por seus espaços públicos, ainda assim, podem existir extensões que não fazem parte dos percursos cotidianos por diversos motivos. Mas existem e podem ser observados, e nesse trabalho algumas dessas extensões aparecem como evitadas, e o motivo está na falta de segurança que gera violência.

Assim, ao se produzir cartografias em uma perspectiva da violência feminina dentro de territórios é possível perceber a existência de representações de extensões de violência. Estas representações podem se tratar de experiências singulares ou também mapeamentos de violências que ocorreram contra outras pessoas do mesmo grupo social, e que assim representam o medo coletivo do gênero feminino.

O conhecimento cartográfico é um campo da geografia. A cartografia social é o mapeamento conjunto que se torna instrumento de resistência de grupos invisibilizados em cartografias tradicionais ou oficiais que são a serviço do estado ou de empresas. Assim a “nova cartografia social” surge como confronto a essas cartografias com interesses específicos a grupos dominantes.

Pois busca um processo de construção dos mapas a partir dos grupos sociais como forma de romper com o modelo militarizado de mapear para dominar, uma vez que os agentes sociais possuem papel importante na sua construção. (SANTOS, 2016, p.279).

A nova cartografia social se contrapõe ao conhecimento da cartografia hegemônica no processo de produção cartográfico. Uma vez que, estes historicamente eram produzidos sob controle de grupos opressores que apresentavam o domínio exclusivo desses mapeamentos e utilizavam como estratégias a benefícios próprios, e assim desconsiderando existências ao invisibilizar grupos sociais.

A cartografia social é uma cartografia da representação dos grupos oprimidos, com objetivo de revelar condições e possibilidades do presente, seja de armazenamento de informações ou de transformações. Assim, diferentemente da cartografia tradicional surge com a cartografia social novas possibilidades através de novos elementos e práticas cartográficas.

A produção de cartografias sociais é produzida por agentes sociais pertencentes ao recorte espacial mapeado, e com isso, estes possuem decisão determinante na orientação dos dados disponibilizados. Dessa maneira, grupos sociais se tornam protagonistas de seus mapeamentos, uma vez que construindo identidades coletivas ganham visibilidade e através dessas representações reivindicam seus direitos.

As representações cartográficas evidenciam a existências de disputas territoriais e problematizam relações de dominação. O processo de produção da cartografia social produz sujeitos cartografantes e políticos, possibilitando autonomia sobre informações de seus territórios e despertando o olhar coletivo para com os problemas sociais e o interesse por mudanças e soluções para os conflitos territoriais. Como descrevem Acselrad e Viégas:

Pois contribui de diversas maneiras: serve para dar visibilidade aos grupos sociais, seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direitos, auxiliam na ampliação do conhecimento de grupos sociais sobre seus territórios, sobre suas histórias e sobre os usos que fazem de seus recursos naturais; contribui para os processos de reivindicação, de defesa e de proteção dos territórios e de seus recursos. (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013, p.18).

Dessa forma desconstruindo uma trajetória histórica, onde mapas não estavam a serviço da população e onde a existência das minorias não era representada, e assim, contribuindo para a exclusão e opressão desses grupos. Essa desconstrução abre caminhos para novas possibilidades, dentre elas a de representação, domínio e conhecimento sobre seus próprios territórios.

A cartografia social da cidade possibilita a visibilidade as vivências e percepções feminina, e também contribui para que o gênero em questão desenvolva um senso crítico sobre a cidade. O habitar na cidade é natural, algumas práticas sociais de violência e medo estão enraizadas na sociedade de forma que chegam a ser pensadas como “verdades” e realidades únicas.

O ato de cartografar a cidade permite que se pense e questione tais vivências de opressão, possibilitando o questionamento do motivo pelo qual experiências de violências específicas contra a mulher acontecem. Com isso, a cartografia social é um instrumento de orientação para a produção de políticas públicas territoriais contra as desigualdades no espaço público, e alcance do direito a cidade para todos os grupos sociais.

Através das cartografias, visibilidades de violências contra o gênero feminino podem ser mapeadas, e assim indicando espaços onde o medo é predominante para assim chegarmos a possíveis causas. Dentro da cartografia é possível encontrar elementos de representações de

reivindicações dos direitos a cidade como mobilidade, sinalização, infraestrutura, aparelhos, dentre outros.

A organização espacial da cidade é questionada pois os elementos ausentes ou que contribuem para sua configuração expõem-se como possibilidade da causa de problemas sociais como a violência. Dessa forma o direito a cidade enquanto étnico e político, é um direito a mudanças na cidade e na estrutura da sociedade, assim fazendo-se o direito à liberdade ao acessar os recursos urbanos.

Dessa maneira, a cartografia social é a união do conhecimento técnico com o saber local, valorizando ambos, e assim surge uma cartografia que apresenta elementos importantes para os grupos representados. Portanto, as representações consideradas são de espaços percebidos, concebidos e vividos cotidianamente por experiências de seus cartógrafos sociais, que neste caso são as mulheres de Santana.

Assim, o posicionamento de apropriação do conhecimento acerca da organização da cidade permitiu a prática de descrição que possibilita a visibilidade de elementos urbanos históricos, sociais e culturais. Desse jeito, também evidencia conflitos territoriais e as lutas de grupos sociais por direitos e necessidades. A perceptibilidade desses espaços de conflitos sociais é um avanço rumo ao direito a cidade uma vez que, a cartografia tem como função social dar voz e visibilidade as reivindicações de grupos sociais oprimidos.

Com isso na cartografia social das mulheres Santanenses, elas têm a oportunidade de expor suas experiências, vivências e percepções sobre a cidade. Dessa maneira, permitindo a visibilidade de suas vivências cotidianas de insegurança e medo dentro do espaço público. Posto isto, através das representações se abrem caminhos para estratégias de transformação da cidade com a finalidade de garantir políticas públicas de mudanças sociais, como de bem estar e segurança para todas e todos.

2.1. A inclusão do Gênero no planejamento urbano

As políticas públicas urbanas precisam ser inclusivas, valorizando todas as diferenças, necessidades e direitos de cada grupo pertencentes a cidade. Assim durante a elaboração de políticas públicas alguns contextos sociais, culturais e históricos, devem ser considerados enquanto fatores importantes para que o direito a cidade seja de contemplação de todas e todos.

Com isso, incluir as desigualdades de gênero como fator importante para a elaboração de políticas de planejamento urbano é considerar que as vivências e percepções são

diversificadas, e que o gênero feminino é um grupo vulnerável a diferentes violências na cidade. Dessa forma políticas públicas devem considerar os diversos grupos sociais e suas diversas formas de vulnerabilidade.

As políticas públicas de inclusão no espaço público precisam valorizar as diversas e diferentes formas de como cada grupo usa essas extensões. Assim, tomando como base elementos sociais para a autonomia, segurança, mobilidade, serviços e equipamentos que beneficiem a sociedade como um todo, e não apenas grupos. Dessa maneira tendo em vista a equidade entre gêneros, para que assim, esses espaços sejam produzidos para todas e todos e não de forma hegemônica desconsiderando existências.

Para atingir estes ideais, é essencial a existência do desenho de calçadas largas com diferentes atividades; diferenciação de materiais, cores e texturas; mudanças de nível com acessibilidade; semáforos que levem em conta os diferentes ritmos de caminhadas, ou seja, mais lentos ao fluxo de pedestres; criação de áreas de estar e descanso para passeio; espaços intermediários entre interior e exterior; sinalização para facilitar a orientação e identificação, entre outros muitos elementos urbanos. É preciso conhecer grupos específicos, faixa etárias, etc., introduzir nomes femininos em praças, parques, ruas, avenidas, para dar maior visibilidade ao papel das mulheres na sociedade. (SUMI, 2018, p.39).

O espaço público para ser de fato de uso de todas e todos precisa ser pensado por todas e todos. Quando é organizado somente por um grupo, corre-se o risco de atender apenas aos seus interesses singulares, e com isso produzindo políticas públicas que invisibilizam necessidades e direitos de grupos ausentes do planejamento e da elaboração de políticas.

Assim alguns elementos considerados durante a elaboração de políticas públicas são importantes para a inclusão da mulher e garantia de direitos como segurança e autonomia. Dentre esses elementos destacamos calçadas planejadas, considerando sua importância para a segurança e autonomia de mulheres, pois estas, que enquanto mães necessitam mover-se com carrinhos de bebês e grávidas, ou mulheres com problemas de locomoção, cadeiras de rodas e outros elementos que dificultam seus movimentos.

Enquanto trabalhadoras algumas necessitam locomover-se de calçados salto alto, roupas que dificultam a locomoção, mochilas, bolsas e equipamentos pesados por longos trajetos. Assim, além das dificuldades cotidianas as mulheres precisam enfrentar limitações de percursos com calçadas deterioradas e estreitas, elementos que são utilizados por assediadores para se aproximar fisicamente de suas vítimas.

Sendo assim, considerando a vulnerabilidade dessas mulheres é necessário a produção de calçadas largas, com rampas de acesso e que favoreçam a acessibilidade e a segurança dos

pedestres e a fluidez constante, e que seja conservada e possuam manutenção sempre que for necessário. E também, tão necessário quanto as calçadas são as, sinalizações e manutenções de ruas e a disponibilidade de transporte coletivo para atender a todas e todos.

Destacamos também a importância da produção de áreas de lazer e sua manutenção, limpeza e iluminação. Dessa forma, oferecendo segurança e autonomia para mulheres, e assim produzindo espaços de vivências e recreações, e incluindo na produção desses espaços o objetivo pela igualdade de gênero na cidade e evidenciando a democracia.

As praças são lugares importantes na cidade pois são recortes espaciais de encontros, palcos de eventos, apresentações, discursos e comemorações, em geral possuem a função de integração e sociabilidade. Porém, em cidades como a cidade dos espaços do medo suas paisagens refletem o descaso do poder público que transformam esses lugares em perigosos e inseguros para a mulher.

Dessa forma garantir o direito a mobilidade é fundamental para mulher, pois devido aos papéis socialmente construídos esse grupo desempenha várias funções na cidade. Por esse motivo são necessárias a produção de políticas públicas de mobilidade urbana que considerem suas vivências. Uma vez que, por causa dessas práticas sociais e da dupla jornada de trabalho os percursos femininos se tornam longos e inseguros.

Assim, para o gênero feminino o direito a cidade também é a garantia de transporte público de qualidade e em quantidade, com preços acessíveis e somados a produção de pontos de embarques e desembarques com boas estruturas. As mulheres que usam transporte coletivo estão mais vulneráveis a violência urbana, pois crimes como assaltos acontecem enquanto esperam o transporte em paradas e também podem ocorrer dentro desses coletivos.

Sendo assim é importante oferecer para a população transporte de qualidades e em quantidade para que não se espere por muito tempo, quanto mais transporte disponível, menor é o tempo de espera e dessa forma os riscos de violências e assaltos também. Paradas de ônibus são pontos onde mulheres sentem medo, principalmente quando estão à espera do coletivo sozinhas e se tornam alvos de assaltos, assédios e estupros.

Quanto as diversas violências que acontecem no interior desses transportes como assaltos e violências sexuais, são necessárias as criações de políticas de prevenção e proteção do gênero feminino. Dessa maneira, produzindo leis de punição rigorosas e adequadas para cada caso. Uma vez que, assediadores se aproveitam e até se sentem confortáveis em suas práticas de violência nesses ambientes visto que, em muitos casos não são punidos.

Dessa forma, ruas e calçadas devem oferecer estruturas de segurança para que também mulheres que usam transporte particular; carros, motos e bicicletas, se sintam seguras e com

autonomia em seus percursos. Da mesma maneira as caminhantes que se deslocam com crianças, objetos, ou mesmo mulheres idosas. Assim também evidenciamos a necessidade de boas estruturas e manutenções de pontes, que ofereçam segurança de mulheres que moram nessas áreas.

Uma forma de garantir políticas públicas urbanas para mulheres é as incluindo nas suas elaborações e assim, ouvindo os diferentes grupos sociais e seus desafios e necessidades, para assim criar políticas públicas com a participação do gênero feminino. Uma vez que, a participação feminina na produção de políticas possibilita a visibilidade das necessidades de suas vivências, e assim conseguem ser políticas que beneficiem mulheres.

Quando se trabalha com o gênero, também se trabalha com intercessão de diversas modalidades sociais e, mesmo dentro de um pequeno grupo de mulheres há uma enorme diversidade e complexidade. É notório que o movimento feminista, os movimentos sociais e coletivos urbanos, são fundamentais no processo de dar visibilidade e voz as questões vivenciadas no cotidiano. (SUMI, 2018, p. 123).

Para se pensar e produzir políticas públicas urbanas é importante dar visibilidade a voz e as necessidades das diferentes e diversas identidades que compõem o gênero feminino pois cada grupo possui vivências e percepções diferenciadas. Então, dessa forma considerar essas existências diversificadas que por muito tempo foram invisibilizadas nas elaborações de políticas são a causa de muitos problemas sociais que atingem o grupo.

A elaboração de políticas comprometidas com a sociedade e que considerem todos os grupos e suas diferenças identitárias produz bons resultados. Como por exemplo, a oferta de transporte públicos de qualidade, com preços acessíveis e seguros, garantem a procura por esses transportes. Dessa forma a preferência por esses transportes aumentam, ao invés de veículos particulares, o que contribui para a redução da poluição do ar na cidade.

Da mesma forma acontece quando são produzidas políticas sociais contra práticas machistas e a violência contra a mulher, a inclusão do gênero na elaboração permite um retorno com a educação da sociedade e o combate contra preconceitos e violências. Assim a inclusão da mulher no planejamento urbano possibilita a produção de uma cidade que valoriza todas as existências nela incluída.

A ausência de iluminação pública é um elemento que contribui para as práticas de violência e o medo feminino. Assim, é necessária a efetividade das políticas de iluminação pública de espaços públicos para que ocorra a visibilidade durante a noite. Pois a ausência de

iluminação e de sinalização são elementos que propiciam o medo feminino, somados com ruas e calçadas deterioradas se tornam espaços temidos e perigosos.

Assim a cidade de Santana tem em seu plano diretor no Art. 4º (2006), o comprometimento de disponibilizarem uma cidade para todos, com infra-estrutura, serviços públicos, transporte coletivo, mobilidade e acessibilidade, como pautas importantes da política urbana. O plano diretor é um instrumento da política e desenvolvimento da expansão urbana com o objetivo de inclusão e desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, o mesmo documento tem como objetivo a produção de uma cidade para todos, onde destaca-se no Art. 7º (2006), que a gestão da política urbana aconteceu de forma democrática, ou seja, o povo terá participação na elaboração de políticas públicas. Assim a participação social no planejamento de políticas seria de fato um maravilhoso caminho para produção de uma cidade de todos, porém, dificilmente isso acontece.

Empoderamento, na vida política pública, também é efetivado pelo exercício dos direitos políticos, entre os quais a participação como cidadão e cidadã na discussão pública é a principal ferramenta. Por sua vez, quando falamos em grupos oprimidos, cuja voz foram silenciadas, conforme vimos anteriormente, o acesso a espaços de decisão em sociedade é uma entre tantas estratégias de resistência. (BERTH, 2020, p. 83).

A importância da participação acontece pela democratização para administrar a coisa pública assim expandido sua restrita aplicação. E essa participação nas políticas públicas empodera os grupos sociais oprimidos e invisibilizados lhes dando voz e visibilizando suas vivências nos espaços públicos, e assim garantindo que de fato a cidade seja para todas e todos. Mas um dos grandes problemas para se concretizar a participação da população na elaboração de políticas é a falta de incentivos, e esse fato, segundo Berth (2020), acontece em todo o território brasileiro. Essa falta de incentivo político à participação social mantém as estruturas de opressão e desigualdades nas cidades.

Quando políticas públicas da cidade são elaboradas sem a participação dos mais interessados, que são os que habitam esse espaço, e que tem o conhecimento sobre a sua realidade, as chances de essas serem negativas para a sociedade aumentam. Assim, algumas além de não beneficiarem grupos contribuem para opressão, preconceito, exclusão e violação dos direitos humanos.

Políticas para construção de uma cidade justa para todos os grupos é organizada para todos. Assim, evidenciamos que em uma cidade existem diversos grupos sociais, e que esses mesmo com suas diferenças devem ter o direito a cidade garantido. Dessa forma, a importância

de possibilitar visibilidade a essas espacializações diferenciadas ao se pensar a cidade é de fundamental importância para se criar uma cidade de todos.

No artigo 8º do plano diretor (2006), da cidade de Santana, somente o termo homem aparece enquanto assegurado dos direitos universais a vida, e em todo o texto desse documento não se encontra a palavra mulher ou feminino. Assim, observamos que a exclusão do gênero feminino na cidade começa pelo documento de orientação e organização da cidade. Este que se refere ao termo homem como elemento de representação de outras vivências, deixando evidente que a cidade é produzida apenas para o gênero masculino.

Em um curto tópico deste documento, no artigo 9º XIX (2006), emite-se que são objetivos gerais das políticas urbana a redução das desigualdades de gênero, todavia para combater é preciso dar visibilidade a questão. O artigo 20º II (2006), diz que também são objetivos a prioridade de políticas com referência ao transporte coletivo, porém é notável a ausência desses serviços em grande parte dos bairros da cidade.

Assim, fica perceptível que a realidade não corresponde ao planejamento urbano exposto nesse documento de políticas públicas. Com isso observasse que as vigentes não foram produzidas com a participação da sociedade, e que dessa forma restringi diversas vivências e percepções da cidade.

Durante o desenvolvimento deste trabalho fomos ao prédio da prefeitura da cidade de Santana (PMS), com o objetivo de coletar informações sobre políticas públicas em vigor designadas para segurança das mulheres no espaço público. Nossa ida ocorreu após a liberação da abertura do órgão para o atendimento ao público, uma vez que este esteve fechado por um longo período durante a pandemia. Assim sendo, antes da reabertura do órgão público buscamos informações por meio da internet, no site da prefeitura, porém sem sucesso. Durante nossa investigação de forma presencial também não obtivemos resultados, pois as pessoas que nos atenderam se mostravam confusas e desinformadas, e assim nos encaminhavam para outros departamentos. Durante esse processo aconteceu uma conversa com um secretário municipal, onde este se mostrou surpreso ao descrevermos nossos objetivos, e alguns casos de violência, que naquele momento eram recentes, contra mulheres no espaço público de Santana. Então em meio a entrevista o homem disse: *“Existem mulheres sendo encontradas mortas em Santana?”*

A data do diálogo aconteceu alguns dias após uma habitante Santanense, com idade de 46 anos, ser encontrada morta em estado de decomposição na área de uma escola municipal de Santana. Este homicídio foi um dentre outros que repercutiram na cidade de Santana naquele

período. Observamos que mulheres são assassinadas e encontradas com sinais de violências sexuais, contudo são crimes invisibilizados para os representantes da cidade.

Durante uma nova tentativa em busca de informações, sobre a existência de políticas de proteção e combate à violência contra a mulher nas extensões públicas de Santana, conseguimos o contato com uma mulher representante do Centro de referência e atendimento à mulher (CRAM). A servidora aceitou contribuir conosco e relatou que segundo seu conhecimento “*o canal de denúncia e investigação que no caso é a delegacia*”, é o meio de denúncia e proteção das vítimas de violência, independentemente do espaço ser público ou privado.

A colaboradora também nos instruiu sobre as diversas políticas de proteção ao gênero feminino que o CRAM desenvolve acompanhado com outros órgãos e secretaria, como a Secretaria municipal de saúde, Delegacia da Mulher de Santana (DMS), Polícia Militar e o Centro de Atendimento à Mulher e à Família (CAMUF). Através da integração desses elementos municipais e estaduais, é produzida uma rede de atendimento à mulher que sofre violência doméstica ou a violência no espaço público reconhecida como, violência contra a mulher.

Contudo, essa rede de apoio não contempla a elaboração de políticas de prevenção e segurança para as mulheres no espaço público da cidade. Com isso não se executa a conscientização da sociedade contra a reprodução de opressões. Assim, não se produz políticas para evitar assédios, perseguições, estupro e outras violências que afetam mulheres em espaços públicos. Dessa forma observamos que as políticas existentes não são as de prevenção, e sim com a finalidade de remediar o que deveria ser evitado.

Ao nos apresentarmos na DMS, e descrevermos nossos objetivos com o trabalho de campo, nos repassaram alguns documentos referentes a diversas ocorrências de violência contra a mulher no espaço público. Os arquivos descreviam acontecimentos durante os anos de 2018 a 2021, uma vez que as ocorrências de anos anteriores não estão em arquivos digitais.

Assim, são violências como lesão corporal, ameaças, perseguição, injúria, difamação, violência psicológica, calúnia, roubo, vias de fato, injúria real, injúria racial, dano, importunação sexual, perturbação da tranquilidade, tentativa de lesão corporal, acidente de trânsito, furto, desaparecimentos, falsificação de documentos, tentativa de feminicídio, tentativa de estupro, importunação ofensiva ao pudor, estupro e outras.

Um detalhe importante é que os casos de violências contra mulheres podem ser denunciados em qualquer delegacia, com isso o documento ao qual tivemos acesso não é composto por todos os crimes que ocorreram na cidade. Cabe ressaltar também que muitos casos não chegam a ser denunciados pelas vítimas e isso acontece por diversos motivos, como

a questão do mal atendimento nas delegacias, a falta de punição e a demora para resolução dos casos.

Dessa forma, é notável que em Santana os casos de violências no espaço público são reais e fazem parte do cotidiano das mulheres santanenses, e que não se tem políticas públicas para proteção do gênero feminino nesses espaços. A cidade em sua forma material não é produzida pensando nas necessidades e diferenças do gênero feminino.

As políticas existentes são para casos como violências domésticas reafirmando a ideia machista e patriarcal de que o espaço da mulher é o privado, e assim desconsiderando as vivências femininas no espaço público, o que também se torna um ato de exclusão. Dessa maneira a cidade é produzida sem o conhecimento de realidades espaciais, violências são silenciadas durante a produção de políticas para a “cidade para todos”.

Porém é o esperado em uma cidade como Santana, em que o plano de políticas urbanas exclui o gênero feminino, e assim contribui para a falta de elaboração de políticas públicas, o que resultam em opressão e violência feminina. Dessa forma são produzidas cidades com espaços do medo para a mulher, com a ausência de políticas de segurança e autonomia, e sem ambas o que resta é insegurança e a opressão do gênero feminino.

2.2. As mulheres produtoras da cartografia do medo

As mulheres que habitam na segunda cidade mais populosa do estado do Amapá, vivenciam em seus cotidianos duas realidades distintas. A primeira é que a violência e o preconceito nos espaços públicos são uma realidade e a segunda é que mesmo com essa realidade não há políticas públicas para a proteção, e o combate ao machismo. Uma vez que, essas violências são reproduções do machismo como diz Márcia Couto e Lilia Schraiber, a baixo.

A violência contra a mulher, aqui compreendida como violência de gênero pois se entende que esta se funda na base socialmente construída das relações entre homens e mulheres a partir das diferenciações de poder que tais sujeitos detêm e exercem nas relações que estabelecem-, pode ser classificada como uma das mais veementes e brutais do machismo. (COUTO; SCHRAIBER, 2013, p. 58).

Essas violências que compõem o padrão de dominação machista, e que assim inferioriza o gênero feminino se transformam em uma marca que não desapareceriam com o melhoramento da arquitetura da cidade. Com isso, somente com o fim da cultura machista e dos padrões

patriarcais que aprisiona mulheres em todos os espaços, é que ocorreria uma transformação dessa realidade de medo.

Um dos principais desafios deste trabalho foi o de ter acesso a documentos e informações sobre o tema referente a cidade de Santana, e as vivências das atrizes sociais. Uma vez que, nos estudos de geografia os trabalhos produzidos são em maioria referentes a cidade de Santana como a “cidade portuária”, e as relações que essa produz, então assim as informações sobre o gênero feminino na cidade eram escassas.

Como citamos anteriormente o número de mulheres é maior do que a quantidade de homens na cidade portuária, contudo esses números nos revelam que a concentração de oprimidos é maior do que a de opressores. Essa realidade permanece como uma das causas da desunião de grupos femininos. Assim, alguns desses grupos valorizam culturas de opressão que violentam mulheres, dessa forma não compreendendo essa realidade de opressão para enfim combatê-la.

A cidade de Santana se mantém estruturada sob perspectivas machistas e patriarcais onde violências, precariedades e o sofrimento feminino são normalizados. Assim, essas violências são produzidas e reproduzidas culturalmente e socialmente no cotidiano, onde são consideradas naturais.

Ao serem consideradas naturais interrompem o movimento feminino no espaço público da cidade. Uma vez que, a sociedade que é machista, racista e sexista produzem espaços de violência. Como especifica Gabriela Pinto a baixo.

Em nossa investigação a violência patriarcal é vista como estruturante e estruturadora. Assim, taxar os acontecimentos imprevistos, inesperados e imprevisíveis como ‘acontecimentos fortuitos’ (Ibidem) é desprezar as marcas do padrão de poder patriarcal, racista, sexista. A violência engendra eventos que “[...] interrompem processos e procedimentos de rotina”. (PINTO, 2019, p. 09).

Assim como nos trabalhos de Gabriela Pinto, em nosso trabalho também compartilhamos da perspectiva de que a violência patriarcal e o machismo são estruturantes e estruturadores nos espaços do medo. Uma vez que fundamentada nesta perspectiva o que percebemos é um território de ódio, preconceito, dor, insegurança, perseguição e medo, onde o cotidiano naturaliza agressões e a morte de mulheres no espaço público.

Dessa forma, Santana como cidade pode ser observada de várias maneiras e em diversas perspectivas. Entretanto, neste trabalho a cidade se encontra na perspectiva menos questionada, a que aborda a percepção do medo feminino nas extensões públicas. Dessa forma possibilitando

a visibilidade das marcas da violência causadas por influência do machismo, e que são naturalizadas.

Primeiramente é necessário destacarmos a ausência de informações em Santana, sobre as violências que acontecem no espaço público contra o gênero feminino. Pois ao procurarmos a única delegacia de crimes contra a mulher de Santana, encontramos duas policiais mulheres que nos forneceram algumas informações, disponibilidade e até sugestões de delimitação da violência. Este último com o argumento de que a falta de delimitação dificultaria a pesquisa, não discordamos, mas o trabalho já possuía um objetivo.

As informações armazenadas digitalmente sobre os crimes contra santanenses na delegacia da mulher, deixaram de ser escritas manualmente em livros de papel somente no final de 2018. Com isso, foi somente a partir de novembro e dezembro desse mesmo ano que se iniciou no formato digital e assim, no decorrer desses dois meses foram feitas cinquenta denúncias de crimes no espaço público nesta delegacia. Uma vez que, vale ressaltar que esses tipos de denúncia também podem ser realizados em qualquer outra delegacia da cidade.

Algumas ocorrências que acontecem nas ruas de Santana não são registradas, e os motivos são muitos e diversificados, entre eles a insegurança da punição para criminosos, a culpabilidade, o julgamento social e o constrangimento que mulheres enfrentam dentro de delegacias ao realizar denúncias. Pois os órgãos de segurança fazem parte da estrutura patriarcal e machista que domina cidades inseguras para as mulheres.

Dessa maneira, a violência contra a mulher no espaço público não é um assunto de debate e combate na cidade de Santana. As companhias que acontecem contra a violência a mulher são referentes ao espaço privado, onde geralmente mulheres são vítimas de relacionamentos afetivos. Assim, não existem projetos de combate ao machismo, assédios, abusos e perseguições. E com isso o cotidiano da mulher Santanense é repleto de incertezas, insegurança e medo.

Dessa forma, apresentamos uma imagem a seguir que possibilita observar pontos de entrada e saída do território santanense, e também um letreiro com a frase: 'Terra promissora', fazendo referência a uma cidade de sonhos e expectativas positivas. O que para as mulheres dessa cidade está longe de acontecer se não houver mudanças na forma de se pensar e produzir esse espaço, que atualmente é machista e conservador, e aprisiona o gênero feminino na cidade.

Imagem 02: Espaço público em Santana, 2022



Fonte: Barbosa, 2022.

O machismo é uma consequência do sistema patriarcal e também o mecanismo de manutenção desse sistema, ou seja, nesta cidade a mulher é reconhecida como inferior e cúmplice das violências das quais ela é vítima. Seguindo esta ideologia, mulheres são culpadas por qualquer situação de violência que passem no espaço público uma vez que, este não é produzido para esses grupos. Dessa maneira, antes de sair do espaço privado algumas, principalmente as que já passaram por experiências de violência, precisam se preocupar na forma que estão entrando nesses territórios públicos.

Diversos estudos têm demonstrado o quanto, de fato, os valores culturais e patriarcais (ainda) estruturantes em nossa sociedade estão associados à grave ocorrência das violências cometidas contra as mulheres e às sérias desigualdades de poder e de direitos (ainda) enfrentados por elas em nossa sociedade. (GUIMARAES; PEDROZA. 2015, p. 257).

Dessa forma, o problema da violência contra a mulher não acontece somente em cidades como Santana, milhares de mulheres em diferentes cidades, sofrem com o preconceito, exclusão, violência e o machismo. Assim, o que se difere nas sociedades é o método como esse assunto é abordado, as medidas de prevenção, proteção e enfrentamento desses valores perversos para que enfim se consigam transformam espaços inseguros em seguros para todas e todos.

A cidade de Santana enquanto espaço do medo é marcada por violências e morte de mulheres no espaço privado e no público. Fato que acontece pela naturalização do mito que o gênero masculino é superior ao gênero feminino. E que por esse motivo cabe ao gênero feminino ser obediente e submisso aos caprichos e desejos do gênero masculino.

Não são poucos os estudos que demonstram como os valores machistas e patriarcais colocam a mulher como alvos de violências e desigualdades nas cidades. Assim, na cidade de Santana esses preceitos morais interferem na violação de direitos, na naturalização de violência e culpabilidade das vítimas. Dessa forma, apresentamos exemplo um caso de violência e morte feminina que aconteceu no ano de 2017, no espaço público da cidade, próximo ao recorte territorial da imagem a seguir, e de repercussão nacionalmente.

Imagem 03: Espaço público em Santana, 2022



Fonte: Barbosa, 2022.

No dia 13 de abril de 2017, por volta das 05 horas, as câmeras de um estabelecimento comercial capturaram imagens de uma mulher de 21 anos que caminhava nas proximidades do trilho, que aparece na foto, em direção à avenida Santana, quando começou a ser seguida por uma pessoa do gênero masculino. Essa mulher identificada como Tainá, foi encontrada morta em um terreno baldio, nua, com sinais de estrangulamento e pancadas na cabeça.

Segundo os depoimentos colhidos no G1 AP, o homem de 32 anos confessou que naquela madrugada do crime procurava vítimas aleatórias para roubar, uma vez que pretendia conseguir dinheiro para bebidas alcoólicas. Dessa forma, Tainá foi assassinada após tentativa de estupro, entrou em combate com seu assassino e morreu devido as pancadas na cabeça, foi encontrada dois dias após seu sumiço.

Citamos esse caso na presente pesquisa por se tratar exatamente do tipo de violência no espaço público com o qual trabalhamos. Pois nesse caso a barbaridade da violência que vitimou essa mulher e sua morte, não foi o bastante para conter os julgamentos sociais machistas que a culpabilizaram. Assim observamos que o machismo como mecanismo sempre encontra formas para culpar mulheres vítimas de crimes. No caso de Tainá, assim como diversas pessoas se sensibilizaram a favor da vítima, houveram muitos casos de julgamentos machistas culpabilizando a mulher.

Dessa forma, os julgamentos machistas consideravam como justificativa para o crime elementos como a roupa da vítima uma vez que, Tainá estava de vestido. O horário que a vítima se movimentava em meio as extensões públicas, também foi um elemento usado para tentar culpabilizar. Com isso insinuando que a mulher ao caminhar nesse horário, e com o seu tipo de vestimenta assumia os riscos que corria. Esse tipo de julgamento retira a culpa de assassinos e as coloca nas vítimas que em casos como esses não sobrevivem, e ainda são consideradas como culpadas por toda violência que sofreram ao serem mortas.

O assassino de Tainá, *a priori* procurava vítimas para obter seus patrimônios, contudo ao se deparar com uma mulher enxergou outras possibilidades de crimes, que iriam muito além de obter um objeto. Aproveitando-se da ausência de pessoas na rua, da escuridão e da existência de uma estrutura abandonada tomada por vegetações não cultivadas, a matou para silenciar uma tentativa de estupro.

Neste caso a presença da mulher no espaço público foi e é bastante questionada, para a sociedade machista e patriarcal é um absurdo que uma figura de gênero feminino esteja sozinha nas ruas em determinados horários e trajando roupas curtas. A presença do homem assassino, estuprador e assaltante é totalmente aceita, pois ele está no lugar dele, nas ruas em qualquer horário, fazendo planos aleatórios sobre vítimas.

Assim, dentro da cidade de Santana se reforçava a mensagem de que mulheres Santanense deveriam ter cuidado ao caminhar sozinhas, evitando ruas, pessoas, horários e roupas. Em 2022, os casos de violência contra a mulher continuam a aparecer, e não existem ainda nem um tipo de combate à violência no espaço público. As campanhas e projetos

existentes são contra a violência doméstica, reforçando a ideia preconceituosa de que a mulher pertence ao espaço privado.

Na imagem de número 04, observamos um recorte da avenida Santana, em um horário de pouco movimento nas proximidades da única delegacia da mulher da cidade, uma mulher caminha apressadamente e sempre olhando para trás. Essa cena é um exemplo das vivências cotidianas das Santanenses, que enfrentam o medo da sensação de insegurança em ruas desertas, onde os muros altos das casas e a ausência do fluxo de pessoas facilitam para que a mulher se sinta exposta aos perigos urbanos.

Imagem 04: Espaço público em Santana, 2022



Fonte: Barbosa, 2022.

Assim, mulheres moradoras de Santana conhecem os riscos de habitar em uma cidade sem segurança para a mulher, e buscam em suas rotinas manter alguns cuidados para tentar prevenir situações que as coloquem em riscos. A maioria das Santanenses já foram vítima de alguma situação de violência e por isso sabem que ser mulher nessa cidade é um perigo constante.

Dessa forma, algumas mulheres que colaboraram com esse trabalho, que representam as mulheres Santanenses, já vivenciaram ou presenciaram situações de violência. Algumas dessas interlocutoras também descreveram que não denunciaram os crimes de violência por

diversos motivos. Assim as justificativas são semelhantes, o constrangimento em procurar estes órgãos e o despreparo no atendimento a vítima. Como no caso da estudante colaboradora Lene Santos (nome fictício), que procurou a delegacia para denunciar um caso de difamação.

Alguns meses após passar por uma experiência ruim, consegui tomar coragem e procurar a delegacia para fazer uma denúncia, estava traumatizada, não foi fácil tomar essa iniciativa. Fui a delegacia de manhã bem cedo, acompanhada do meu namorado, me arrependi muito. A delegacia estava cheia de pessoas, já era pandemia, tive que expor minha situação em voz alta, para todos ouvirem, todos ficaram opinando, fazendo perguntas, me senti ridícula e com muita vergonha. Quando passei por outra situação de violência não pensei em ir lá. (Lene Santos, 2022).

Assim como a colaboradora Lene Santos, diversas mulheres já foram vítimas de violência nessa cidade e não denunciaram seus agressores, pelo medo das consequências ao tomar essa decisão. Pois o estado não oferece a certeza de punição e de proteção as mulheres vítimas de violências física e psicológicas que acontecem no espaço público, e o silêncio das vítimas contribuem para o descaso, mais esse silenciamento também é culpa da ausência do estado por não incentivar e garantir a dignidade das vítimas.

As mulheres santanenses vítimas de violências no espaço privado, possuem como seus agressores, na maioria das vezes, homens com quem mantem laços afetivos como namorado, marido, pai, padrasto e irmão. Por sua vez, mulheres que passam por experiências de violência no espaço público são vítimas de homens estranhos, sem vínculos, desconhecidos ou até conhecidos, mas sem relações afetivas.

Embora tais violências ocorrem em espaços distintos, infere-se há profundas semelhanças nestes. Dessa forma observamos a necessidade de transformações nesses territórios, e o primeiro passo seria aquele que ainda não foi dado, que é o de assumir que existe um problema que precisa ser resolvido.

Diversas mulheres da cidade de Santana não se reconhecem como vítimas da violência nos espaços públicos, embora estas aconteçam cotidianamente durante suas duplas jornadas de trabalho. Assim, durante suas rotinas muitas são vítimas de assédios nas ruas, e dentro de transportes públicos, contudo, não existem campanhas de incentivos de identificação e denúncias relacionadas a esses crimes.

Dessa forma, as mulheres habitantes de Santana se defrontam cotidianamente com violências que são naturalizadas na sociedade, e também com a ausência de informações, educação e políticas públicas com o objetivo de mudar tais realidades. Assim, uma outra questão que tem influência na produção de espaços do medo, são as formas de organização da

cidade uma vez que, são precárias. Dessa forma, facilitando a vulnerabilidade da mulher Santanense, pois, criminosos se aproveitam das falhas nas estruturas da cidade para cometerem violências.

A imagem a seguir reproduz uma rua localizada no Bairro do Elesbão, onde cotidianamente diversas mulheres transitam para chegar aos centros da cidade. Nessa localidade diversos casos de assédios, assaltos, perseguições e tentativas de estupro já aconteceram, contudo, a rua permanece por anos sem mudanças.

Imagem 05: Espaço público em Santana, 2022



Fonte: Barbosa, 2022.

A imagem de número 05, apresenta a realidade de diversas ruas de Santana, que assim como na paisagem em destaque são dominadas por vegetações, buracos no asfalto e ausência de iluminação pública a noite. Na atualidade, as margens desta rua, como visto na imagem acima, acorrem uma ocupação de casas de famílias de baixa renda que se apropriaram de parte de um terreno que pertence a prefeitura. Antes dessas famílias habitarem esse local, a paisagem era diferente e mais assustadora uma vez que, a desertização e a vegetação preenchiam por longos metros esse espaço. Dessa forma, o lugar em evidência é uma extensão onde existem diversas marcas de violências contra mulheres.

Para os moradores deste bairro existem apenas duas opções de ruas de acesso de saída e entrada. Uma dessas alternativas é essa da imagem, denominada de Estrada do delta, a outra possui um trajeto maior, não menos perigoso, mas por medo da insegurança muitas preferem não se arrisca no caminho mais curto. O medo e a insegurança não se fazem presente somente no cotidiano das mulheres dessa localidade, mas de todas que moram em Santana.

Essas medidas estão ligadas, principalmente, à infraestrutura urbana e ao transporte público que não são pensados na segurança das mulheres que correm risco de violência em locais escuros, com falta de iluminação adequada nas ruas e parques, além da recorrente redução do serviço de transportes em determinados horários, aumentando a insegurança à noite. (GALETTI, 2017, p.06).

Em diversos bairros em Santana, não existem a alternativa de fazer uso de transporte público (ônibus). Os coletivos municipais e intermunicipais, circulam somente por alguns bairros do centro da cidade. Assim mulheres que não possuem transporte particular ou recursos para pagar Taxis, Mototáxis ou transporte de aplicativos, precisam se arriscar de bicicleta ou a pé por ruas como essas.

Com isso, observa-se que durante o dia a cidade é bastante insegura para a mulher, sendo assim, no turno da noite ela se transforma em um espaço onde o medo e a insegurança prevalecem, pois, a escuridão nas vias públicas facilita ações criminosas e a vulnerabilidade feminina. Dessa maneira, voltamos a ressaltar que o problema maior é a sociedade machista. A escuridão da cidade é um problema que precisa ser resolvido, porém seria menos assustadora caso não houvessem o perigo de morte feminina, apenas pelo fato de ser mulher nesses territórios machistas.

As mulheres moradoras de Santana compreendem-se em situação de insegurança, pois ser mulher já as expõe em diversos riscos como perseguições, violência e morte. Assim, não há nada que impeça uma pessoa do gênero masculino de cometer algum crime sexual se ele estiver determinado, uma vez que, a sociedade naturaliza, a justiça fracassa ao punir e não existem políticas para combater tais crimes e ideologias machistas.

A imagem de número 06, reproduz o Bairro Acquaville no período da noite. Este considerado um dos mais novos bairros da cidade, localizado as margens da Rodovia Duca serra, uma das poucas áreas disponíveis para morar atualmente. Esse bairro, que possui uma estrutura planejada tem atraído pessoas interessadas na compra de terras para construção de moradias e estabelecimentos comerciais. Pois este dispõe de iluminação e transporte público, suas ruas estão em constante manutenção e com isso, durante os fins de tarde e manhas são espaços bem movimentados.

Imagem 06: Espaço público em Santana, 2022



Fonte: Barbosa, 2022.

O apresentamos como exemplo para demonstrar que não é somente a ausência de planejamento ou do fluxo de pessoas que contribuem para a violência contra a mulher, é o machismo. Dessa forma, durante alguns horários do dia as ruas ficam desertas e mulheres movem-se por extensões públicas sem buracos e sem vegetação, e ainda assim com o sentimento de insegurança e medo.

As mulheres de Santana compreendem que os riscos nessa cidade são cotidianos quando se é mulher, pois os relatos de crimes são constantes, mesmo aqueles que não são denunciados. Dessa maneira o machismo resiste nesse território onde mulheres são colocadas como pertencentes ao espaço privado, e ao sair deste, precisam enfrentar desafios com riscos de morte. Sendo assim, o pior da cidade do medo são seus habitantes e seus valores machistas que estão em todos os espaços da cidade.

2.3. Por uma nova perspectiva de cidade sem a produção do medo

A partir da Constituição de 1988, observa-se os artigos 182 e 183, que estabelecem os fundamentos para o Direito à Cidade, onde se garante que todo brasileiro(a) tem de usufruir da

estrutura e dos espaços públicos de sua cidade, com igualdade de utilização. Com os processos de avanços da urbanização, no contexto do Brasil, surgiu a necessidade de regulamentar tal direito, uma vez que, na prática tais garantias constitucionais não se efetivam de forma igualitária, e assim não consideram a isonomia haja vista as múltiplas questões políticas, econômicas, culturais, raciais, étnicas e etc. e a questão das diferenças de gênero.

A Lei 10.257/2001 da constituição, traz questões que decorrem sobre as formas nas quais os dois artigos constitucionais mencionados anteriormente, devem ser dissertados para que se garanta o direito a cidade. Assim, surgiram no cenário nacional e mundial, a criação do Ministério das Cidades e o Estatuto das cidades em 2003, e a produção da carta mundial pelo direito a cidade em 2005, que nesse contexto apresentava preocupações com as desigualdades de gênero e possíveis soluções para esse problema. Contudo, a mulher citada nesses documentos é vista ainda como uma figura que pertence ao espaço privado.

Dessa forma, para tais documentos a mulher ainda é pensada a partir da idealização patriarcal e machista que as posicionam como somente pertencente ao espaço privado, e cumprido seus papéis de cuidadoras do lar, com duplas jornadas de trabalho. A carta mundial pelo direito a cidade é um exemplo, pois a mulher citada na carta é a chefe de família, mulheres vítimas de violência familiar, cuja um dos principais interesses são creches.

Na cidade, mulheres não são um grande grupo homogêneo e assim, pensar em direito a cidade para a diversidade feminina é muito mais do que as enxergar somente enquanto mães, ou relacionadas ao cuidado com o lar. Sendo assim, é observar e compreender as diferenças e necessidades, para então entender tais realidades. Dessa forma, o direito a cidade para cada grupo se diversifica, pois as formas de uso da cidade não são as mesmas.

A cidade precisa ser considerada para as diferentes mulheres e por mulheres. Refletindo assim, em suas experiências cotidianas e oferecendo muito mais do que uma cidade arquitetônica, mas uma urbe que combata violências contra as mulheres no espaço público, com isso enfrentando o machismo na sociedade. É preciso construir o direito a cidade, pensando no bem estar de todos os grupos no espaço urbano e para isso é preciso compreender a necessidade de todas e todos.

Dessa forma, mesmo em meio a um determinado grupo social as diferenças entre seus membros são gritantes. E assim, não é possível criar uma cidade justa para mulheres com o pensamento de que todas possuem as mesmas experiências e formas de usar o espaço público. Para a produção de uma cidade justa é necessário o reconhecimento das particularidades, para que essas auxiliem na produção de políticas públicas com o objetivo de criar cidades que permitam acesso igualitário a todas/todos seus habitantes.

Um dos principais autores influentes no estudo da teoria do direito a cidade é o filósofo Francês Henri Lefebvre, que já foi citado anteriormente neste trabalho. É incontestável sua contribuição, principalmente em sua obra conhecida com O direito a cidade, com a qual tomamos como referência.

Assim, o filósofo Lefebvre (2001), propõe uma discussão crítica a respeito da construção social do espaço urbano a partir de seu desenvolvimento no contexto capitalista, tomando como base as transformações sociais e urbanísticas em Paris, nos anos de 1960. O direito a cidade segundo Lefebvre (2001), apresenta as necessidades humanas em contraste a urbanização. Este, destaca as necessidades individuais acentuadas pela questão do consumo, necessidades antropológicas e etc.

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num “mundo”. A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis, necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. (LEFEBVRE, 2001, p. 103).

Destarte para Lefebvre (2001), o direito a cidade significa ter o direito de viver a trama urbana, encontros e desencontros, ganhos e perdas, emprego, habitação, lazer, sociabilidade e etc. Nesse sentido, o direito a cidade refere-se ao direito da vida urbana, transformando-a em outro contexto que seria mais isonômica e igual. Assim, o direito a vida urbana amalgama outros direitos fundamentais: à liberdade, à socialização, à moradia, a construir a própria cidade e apropriar-se deste já construído.

Contudo, Lefebvre não abordou a questão das mulheres e suas lutas pelo direito ao uso da cidade, onde estas são vítimas de abusos, perseguições, estupros e mortes. Uma vez que, a cidade é tomada por relações de poder, e assim pensada e produzida por relações hierárquicas que a transformam em produto que oprime os grupos considerados inferiores.

Entretanto, sua contribuição é de muita importância para pensarmos no direito a cidade, porém, a partir das desigualdades de gênero e por uma perspectiva feminista, e assim considerando as necessidades, desafios e vivências das mulheres na cidade. Uma cidade com justiça social é produzida com o objetivo de garantir a dignidade de todas/todos, observado as particularidades de cada grupo social, e garantindo uma cidade justa onde todos os habitantes possuam os mesmos direitos.

Na cidade dos espaços do medo, que é o oposto de uma cidade justa, se sobressaem padrões machistas que produzem territórios de dominação. Dessa forma, a cidade se produz e reproduz destacando um gênero livre, dominante em espaços privados e públicos. Esses pensamentos preconceituosos que colocam a cidade e a mulher, como instrumentos de dominação masculina, as oprimem cotidianamente.

As relações de gênero na cidade estão imbricadas de relações desiguais de poder e estas relações de poder que se constituem na cidade reproduzem espaços de dominação, opressão e exploração masculina. Compreendemos que a luta pela implementação do direito à cidade envolve um sistema complexo de combate hierarquias que se retroalimentam. (PINTO, 2019, p. 05).

A autonomia da mulher na cidade só seria um fato real com o fim da cultura patriarcal e machista, pois ambos são responsáveis pela opressão feminina nos espaços públicos, uma vez que a cidade é produzida para o homem e suas necessidades. Assim, nessa relação hierárquica a mulher aparece como submissa aos desejos de uma sociedade opressora que a coloca como inferior ao grupo masculino.

Nessas relações desiguais o gênero feminino não tem a mesma liberdade que o gênero masculino ao adentrar em espaços públicos. Pois, este pode aparecer ao público em qualquer momento independentemente do horário ou condição de vestimentas sem correr riscos de assédios e morte. A condição da mulher é diferente, uma vez que, a cidade a restringe de várias formas e a sociedade as pune quando não seguem as normas machistas e opressoras que lhes são impostas.

Assim lutar pelo direito a cidade em uma perspectiva feminista é combater o machismo e as hierarquias causadoras de múltiplas violências, morte e medo do gênero feminino. E nesse combate o feminismo se torna essencial para o alcance de direitos, e o enfretamento da opressão masculina. Dessa forma, para conquistar uma cidade justa para todas incluindo grupos invisibilizados pelas políticas públicas atuais na cidade.

Para a mulher o direito a cidade é o direito à liberdade. Assim, para além das questões físico-materiais, para enfim sentir-se livre e confortável na própria pele, sem perseguições e julgamentos opressores. O alcance deste direito transforma as experiências cotidianas na cidade em positivas, tranquilas e calmas, dessa forma, a apropriação da cidade em seus espaços públicos deixariam de ser um momento de insegurança e medo, para ser vivenciado de maneira segura e sem pressa.

Para tais conquista é necessário a presença do feminismo uma vez que, os poderes hegemônicos que planejam cidades, dominados por pensamentos hierárquicos não consideram o gênero feminino e as violências das quais mulheres são submetidas no espaço público. Assim, o feminismo enquanto movimento político, e mais as questões de gênero são indispensáveis na produção de cidades seguras para todos os grupos.

A luta por direito à cidade conduzida pelo feminismo é, enfim, uma luta para desmasculinizar o espaço, tornando-o seguro para nossos corpos e subjetividades, sendo uma luta pelo próprio reconhecimento de que os espaços são generificados e de que isso produz desigualdades. (FREITAS; GONÇALVES, 2021, p.11).

Assim, a cidade é um território masculinizado produzida a partir das diferenças de gênero, e dessa forma descartando as necessidades e os problemas enfrentados por mulheres, que são afetadas diferentemente por problemas sociais. Os espaços do medo são territórios produzidos a partir de uma lógica masculina e machista, que consideram a mulher apenas como pertencentes ao espaço privado, desconsiderando as como pessoas livres e com o direito a cidade.

A ausência do feminismo na produção de políticas públicas de planejamento urbano produz uma cidade que aprisiona as mulheres em lógicas machistas. Isso se reflete nos vários projetos de combate a violências que ocorrem no espaço privado, e no silêncio ao enfrentamento do machismo nas ruas. Uma vez que, este é o responsável e causador de violências contra a mulher no espaço público.

Seguindo a lógica do pensamento machista, mulheres não passarão por nenhum tipo de violência, perseguição ou constrangimento se evitarem o espaço público, uma vez que esse não pertence ao gênero feminino. E a naturalização desse preconceito invisibiliza a opressão entre pessoas do mesmo gênero feminino, o que segrega o grupo as deixando, todas, mais vulnerais a vários tipos de violências.

A ausência da crítica feminista e sua luta por liberdade e igualdade na produção de políticas públicas, tem como resultado a invisibilidade das diferenças. E assim, segue-se o

pensamento de que somos todos iguais e precisamos das mesmas coisas, contudo, esse caminho só aumenta as desigualdades na cidade. Dessa forma, manter a teoria feminista ausente é de interesse somente de uma sociedade machista e patriarcal que não tem o objetivo de garantir liberdade e igualdade as mulheres na cidade.

Esse é um grande obstáculo para a luta pelo direito a cidade uma vez que, diversas mulheres são oprimidas cotidianamente, mas não compreendem a opressão das quais são vítimas. Assim sonhar com uma cidade justa, com a garantia do direito a cidade ainda não é um sonho de todas, pois desconhecem a perversidade da realidade das quais estão inseridas e essa ausência de percepção é fruto de uma sociedade patriarcal e machista que normalizam a opressão.

A reprodução do patriarcado instauram regulações e normatizações nos espaços de vida e nos trajetos sócio-espaciais das mulheres vítimas diretas ou indiretas do machismo, pois mesmo não vivendo a experiência espacial da violência machista, o patriarcado produz instrumentos para uma percepção espacial de espaços interditos, mesmo que não tenham sido vivenciados. (PINTO, 2019, p.10).

Para efetivação do direito a cidade para o gênero feminino é preciso combater sistemas e preconceitos que oprimem pessoas, e por isso a necessidade do feminismo na luta pelo direito a cidade. Viver em territórios dominados por tais perspectivas opressoras é um processo de resistência, pois mesmo que não percebam as correntes que as prendem ainda assim carregam as marcas das violências das quais estão expostas.

Assim as práticas cotidianas das mulheres seguem sendo produto de relações de gênero, onde as desigualdades e discriminações, tornam o direito a cidade um desejo distante de ser alcançado. Com isso, uma das formas de alcançá-lo é enfrentando e excluindo o sistema patriarcal e o machismo, causadores do medo, insegurança e violência na cidade.

Dessa forma, é importante a compreensão por todas/todos das diferentes formas de uso e necessidades na cidade, e da violência e o preconceito contra a mulher. Mesmo que estes últimos sejam marcantes e dolorosos, para a maioria da sociedade são atitudes naturalizadas o que dificulta o enfrentamento para eventuais mudanças, pois assim nesse contexto não existe um problema.

Compreender a opressão é perceber a realidade não somente individual, mas coletiva de um grupo. No caso do gênero feminino é notar a perseguição, as injustiças, violências e o lugar dentro da cidade para onde são direcionadas pelas forças de poder e opressão. Assim, depois de

compreender tais realidades percebe-se pelo número de casos, que existe o fato da opressão da mulher no espaço público e a ausência da efetivação do direito a cidade para todas/todos.

Com isso, problematizar a questão da segurança pública e mulheres, a relação dessas com o medo social, sentimentos constantes de insegurança, poderá ajudar a compreender algumas das dificuldades enfrentadas ao ocupar o espaço urbano, os mecanismos que estão sendo pensados e utilizados para inibir violências e principalmente a resposta por parte de movimentos feministas, coletivos feministas na contemporaneidade a estas questões, pois tais movimentações tem sido recorrentes principalmente pelo número exacerbado de estupros, abusos, violências, físicas e assédios morais que ocorrem cotidianamente nos espaços públicos. (GALETTI, 2017, p.11).

O gênero feminino enfrenta cotidianamente desafios, limites e violências. E assim como a naturalização de algumas formas de violência, a insegurança e o medo também são naturalizados. Ao compreender essas realidades é possível refletir em estratégias de mudanças, considerando que para a mulher o direito a cidade é uma luta que vai além de questões da materialidade da cidade.

Dessa maneira, ocupar os espaços públicos da cidade é uma forma de enfrentamento aos sistemas de opressões e ao machismo, uma vez que estes influenciam na violação dos direitos das mulheres na cidade cotidianamente. A ausência da efetivação do direito a cidade aprisiona mulheres em territórios inseguros e violentos, onde o sentimento de medo é dominante em razão que a violência, sexismo, misoginia e machismo são perceptíveis diariamente.

A importância do pensamento feminista na elaboração de políticas públicas urbanas de segurança propicia o cumprimento dos direitos das mulheres. Com isso denunciado o julgamento que o grupo dos que compõem a cidade são iguais e suas necessidades semelhantes. Assim contribuindo para a produção de políticas de proteção dentro do espaço público, com projetos contra o machismo e demais sistemas perversos, como diz Galetti:

Ao pontuar o direito à cidade e conseqüentemente, uma cidade segura, que dê condições para que as mulheres circulem com tranquilidade, desconstrói-se a lógica patriarcal, dando visibilidade à apropriação dessas ao espaço público. Direito a cidade não se restringe a reivindicações imediatas por direito a moradia, serviços urbanos específicos, mas é um conceito muito mais amplo que deve ser pensado com recorte de gênero. (GALETTI, 2017, p. 17).

Dessa maneira, o direito a cidade é executado quando a mulher sente a sensação de segurança e liberdade ao caminhar pelas ruas de forma igualitária. Assim usufruindo dos espaços existentes e da participação na elaboração de novos. Desse jeito, com a certeza que a

cidade está sendo produzida democraticamente garantindo a igualdade a todos nos espaços de uso público.

A vulnerabilidade feminina no espaço público precisa ser o alvo de políticas públicas de segurança. Contudo, a vulnerabilidade da mulher vai além da questão de segurança pública e da precariedade dos serviços urbanos uma vez que, ser mulher no espaço público a coloca em situações de insegurança. Sendo assim, reivindicar esse espaço é lutar pelo direito a sobrevivência na cidade.

Assim o direito a cidade para mulher é o direito de existir e se movimentar. A produção de cidades construídas com bases em logicas masculinizadas, as coloca em insegurança onde corpos e subjetividades femininas são violentadas, assim é preciso por fim, a esse tipo de produção do espaço que geram desigualdades. (FREITAS; GONÇALVES, 2020, p.11).

Para pôr fim nessas logicas perversas é necessário o enfrentamento, o combate a toda opressão a mulher retirando a sensação de poder atribuída aos homens sobre mulheres. A produção de cidades justas exige também a educação de uma sociedade, uma vez que todos são produtores de espacialidades, a coletividade produz a cidade.

O direito a cidade é um direito coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras. Direito de habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis. A interpretação do direito à cidade deve ocorrer à luz da garantia e da promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais reconhecidos internacionalmente a todos. (AMANAJÁS; KLUG, 2018, p. 29).

O direito a cidade é uma luta coletiva para que todos possam usufruir do espaço urbano e assim participando de seu planejamento e das decisões. Assim pensando não somente no presente, mas nas futuras gerações que ocuparão esses espaços urbanos. Mulheres enfrentam muitos problemas na cidade e refletir sobre justiça é um exercício que necessita da participação dos diversos grupos de mulheres.

O alcance ao direito a cidade permite a mulher habitar em espaços de justiça, seguras, inclusivas e planejadas com a participação das pessoas que circulam cotidianamente na cidade enfrentando os desafios. Uma cidade justa considera como importantes para sua construção, as vozes silenciadas em extensões do medo.

Assim possuir direito a cidade é ter poder de decisão e assim frequentar o espaço público em ritmo desacelerado e sem o sentimento de medo, sentindo-se confortável no próprio corpo, com diversas pessoas no mesmo espaço. Dessa forma sem padrões sociais perversos que normalizam violências, naturalizam dores e culpabilizam vítimas.

Para a mulher o direito a cidade é muito mais do que a forma arquitetônica da cidade, pois a forma de se pensar a cidade está relacionada com as características patriarcais e machistas da sociedade. Com isso, se a sociedade não estivesse de acordo com esses padrões sociais opressivos a escuridão das ruas não seriam um grande problema para mulher, pois não existiria o medo de ser violentada ou morta nesses recortes espaciais que facilitam crimes.

A ausência de iluminação pública possibilita a prática de crimes perversos, mas eles acontecem também com a presença de luz seja ela solar ou elétrica. Assim uma cidade justa só será produzida quando a sociedade mudar culturalmente, socialmente e historicamente, pois o problema da cidade são seus habitantes e suas concepções de mundo.

CAPITULO 3

A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE REPRESENTATIVIDADE DA MULHER SANTANENSE

A produção deste trabalho inicializou no ano de 2019, com o começo da reflexão sobre a violência contra a mulher nos espaços públicos da cidade de Santana, e a possibilidade de um instrumento de representatividade da mulher Santanense. Assim, ao analisarmos pesquisas acerca da cartografia social, concluímos que seu compromisso com a representatividade de grupos sociais oprimidos na sociedade é um instrumento possível de visibilidade de vivências do gênero feminino na cidade.

Durante o desenvolvimento fomos surpreendidos com o surgimento da pandemia do Covid-19, o que alterou o prosseguimento do nosso trabalho. Com isso, selecionar mulheres da cidade, transmudou-se em um enorme obstáculo para o desenvolvimento da pesquisa. Pois mesmo com o auxílio da internet e redes sociais, constatamos vários impedimentos para obter comunicação com essas mulheres.

Assim, no princípio planejávamos nos aglomerar com um grupo de colaboradoras Santanenses, e dessa forma produzir e mediar uma conversa sobre suas vivências de medo no espaço público, com isso ouvindo seus relatos de experiências e percepções. Dessa maneira apresentaríamos o objetivo do nosso trabalho, e solicitaríamos colaboração para a produção de

cartografias territoriais da cidade. Contudo, devido as circunstâncias a produção das cartografias realizou-se da seguinte forma:

Iniciamos a comunicação com as colaboradoras por meio de três populares redes sociais, assim a princípio enviamos mensagens de texto onde explanávamos sobre nosso trabalho, algumas concordaram instantaneamente, outras solicitavam mais informações. No decorrer desse momento, somente duas mulheres desaceitaram colaborar e justificaram suas impossibilidades por estarem em ocasiões de Viagem e provas de faculdade.

Das interlocutoras que concordaram prontamente com a colaboração, determinadas mostravam-se empolgadas com a discussão do assunto e em compartilhar com outras mulheres, dessa forma, demonstrando entusiasmo para descrever seus cotidianos e suas experiências de medo da violência. De início foi necessário elucidar nosso trabalho para algumas, que após concordarem em colaborar mostravam-se inseguras com a maneira que sucederia a reunião uma vez que, não seria possível realizar-se de forma presencial por motivo dos riscos de contaminação por víruses.

Assim, por meio de mensagens de texto convidamos as colaboradoras para uma reunião, por acesso online, disponível por meio do aplicativo de videoschamadas Google Meet. Dessa forma, no texto enviado já era inserido o like de acesso e mais a data e o horário do encontro. Contudo, foi necessário instruir algumas colaboradoras sobre o manuseamento do aplicativo uma vez que, era a primeira vez que teriam conexão por meio da ferramenta. E assim essas interlocutoras se mostravam inseguras com possibilidade de não conseguirem sucesso na tentativa de participar.

Também encaminhávamos o questionário, este com questões com o objetivo de possibilitar a visibilidade do grupo na qual estávamos trabalhando. Assim, os questionários eram de imediato respondidos e nos auxiliaram durante o diálogo com o grupo focal que foi selecionado como metodologia de coleta de dados. Pois, o principal objeto do grupo focal consiste na interação entre os participantes e o pesquisador e a coleta de dados a partir da discussão em foco, em tópicos específicos e diretivos (ASCHIDAMINI; SAUPE, 2004, p. 10).

Com isso, a seleção da metodologia de coleta de dados foi pela possibilidade de produzir conhecimento qualitativo e a relevância ao investigar questões complexas. Uma vez que o grupo focal apresenta a possibilidade de trabalhar com aprofundamentos de conteúdos, compreendendo como o grupo pensa sobre determinados temas e dando relevância aos seus sentimentos enquanto participantes de pesquisa qualitativa.

As colaboradoras do nosso trabalho são habitantes da cidade de Santana, algumas são naturalizadas do município e outras de localidades distintas do estado do Amapá e de cidades

ribeirinhas do Pará. São colaboradoras de diferentes idades, identidades, orientação sexual, raças e trabalhadoras.

A princípio o objetivo era de obtermos a colaboração de mulheres de todos os bairros de Santana; contudo, não foi possível o contato com essas diferentes moradoras da cidade. As primeiras a quem enviamos solicitações foram mulheres que faziam parte das nossas redes sociais, assim o grupo foi selecionado por localização de suas residências, com o intuito de obtermos cartografias sociais e perspectivas de olhares da cidade de diferentes recortes territoriais.

Algumas colaboraram por meio do convite de outras mulheres como: amigas, irmãs, colegas de trabalho e de faculdade. Assim, participaram da pesquisa mulheres brancas, negras e pardas; de orientação sexual heterossexuais e homossexuais e com idades de 19 a 48 anos. As ocupações se diferenciavam. Algumas eram professoras de letras, geografia, matemática, pedagogia e sociologia, contadoras, agentes de saúde, policiais, empreendedoras, cabeleireiras, manicures, estudantes de ensino médio, enfermagem, mestranda em história, mestranda em geografia e dentre outras.

Anteriormente ao evento, foi necessário por diversas ocasiões alterar a data e o horário da conferência, pois, a disponibilidade de tempo das mulheres foi um grande desafio para a organização. Contudo, não foi possível conseguir uma oportunidade em que todas estivessem disponíveis para a reunião e com isso algumas colaboradoras não puderam colaborar com esse momento.

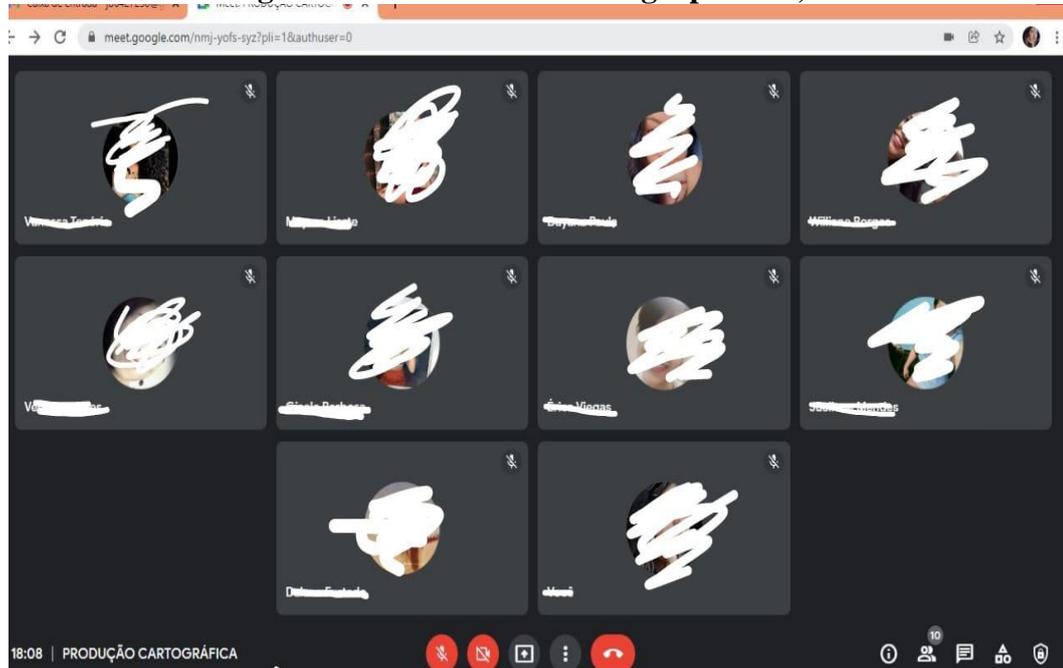
No dia do evento e no horário definido as interlocutoras do trabalho apareceram na sala virtual e, enquanto aguardávamos por mais colaboradoras, algumas nos comunicavam por meio de mensagens de texto, pois não estavam conseguindo ter acesso a reunião. Assim, essa situação também foi a causa da ausência de mulheres.

Na sala virtual encontrava-se dez mulheres colaboradoras, assim, nos apresentamos e através de slides apresentamos nosso trabalho. Também, foram apresentados os objetivos e a importância do grupo como interlocutoras para o desenvolvimento deste trabalho. Assim, no decorrer dos trabalhos todas participaram da conversa, contribuindo com suas experiências e percepções da cidade a partir dos relatos. Assim, expuseram sobre o medo e a dificuldade de ser mulher em uma cidade violenta e machista.

A percepção de insegurança nos espaços públicos encontrava-se nas palavras delas, junto aos questionamentos sobre a impunidade de agressores e do medo da violência por serem mulheres. Após esse momento de diálogo, as colaboradoras presentes receberam a proposta da produção da cartografia feminina e de imediato se comprometeram em produzir esses mapas.

Dessa forma, reproduzindo suas vivências, experiências e percepções cotidianas no espaço de uso comum.

Imagem 07: Reunião on-line do grupo focal, 2022



Fonte: Barbosa, 2021.

O encontro virtual aconteceu no final do mês de dezembro do ano de 2021. As colaboradoras que participaram da reunião virtual pelo Google Meet, foram estudantes e por isso não apresentaram dificuldades, uma vez que as instituições de ensino estavam utilizando essa ferramenta para o ensino, haja vista o contexto pandêmico. Assim, demonstravam interesse no assunto e, também, contribuíram com alguns conceitos: relatavam em suas falas experiências e revoltas, se posicionando contra opressões e revelando interesse em buscar transformações sociais na cidade. Desse modo, concordaram em produzir as cartografias sociais e já produzidos foram encaminhados através de canais digitais.

O questionário enviado para as colaboradoras do trabalho serviu como meio de observarmos a diversidade do grupo das interlocutoras. Pois, por meio deles ficou mais claro identificar quem eram essas mulheres Santanenses que colaboravam com o nosso trabalho e compreender melhor seus questionamentos, nos relatos a partir do encontro virtual e na cartografia social produzidas por elas.

Recebemos mais questionários do que cartografias, mas esses primeiros nos revelavam possíveis motivos para a dificuldade em produzir cartografias. O questionário era composto pelas seguintes perguntas: Idade? Orientação sexual? Cor? Naturalidade? Bairro? Você já teve algum tipo de experiência de violência no espaço público em Santana- AP? Se sim, qual tipo?

Quanto tempo mora em Santana-AP? Você utiliza transporte público ou particular? Como você caracteriza a cidade de Santana- AP? Na sua opinião, quais mudanças faria na cidade de Santana?

As idades das colaboradoras se diversificavam entre 19 e 48 anos, contudo, a maior parte estavam na faixa entre 31 e 35 anos, assim, realizaram-se 28 questionários. Durante o processo do preenchimento do questionário, grande parte das mulheres se descreveram como heterossexuais, contudo, algumas não compreenderam a pergunta e, assim, nos pediram ajuda e esclarecimentos, revelando distanciamento sobre o tema e o significado dos termos heterossexual, homossexual e outros.

Assim, essa pergunta deixou muitas colaboradoras confusas com o fato de não conseguirem se identificar por não serem familiarizadas com os termos. Dessa forma, houve as respectivas indagações das interlocutoras: “orientação sexual”? O que isso quer dizer? O que eu sou? E estas foram perguntas frequentes que surgiram como resposta no questionário. Com isso, observamos que essa é uma realidade de muitas pessoas na cidade do medo, pois, esse assunto, para alguns grupos, é um tabu.

Outra pergunta da qual as respostas se destacaram foi com relação a cor da pele das colaboradoras, onde 56% se declararam pardas, 12% preta e 4% negra. Entre elas algumas se declararam estarem confusas sobre suas raças. De todo modo, o maior número de interlocutoras se considera parda, termo este que não é aceito atualmente pelos movimentos sociais; uma vez que para estes são consideradas apenas as respectivas raças: branca, negras e outras.

Quanto a naturalidade, o maior número reside na cidade de Santana desde que nasceram. A minoria é dos municípios vizinhos Mazagão, Macapá e do estado do Pará, Breves e Castanhal. As colaboradoras fazem parte dos bairros Santanenses: Nova Brasília, Elesbão, Provedor, Hospitalidade, Novo horizonte, Paraiso, Remédios, Fonte Nova, Vila Daniel, Provedor e do distrito da ilha de Santana.

As respostas que traziam como referência a pergunta: Você já teve algum tipo de experiência de violência no espaço público em Santana- AP? Se sim, qual tipo? Receberam diferentes e diversos retornos. Com isso, das 29 mulheres colaboradoras, 23 delas revelaram ser vítimas de violências e somente 06 não vivenciaram esse tipo de experiência. Assim, as formas de violências descritas se diversificavam entre físicas, psicológica, sexual e patrimonial. Com isso, dois tipos de violência encontramos no questionário: casos de assédios; perseguições; tentativas de assaltos; assaltos; violência verbal; roubo; espancamentos; abuso sexual e outras.

Dentre as narrativas de experiências de violência, os casos de assédios em transporte público se destacaram pela quantidade. Assim, todos os casos narrados aconteceram em ônibus

interurbanos, Santana/Macapá, ou durante o processo de descida desse transporte. É o que narra Maria Carla sobre sua experiência traumatizante dentro do ônibus da linha Macapá-Santana, como observado no respectivo relato: [...] fui apalpada em um ônibus, foi constrangedor, mas ninguém viu e eu não consegui fazer nada. Agora evito sentar ao lado de homens em transporte público [...] (Maria Carla, 2022).

Após passar por experiências de traumas, como a de Maria Carla, em transportes público coletivo, o gênero feminino cria formas na tentativa evitar tais experiências traumatizantes. Contudo, em alguns casos são tentativas sem sucesso, reafirmando que o problema está na sociedade machista e patriarcal que, em todo tempo, busca meios para oprimir mulheres.

Grande parte das colaboradoras Santanenses, estudam na capital do estado, com isso, estas já passaram por algum tipo de importunação, assédio, constrangimentos e abusos. Criminosos se aproveitam das superlotações desse tipo de transporte, selecionam suas vítimas, caminham até elas ou se sentam na mesma poltrona e, então, iniciam atos de violências.

Um grande equívoco da sociedade é achar que esse tipo de criminosos escolhe suas vítimas a partir da roupa, pois, se fosse dessa forma não teria entre as vítimas trabalhadoras e estudantes que estão voltando para casa, cansadas, com livros, ou outros acessórios de trabalho, com calças ou saias compridas, blusões... Enfim, não estão com roupas curtas ou com decotes.

Assim, elegem suas vítimas simplesmente por pertencerem ao gênero feminino, o que Butler (2006) chamou vulnerabilidade social de nuestros cuerpos, onde a mulher é vista a partir do olhar do outro. E nessa sociedade machista e patriarcal a mulher é vista como inferior e submissa aos desejos de homens.

Esto significa que en parte cada uno de nosotros se constituye políticamente en virtud de la vulnerabilidad social de nuestros cuerpos -como lugar de deseo y de vulnerabilidad física, como lugar público de afirmación y de exposición-. La pérdida y la vulnerabilidad parecen ser la consecuencia de nuestros cuerpos socialmente constituidos, sujetos a otros, amenazados por la pérdida, expuestos a otros y susceptibles de violencia a causa de esta exposición. (Butler, 2006, p. 46).

O corpo é um fenômeno social, pois, está exposto aos outros, se tornando precário e vulnerável, corpo é local público e por isso está sujeito a sofrer violência por causa da exposição, dentre esses que são vulneráveis, a autora destaca a Mulher, enquanto minoria, sujeita a possibilidade de sofrer violências, isso devido a uma normatividade da vida sobre o corpo. Padrões sociais e políticos na sociedade transformam a cidade em um território onde o gênero feminino se torna vulnerável.

Fica perceptível que a mulher é considerada nesse espaço, a partir do olhar do outro, afetadas pelos preconceitos e percepções dos outros. Nesse contexto, os outros são a sociedade patriarcal, machista, sexista e misógina, com seus valores e sistemas sociais contribuem para a produção de uma cidade com espaços de usos comuns perigosos para a mulher, e essa violência atinge a mulher por sua condição de gênero inferior. “Sim, assédio quando voltava da universidade vindo para minha casa logo após descer na parada de ônibus e, também, indo para academia na rua de casa um carro branco me chamou e me seguiu até o final da rua”. (Everly, 2022).

Assim, mulheres são assediadas e perseguidas em qualquer horário, espaço e com qualquer vestimenta. O assédio se caracteriza como efeito de perturbar, constranger, intimidar, desestabilizar e humilhar por meio de ações físicas ou verbais que resultam em comportamentos de caráter sexual, assim, tocar sem consentimento e o desferimento de palavras obscenas.

Com isso fica perceptível que qualquer mulher pode passar por essas situações de violência sexual, contudo, mulheres caminhantes e que utilizam o transporte público estão mais vulneráveis a esses crimes. E o sentimento é o de insegurança e medo, pois em qualquer local da cidade e entre várias pessoas como dentro de um ônibus ou em ruas ou calçadas, o perigo é o mesmo.

Aconteceu uma situação comigo, no ônibus, Macapá/Santana, quando eu estava indo para o trabalho, eu estava em pé no ônibus e o outro passageiro que era um homem, iria descer, e quando ele passou por mim ele passou a mão, nas minhas pernas na mesma hr eu reagir perguntando se ele era louco, ele se fez de desentendido e ainda queria me fazer passar como louca, mais a situação, foi vista por outro rapaz q me defendeu, mas ele desceu rapidamente do ônibus, como se nada tivesse acontecido. (Angélica, 2022).

Notem que no caso da colaboradora que se movia para o trabalho, o assediador assediou-a fisicamente e mesmo após ser confrontado disse que a vítima era louca, assim, a vítima só obteve apoio porque outra pessoa testemunhou o crime. Assim, criminosos como esse se beneficiam da lotação dos veículos públicos para a prática de assédios e, também, da vulnerabilidade do gênero feminino pois, como observamos no relato a vítima, só tem apoio mediante outra pessoa, caso contrário ela é julgada como mentirosa.

Sendo assim, se em meio a aglomerações acontecem violências contra mulheres, em ruas e em horários de baixo fluxo o medo da violência também é constante. Como no relato a seguir de uma colaboradora estudante que relembra e descreve sua experiência traumatizante de violência e medo durante o caminho para escola no ensino médio:

Sim. Quando estava no ensino médio morava no bairro provedor 2 e estudava no bairro igarapé da fortaleza. Passei por uma má experiência, íamos para escola andando e um dia não teve aula voltamos no horário de 2 da tarde eu e minha amiga sozinhas retornamos o trajeto andando novamente fomos atacadas e assaltadas. Não tinha ninguém perto, gritávamos, mas ninguém viu ou ouviu. Desde desse episódio nunca andei tranquila na rua. Depois que passei a morar no bairro Remédio todas as vezes que andava desacompanhada e em horários calmos, manhã, meio dia e pela noite. Sempre saía do ônibus e andava o mais rápido que podia para chegar, abrir o portão e me sentir segura em casa novamente. (Ester, 2022).

Depois de passar por experiências como estas de violências no espaço público, mulheres perdem a confiança ao locomoverem-se nessas extensões, com isso, passam a criar estratégias para evitar experiências de violência. Assim, transformam suas práticas, alteram seus horários e suas formas de caminhar, com isso, evitando se deslocarem sozinhas. De qualquer forma, o sentimento de insegurança e medo sempre estão presentes.

O relato da estudante é um exemplo de como a violência contra a mulher ocorrem de forma diferente das que afetam homens, uma vez que as vítimas foram “atacadas” e assaltadas, ou seja, além de serem vítimas de violência patrimonial onde, segundo Guedes e Gomes (2014), a caracterizam como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial de documentos, bens e valores, também foram assediadas. Assim, os homens são vítimas de crimes, como a violência patrimonial, mas não são de crimes sexuais.

O maior número de nossas colaboradoras utiliza o transporte público e já sofreram algum tipo de violência na cidade. Assim, são elas que classificaram a cidade como “violenta; uma tristeza; perigosa; sem desenvolvimento; sem segurança; não evoluiu”. Dessa maneira, as colaboradoras descreveram suas angústias ao ter que se locomover pelos espaços públicos a noite: “como é uma cidade extremamente violenta, escura, sem segurança, é difícil andar pelas ruas sozinha o medo é muito grande de sofrer violência principalmente a noite quando volto da universidade andado pelas ruas do meu bairro (Rafaela, 2022)”.

Assim, o sentimento de medo está também no cotidiano, pois as mulheres percebem o quanto a cidade é insegura para o gênero feminino. E mesmo correndo perigo é preciso estar nesse espaço público, pois é necessário trabalhar, estudar, passear e ocupar, usando esse espaço de várias maneiras inclusive para reivindicar por direitos femininos.

E dentre esses direitos femininos o da autonomia sobre o espaço e sobre o corpo, para que, assim, não exista o medo em estar sozinha, em caminhar a noite, em voltar para casa, de sofrer violências e, principalmente, de que não se tenha medo e a sensação de insegurança em ser mulher na cidade.

E por fim, as colaboradoras da pesquisa descrevem que a cidade de Santana precisa de muitas mudanças e elas mudariam: “o planejamento urbano, iluminação, mais segurança nas ruas, melhoria dos serviços públicos, mas policiamento em lugares distantes do centro, melhorar a urbanização, mais ações da preservação da vida da mulher, asfalto, saneamento básico, policiamento através da Guarda Municipal trabalhando a noite”.

Muitas. Inclusive desde que vim para cá minha rua nunca foi asfaltada. Aqui ao mesmo tempo que é uma cidade calma também é violenta devia melhorar mais isso. Colocar mais emprego no mercado de trabalho. Assim ninguém ia ficar de boqueira. Colocar mais policiais nas ruas. E que seja uma polícia reciclada não essas q matam todo mundo. Aqui tudo deve ser melhorado. (Jessica, 2022).

As mulheres que colaboraram com o nosso trabalho estão frequentemente no espaço público da cidade, são estudantes e trabalhadoras. Assim, por encontrarem-se cotidianamente ocupando ruas, calçadas, praças, pontes e avenidas, conhecem realidades que quem administra e elabora políticas públicas sociais desconhecem.

Assim, a interlocutora Jessica descreve uma realidade de muitos bairros da cidade, que são calmos, porém, violentos e, assim, como se a violência se aproveitasse da calma, da ausência do fluxo de pessoas, assim, da desertização das ruas. Dessa forma, nesse cenário as mulheres estão mais vulneráveis a violências que atingem o gênero feminino.

A colaboradora também se mostra preocupada com a falta de empregos na cidade e associa esse problema social com a violência urbana concluindo que mais oportunidades de empregos resolveriam a questão da violência. Outro ponto importante é a observação que ela traz sobre a polícia, que a cidade necessita de segurança e a polícia é um elemento importante, contudo, esta instituição, deve ser “reciclada”, ser transformada, para que não seja um instrumento de mais desordem social. A interlocutora Maria Clara também descreve alguns elementos que em sua opinião melhorariam e que são relevantes, assim, trazendo questões materiais e simbólicas.

Colocaria mais policiamento nas ruas, apoiaria programas sociais que façam valer os direitos da mulher, colocaria mais ônibus nas rotas, das cidades para que, não estivessem sempre lotados. Iluminação pública, mais posto postos polícias e viaturas pelas ruas, menos terrenos privados e prédios públicos abandonados. Mais isso não mudaria tanto, pois a postura de cada pessoa que realmente faria a diferença. Uma boa índole, respeito, educação, isso prefeitura não pode atuar. (Maria Carla, 2022).

Na citação acima nota-se a afirmativa de que na cidade do medo é unânime a materialidade das violências produzidas e reproduzidas nos espaços públicos no contexto do gênero feminino. Também, se evidencia o “não empoderamento” das mulheres no que se refere ao *não* identificação dos elementos do problema urbano.

Na fala acima também fica explícito o desalinhamento em propor caminhos que possam, efetivamente, combater tal problemática na cidade. Aqui inferimos a alienação social acerca da compreensão dos conceitos sobre o que são Direitos fundamentais, o que são políticas públicas, o que são programas de governos, qual o papel do Estado nesse processo etc.

Para a colaboradora Catarina a questão da segurança é prioridade em todos os espaços. Na condição de mulher, ela percebe a vulnerabilidade que o grupo está exposto e comenta sobre a importância da visibilidade para o combate às violências contra a mulher.

Segurança; colocaria mais iluminação nas ruas escuras, um transporte público de qualidade que seja capaz de me proporcionar conforto e segurança. Mais mulheres nas viaturas da polícia para que eu pudesse ter confiança e segurança. Limpeza nas ruas... e políticas públicas de conscientização (sobre o debate acerca da violência contra as mulheres). É importante dar visibilidade ao tema conversar com a comunidade garantir que todos saibam que nossas vidas são importantes, (Catarina, 2022).

Assim, o grupo feminino representante das mulheres Santanenses percebem a cidade enquanto perigosa, insegura e que as políticas públicas não estão de acordo com os direitos fundamentais. Assim, as colaboradoras são conscientes sobre a importância de dar visibilidade às diferenças de gênero na cidade para que se possa combater a violência contra a mulher.

E assim, para cada colaboradora a palavra segurança tem um significado e esses significados surgem de acordo com suas experiências nos espaços do medo. Assim, como exemplo, no caso acima, em que se observa a falta de confiança no serviço público de ordem e segurança, motivada pela ausência de mulheres.

As colaboradoras do trabalho também compartilham o sentimento de insegurança na cidade e conseguem identificar como causa a desvalorização do gênero feminino nesse território. Dessa forma, compreendendo que o problema que gera a insegurança feminina no espaço público vai muito além da materialidade da cidade.

Assim, o maior número de mulheres colaboradoras da pesquisa, já foram vítimas de preconceito, exclusão e o medo, somente por pertencerem ao gênero feminino. Elas percebem a vulnerabilidade da mulher em territórios dominados por sistemas e preconceitos que fazem parte da construção de espaços do medo.

Assim, as colaboradoras compreendem que a estrutura desta cidade deve mudar em vários pontos; contudo, devemos acrescentar um fator importante para as mudanças para a melhoria da vida urbana feminina, o empoderamento. Este que é instrumento de emancipação política e social, de enfrentamento coletivo de minorias contra injustiças e a ideia de sociedade uniforme. Assim, nos referenciamos no conceito de empoderamento de Joice Berth;

Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História. (BERTH, 2020, p. 23).

Assim, o empoderamento feminino acontece quando pessoas desse gênero percebem que, enquanto grupo social, são oprimidas na cidade de diversas formas. Com isso, começam a pensar em estratégias de enfrentamento das práticas e sistemas sociais que oprimem esse grupo culturalmente e historicamente, assim, buscando visibilidade para o grupo invisibilizado pelo olhar dominante.

Assim, a realidade das mulheres da cidade do medo é o constante sentimento de insegurança em suas vivências, a percepção de que enquanto mulheres estão mais vulneráveis a sofrerem violências e que é necessário a criação de políticas públicas pensadas para dar segurança ao Gênero feminino. Contudo, essa violência no espaço público de Santana contra mulheres é uma realidade não assistida pelos seus governantes.

3.1. A cartografia do medo como instrumento de participação feminina

A cartografia feminina dos espaços do medo, representa o território Santanense na perspectiva do olhar das mulheres habitantes sobre a cidade. Ela enquanto instrumento de representação da realidade da minoria social no caso o gênero feminino, também, pode ser considerada como instrumento de empoderamento feminino pela luta por direitos a igualdade nos espaços públicos da cidade.

Pois, cartografar o território, representando vivências, experiências e percepções de exclusões, opressões e violências e medo, é dar voz e visibilidade para esse grupo, ou seja, dando poder de enfrentamento dessas realidades opressoras. Assim, descrevendo realidades singulares que podem ser usadas para representar a coletividade feminina urbana, pois, as

experiências individuais reproduzem violências que atingem a todas as mulheres na cidade do medo.

Assim, a mulher neste trabalho assume uma posição poderosa, de cartografar a cidade do medo, descrevendo o que elas querem que seja mostrado, assim, não apenas as colocando nos mapas, mas mostrando suas realidades e os desafios de ser mulher nesse território inseguro. Com isso, chamando atenção para as violências contra a mulher no espaço público, realidade invisibilizada pelo poder público.

A maioria das colaboradoras da nossa pesquisa estavam sendo instigadas a pensar sobre suas vivências e percepções da cidade onde habitam. E pensar sobre a existência feminina na cidade é um começo para se observar como a cidade oprime grupos e se perceber enquanto ser oprimido e, assim, conseguindo visualizar opressões naturalizadas culturalmente e historicamente.

A maioria das mulheres interlocutoras da pesquisa queriam contar suas experiências de violências, falar sobre sentimentos de medo e seus traumas. Algumas falas se encontravam por suas semelhanças, assim, mulheres se identificavam com experiências de outras mulheres com as quais nunca antes tiveram contato e esse fato deixa claro que mesmo que o grupo se diferencie, ainda assim, todas são oprimidas no espaço público.

Durante a produção das cartografias recebemos mensagens, por via de redes sociais, com dúvidas sobre a produção das cartografias e comentários sobre suas experiências de medo e violências. Assim, enquanto cartografa a cidade de acordo com sua percepção, uma moradora do bairro do Elesbão nos descreveu uma situação de violência que horas antes havia sofrido.

Hoje, eu estava andando com minha avó na ponte, que a gente ia lá pra Santana, pegar um carro, um cara passou e falou com minha avó e falou comigo, e quando falou comigo bateu nas minhas costas, assim sabe, passou a mão nas minhas costas, eu fiquei demais enraivada porque qualquer coisa agora eu estou pegando ódio desses homens que fazem de tudo para se aproveitar das mulheres, fiquei com muito ódio e vontade de xingar ele, fiquei calada. (Maria Eduarda, 2022).

A colaboradora relatou um caso de assédio e seu sentimento de indignação e revolta, não somente por esse caso específico, mas através do texto se compreende que esse tipo de violência acontece com frequência. Dessa forma, Maria Eduarda percebe essa violência como uma prática onde homens se aproveitam de mulheres, de seus corpos, com isso criando situações onde tocam no corpo feminino sem o consentimento da vítima.

Como esse fato havia acontecido horas antes, a colaboradora estava bastante nervosa e nos revelou que precisava conversar sobre o acontecido, a aflição tomava conta de suas falas e

se misturavam com o sentimento de indignação, frustração e medo. Enquanto pesquisadora da cidade do medo essas falas evidenciam a materialidade das violências contra mulher no espaço público que caracterizam como é ser mulher neste território, contudo, em nenhum momento foi simples ou fácil sentir o desespero feminino.

A colaboradora continuou: “por que falou com minha avó e não tocou ela, e me tocou... é estranho né”. Aqui, descrevendo que a importunação sofrida foi intencional, por sua condição de jovem mulher, uma vez que a idade feminina influencia na vulnerabilidade no espaço público. Assim, homens se sentem confiantes em assediar e perseguir mulheres de todas as idades.

A interlocutora da pesquisa nos enviou uma cartografia territorial que representava sua realidade cotidiana na cidade do medo, descrevendo os casos de assédios e demais violências sofridas, mapeou onde esses crimes ocorreram nos espaços públicos da cidade. E assim detalhando como ela observa Santana e descrevendo o motivo pelo qual acredita que sofre assédios constantemente, sua condição de mãe solteira na sociedade machista.

A cartografia territorial dá a visibilidade a essas dores femininas, valorizando emoções, pois as emoções importam uma vez que fazem parte do nosso cotidiano, constituindo nossas práticas espaciais. Assim, muitas das cartografias da cidade do medo e dos desabafos de santanenses foram repletos de diversas emoções causados pelas vivências e experiências no espaço público.

Embora as emoções possam ser consideradas como sensações puramente físicas quando sentimos, tristeza, raiva, alegria, medo e assim por diante, para os autores, as emoções se constituem culturalmente e aquilo que nossos corpos manifestam como sensações físicas, possui uma mediação do tempo e do espaço. (CAMPOS; SILVA; SILVA, 2019, p. 40).

O medo, enquanto emoção, faz parte do cotidiano do Gênero feminino de Santana, medo do escuro, da violência, desertificação, insegurança, do julgamento social machista, de estranhos e de pessoas do gênero masculino, que a sociedade os considera como dominantes e superiores. Diante de situações de insegurança ou violência várias emoções se manifestam, fazendo parte da produção de espacialidades de grupos oprimidos.

Assim, mulheres sentem medo por entenderem e reconhecerem que enquanto grupo social estão em perigo pela vulnerabilidade de seus corpos, onde ao adentrarem em espaços públicos perdem a autonomia de seus corpos, ao ponto de serem perseguidas e tocadas, sem seus consentimentos. Uma violência que para muitos machistas e opressores é exagero

feminino, já que a dor e outras emoções femininas também são invisibilizadas na cidade do medo.

As emoções negativas que surgem após experiências e percepções de violências e inseguranças nos espaços públicos da cidade atingem pessoas do gênero feminino de várias formas. Assim, em cidades dominadas por sociedades machistas, sexistas e misóginas, como a do medo, as emoções de grupos oprimidos fazem parte também de um contexto cultural e histórico invisibilizado.

Dentre os diálogos sobre a violência contra as mulheres no espaço público de Santana, houve alguns casos de relatos de racismo por causa do cabelo crespo. Mulheres descreveram experiências de sofrerem com comentários negativos no espaço público e esse preconceito além de ser a causa de alterações de suas vivências na cidade,

Também resultou em transformações do cabelo para, assim, se sentirem mais “seguras” na sociedade dominada por padrões normativos.

Porque eu tinha vergonha do meu cabelo natural, pq ouvi mil e um comentários do tipo: “ela molha?” “tem rato ai dentro” “deve ser cheio de piolho né” “não entra nem pente”. Decidi alisar, quando decidi assumir meu cabelo, eu ouvi muita coisa também sempre que saia na rua, mas já tinha um tipo de amadurecimento e passei a não deixar isso me abalar tanto assim, mas não quer dizer que não tenha tido dias que os comentários e os olhares não tenham me machucado. (Alana, 2022).

A cidade do medo é produzida em cima de padrões normativos em que características físicas precisam está no padrão normativo branco, hétero e homem, e todos os grupo que não possuem esses padrões são excluídos e oprimidos. O sofrimento de mulheres, oprimidas e excluídas nos espaços públicos por razão do tipo de cabelo, como no caso da Santanense Alana, a motivaram a passar por vários processos, inclusive o de aceitação de si mesma.

Assim, para a interlocutora, a rua é um lugar de constrangimento, preconceito e exclusão, onde a colaboradora tentou buscar formas de ser aceita e pôr fim a essas violências e perseguições, que a oprimiam, tirando sua autonomia e liberdade espacial. Nessa cidade os comentários de ódios e os olhares de superioridade e exclusão machucam, reflexo de uma sociedade machista, racista e homofobia.

Em questão de casal, eu e ela evitamos beijos em público e dependendo do local que estamos evitamos até carícias pois temos medo de represálias pois nunca sabemos quem é quem, então para o nosso bem evitamos ou melhor dizendo deixamos de ser quem somos para manter a aparência do “correto” para a sociedade. (Linda, 2022).

Mulheres homossexuais não são aceitas nesse espaço público, e por isso precisam esconder sua homossexualidade, essa não aceitação e a homofobia em alguns casos começam dentro do ambiente privado e se intensificam no espaço público. Duas colaboradoras da pesquisa são casadas, Linda e Carolina, e nos descreveram a dificuldade de aceitação de seus relacionamentos pela família e a sociedade.

O espaço público de Santana para o casal é um lugar de medo e represárias, onde para se manterem em segurança precisam esconder suas identidades Lésbicas e atuarem de acordo com o padrão heterossexual normativo. Assim, demonstrações de afetos são práticas perigosas e proibidas para as interlocutoras que temem por suas seguranças, entendendo que a cidade do medo é insegura para o grupo homossexual.

Veze ou outra tem situações que ocorrem em meio a sociedade que acabam machucando, as pessoas sabem que sou mulher mais só pelo fato de eu usar roupas masculinas elas acham que eu quero ser um homem, mas não, não quero ser homem apenas tenho um estilo diferente de me vestir eu me visto como me sinto bem, eu não me sinto bem de vestido de shortinho me sinto bem vestindo roupas masculinas e isso não me faz menos mulher. Aí já ouvir comentários do tipo, olha a macho e fêmea, quer se homem vai ter que fazer coisas de homem. Já tive que me afastar de amigas heteros pq os maridos e namorados tinham ciúmes, e ainda tem mulheres que acham que só pq gosto de mulher vou dar em cima de qualquer mulher. De uns anos para cá a sociedade evoluiu sim em relação a homossexualidade, mas foi pouco bem pouco mesmo. (Linda, 2022).

O espaço público da cidade do medo é conservador, opressor e exclusivo, onde as roupas desenvolvem um papel de protagonismo, assim, se tem a existência de rótulos de discriminação e opressão. Com isso, diferentes grupos femininos são julgados pela vestimenta, como foi discutido em capítulos anteriormente.

Como foi descrito pela colaboradora, a forma que ela se veste não é aceita pela sociedade e essa não aceitação é o motivo de situações onde ela é vítima de violência verbal preconceituosas. Pois, a sociedade dominante que faz parte da produção dos territórios do medo, seguem o padrão normativo heterossexual, onde as roupas definem identidade de gênero. Ainda assim, no ponto de vista da colaboradora, a sociedade evoluiu quanto a questão da homossexualidade no espaço público. Porém, ainda é perceptível que assumir a identidade Lésbica é um ato de coragem, pois a sociedade é homofóbica e oprime mulheres ao ponto de serem perseguidas e constrangidas, tendo como motivo seus relacionamentos, suas vestimentas e até ideias preconceituosas sobre seus desejos.

A cartografia territorial Santanense dos diversos grupos femininos dar a visibilidade de suas espacialidades, existências, necessidades e percepções. Assim, mostra a representatividade

de vivências oprimidas, discriminadas, excluídas e desvalorizadas, por uma sociedade que tenta apagar seus direitos na cidade.

Dessa forma, o Gênero feminino em Santana é um grupo diversificado e jamais será um grupo uniforme. Com isso, é necessário que a sociedade perceba e se posicione em oposição a violência contra a mulher, que atinge a todas mesmo que de formas diferenciadas. E assim, compreender essas diferenças de opressões é determinante para um começo de produção de cidades justas.

Assim, a cartografia social feminina de Santana que foi produzida por diversas identidades, disponibiliza representações das diversas realidades de espacialidades do Gênero feminino. Com isso, revelando que a cidade de Santana é um território de várias percepções, vivências, preconceitos, violências e medos.

3.2. Leitura das cartografias femininas de Santana

Apresentaremos a seguir algumas cartografias sociais femininas do território da Cidade de Santana, produzidas a partir de uma perspectiva do olhar do gênero feminino enquanto grupo socialmente oprimidos que habitam neste município. Foram selecionadas algumas cartografias dentre as que nos foram enviadas, assim, vamos expor as mais simbólicas e que seguem a perspectiva do trabalho para análise e leitura desses mapas.

Salientamos que propomos as mulheres Santanenses colaboradoras da pesquisa que produzissem cartografias territoriais a partir de suas vivências, experiências e percepções de insegurança, violência e medo. Assim, reproduzindo os seus cotidianos, suas opiniões políticas, suas perspectivas do presente e até do futuro no espaço público de Santana/ AP.

Com isso, as cartografias femininas das mulheres de Santana foram enviadas como arquivos de fotografias pelo aplicativo de comunicação WhatsApp, assim, só houve contato com as cartografias femininas após prontas e nos enviadas. Todo processo de orientação e troca de informações foram a distância por meio de mensagens do aplicativo citado de forma escrita e áudios.

Assim, a primeira cartografia a apresentarmos foi também a primeira a recebemos. A colaboradora enquanto mapeava a cidade, por meio de mensagens, nos descrevia suas experiências de medo ao caminhar pelas ruas de seu bairro, principalmente durante a noite, acrescentando que passou por várias experiências de violência, das quais somente agora tinha conhecimento.

Assim, os mapas dos espaços do Medo foram entregues em dias diferentes, pois, respeitamos o tempo e a disponibilidade de cada mulher colaboradora. Pois, a princípio a ideia de construir um mapa era entendida por elas como uma prática complicada e difícil, uma vez que a maioria estava desenvolvendo essa produção pela primeira vez e encontraram dificuldades para começar.

Assim, na primeira cartografia produzida pela mulher Santanense, encontramos a representatividade de uma cidade com ausência de luz no espaço público durante a noite, onde em determinados pontos da cidade existem as marcações de níveis do medo feminino para o caminhar “não caminhar: sozinha, a noite, evitar”. Assim na Imagem 08 observamos a cidade delimitada pela falta de segurança para o gênero feminino.

Imagem 08: Produção da Cartografia feminina dos espaços do medo, 2022.



Fonte: Grupo Focal, 2022.

A cartografia territorial feminina apresenta dois elementos importantes para a produção e leitura de mapas que são elas a rosa dos ventos que indica a orientação e a legenda. Assim, os recortes espaciais foram marcados por três diferentes cores de tintas de canetas e, dessa forma, a cor azul indicou os bairros, a cor preta demonstrou os lugares, percepções e sentimentos, e a cor vermelha delimitou os espaços de perigo e lugares evitados.

Dessa forma, na parte esquerda da cartografia observamos a legenda, esta que apresenta dois símbolos representativos, assim, o primeiro simboliza os lugares seguros. As duas representações fazem referência aos lugares da residência da interlocutora, de sua avó e, com isso, compreende-se que apenas dois locais são considerados seguros em Santana segundo a perspectiva da colaboradora e são em espaços privados.

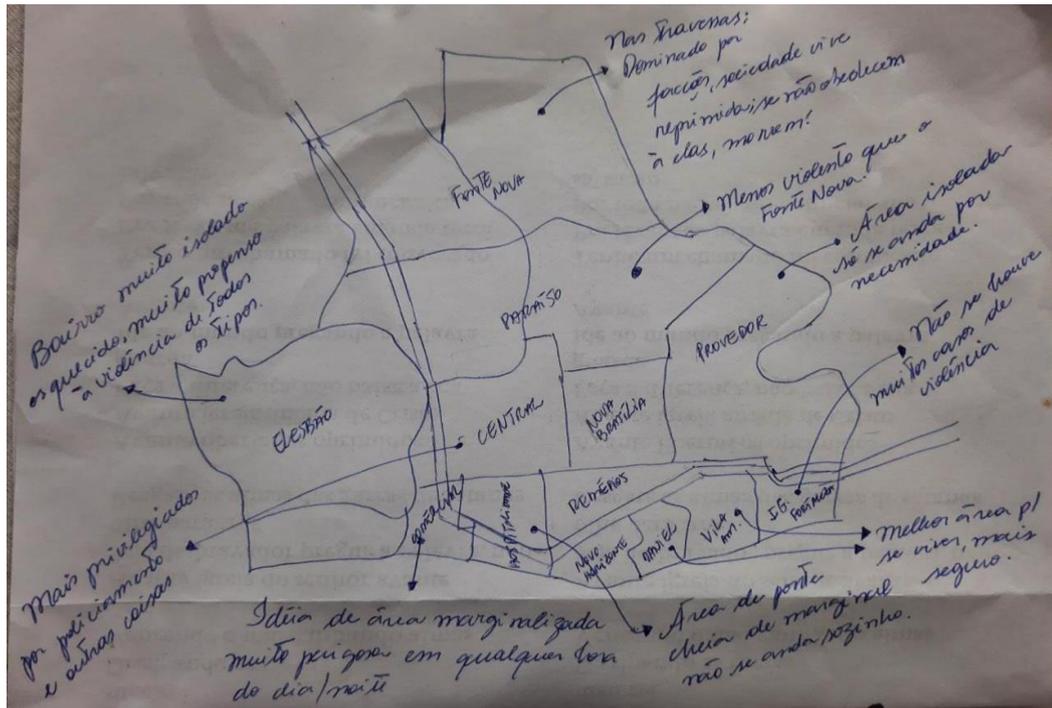
Assim, as representações dos lugares de segurança na cartografia 08, localizam-se nos Bairros Fonte Nova e Bairro Elesbão. A colaboradora nessa representação descreve elementos que demonstram sua afetividade e conhecimento sobre esses recortes territoriais; dessa maneira, nos dois bairros observamos a visibilidade de um maior número de elementos reproduzidos, como ruas, parada de ônibus e descrições de medo. Dessa forma, o conhecimento que se tem sobre a cidade é reproduzido nos detalhes da cartografia feminina e, assim, quanto mais se interage com determinados locais mais eles aparecem na cartografia.

A cartografia reproduz o símbolo X como referência aos lugares perigosos e evitados, estes que estão localizados nos espaços públicos dos bairros em destaque Bairro Fonte Nova, Bairro Elesbão e Bairro Provedor. No entanto, neste último a cartografia não mostra informações sobre a causa de sua caracterização como um recorte territorial evitado. Com isso, cogitamos que a colaboradora não possui práticas cotidianas nessa localidade e que sua percepção de lugar evitado se efetua a partir de vivências de outras pessoas.

Nessa cartografia a cidade apresenta-se como território deficiente de políticas públicas de iluminação, o que resulta em espaços públicos escuros no período noturno. Assim, dos 07 bairros representados, são 04 os que têm em suas características ruas escuras e dois são descritos como evitados em horários noturnos. Dessa forma, sempre relacionadas com a palavra escuro estão elementos como o medo, inseguro e assustador, e, com isso, colocando a escuridão das ruas como meio do surgimento de sentimentos e sensações negativas.

Na imagem de número 09 apresentamos a cartografia territorial produzida segundo a perspectiva de vivências e percepções do gênero feminino, representando 13 bairros oficiais da cidade. Assim, muitos dos bairros possuem legendas sobre a percepção de elementos de insegurança e medo dos espaços públicos e, dessa forma, essas legendas situam-se associadas a 10 bairros.

Imagem 09: Produção da Cartografia feminina dos espaços do medo, 2022.



Fonte: Grupo Focal, 2022.

Os recortes territoriais do Bairro Nova Brasília, Bairro Remédios e Bairro Novo Horizonte, não possuem nenhum tipo de elemento que demonstre proximidade ou conhecimento sobre eles pela interlocutora. Assim pensamos que a ausência de informações no mapa é em si, um elemento importante para considerarmos, pois pode demonstrar que são locais que não têm proximidade com as vivências da interlocutora.

Nesta cartografia, as legendas que são elementos de informações do mapa, se apresentam com referência a um dos objetivos propostos pelo nosso trabalho, o de mapear a cidade a partir da perspectiva do gênero feminino. Assim, foram representados espaços de vivências e percepções de insegurança e medo. Com isso, essa cartografia territorial reproduz as percepções que a colaboradora possui dos bairros, descrevendo a cidade e seus espaços do medo.

Também observamos a representação dos bairros periféricos que são a maioria, caracterizados como violentos e inseguros, onde se tem comunidades que sofrem com repressões. Assim, a colaboradora segue descrevendo-os como “isolados, esquecidos, dominados por facções, marginalizados e sem privilégios de policiamento e, assim, os níveis de insegurança se alteram, ao passo que existem territórios na cidade onde o caminhar no espaço público é uma atividade realizada somente quando necessário, e em outros não se pode “andar” sozinho, e assim os perigosos estão em qualquer horário.

Dessa forma, a cartografia em análise marca o Bairro Fonte Nova, como “dominado por facções, onde a sociedade vive controlada ao ponto de sofrer com represarias de morte”. Sendo assim, evidenciado como um território bem mais violento comparado a outros bairros, como no caso o Bairro Paraíso. Assim, para a colaboradora o Bairro Elesbão é apontado como “muito isolado e esquecido”, tendente ao acontecimento de diversos tipos de violência.

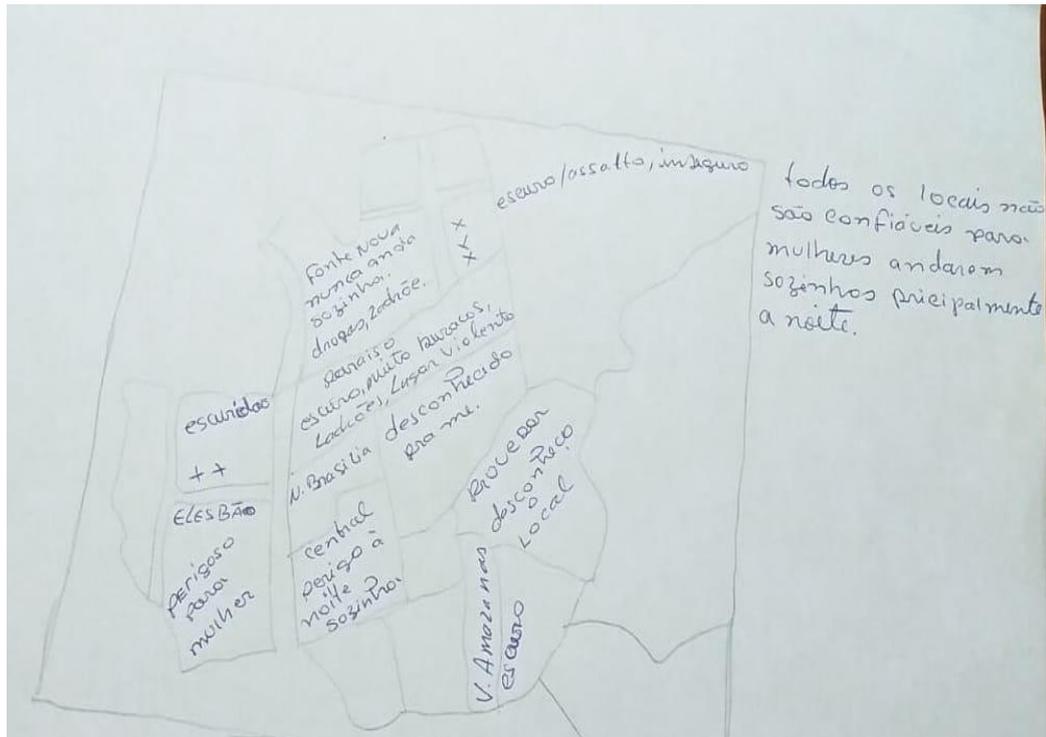
Dessa maneira, os bairros delimitados Fonte Nova e Elesbão são os únicos que apresentam descrições que trazem os tipos de violência e medo presentes nesses recortes territoriais da cartografia dos espaços do medo. Os demais são caracterizados como “violentos e perigosos”, áreas de ponte e “cheia de marginais”, porém, não caracterizam o tipo de violência que acontecem nestes recortes territoriais.

O mapeamento da cidade produzido pelo Gênero feminino em foco, segue descrevendo os dois, Bairro Daniel e Bairro Vila Amazonas como seguros, onde para a colaboradora é a: “melhor área para se viver”. Nessa perspectiva o Bairro Central, aparece como o “mais privilegiado” da cidade devido ao policiamento nesse território, contudo, não está caracterizado como seguro.

Com isso, consideramos que o policiamento no espaço público não são características de lugares seguros para mulheres. E assim, bairros isolados e esquecidos são uma referência a ausência de diversas políticas públicas básicas, incluindo segurança e iluminação. E assim, a ausência dessas políticas ajudam na produção de espaços inseguros para as mulheres, gerando o medo da violência.

A cartografia da imagem de número 10, representa o território urbano de Santana e 07 recortes territoriais que são: Bairro Central, Bairro Paraíso, Bairro Fonte Nova, Bairro Nova Brasília, Bairro Provedor, Bairro Vila Amazonas e Bairro Elesbão. Assim, alguns aparecem em branco, porém delimitados, fazendo referência a bairros, e outros oficiais não aparecem delimitados, assim, revelando que a colaboradora destacou apenas os lugares dos quais fazem parte de seu cotidiano ou que tem algum conhecimento sobre eles.

Imagem 10: Produção da Cartografia feminina dos espaços do medo, 2022.



Fonte: Grupo Focal, 2022.

Em dois diferentes recortes do território dentro da cartografia feminina, tem-se demarcações com um X o que representam insegurança, assaltos e medo. Em outra legenda, agora fora das demarcações da cidade, encontramos “todos os locais não são confiáveis para mulheres andarem sozinhas principalmente à noite”. Assim, a cidade com seus espaços do medo foi mapeada ressaltando os seus problemas sociais e, assim, dando visibilidade a esses elementos como: escuridão, drogas, buracos nas ruas e violência. Dessa maneira, Bairros também foram classificados de acordo com a sua percepção em: bairros violentos como o Bairro Paraisópolis, Bairro perigoso para a mulher, no caso se refere ao Bairro Elesbão e perigoso a noite para mulheres “sozinhas”, nesse caso o Bairro Central.

A cartografia social observada da cidade, também representa o sentimento de medo da interlocutora ao caminhar sozinha pelo território do Bairro Fonte Nova. Assim, ela descreve sua sensação de insegurança nesses espaços públicos, caracterizando-os como “lugares de drogas e roubos”, ao ponto de “jamais” caminhar sozinha nesses recortes públicos.

A cartografia social feminina da imagem 11, evidencia a cidade pelo ponto de vista de uma colaboradora de estado civil solteira e mãe, características das quais ela atribui os motivos de algumas experiências de violências sofridas por ela, como exemplo assédios. Dessa forma,

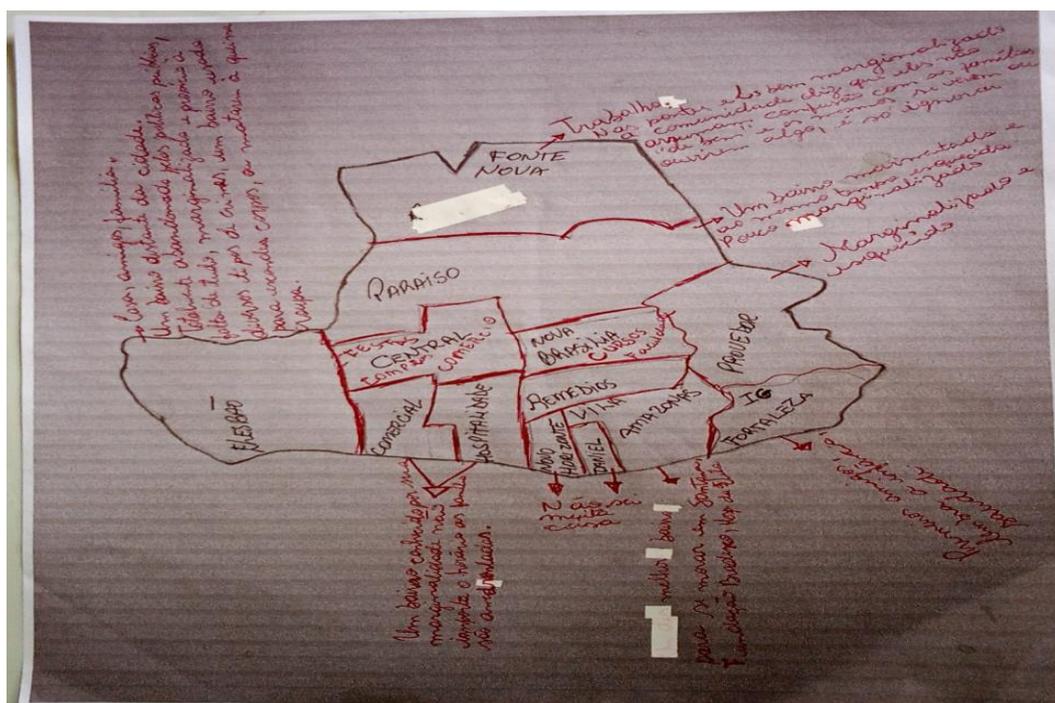
Os recortes territoriais possuem legendas conforme as experiências de violência e medo de assaltos, assim dando visibilidade a vulnerabilidade da mulher na cidade, onde em 04 bairros já passou por situações de violência. Assim, a colaboradora destaca que dentre essas violências, foi vítima de violência psicológica no Bairro Comercial. Dessa maneira, na cartografia ela também descreve o Bairro Fonte Nova e o Bairro Paraíso, como territórios onde há risco de assaltos e por isso o sentimento de medo nesses locais.

Nessa cartografia social 11 bairros são apenas delimitados e legendados com os nomes e sem mais descrições. E assim, consideramos que não haja uma relação espacial da colaboradora com esses territórios, ou que para ela não representem perigo uma vez que ela não destacou lugares possíveis de segurança.

Assim, a cartografia territorial em análise representa as vivências de diversas experiências de opressão, violência e medo na cidade. Dessa maneira, representando mulheres que por muito sofreram como vítimas de assaltos, violências sexuais e psicológicas e são oprimidas pelo medo de sair de casa principalmente durante a noite, mesmo em seus bairros de habitação.

A próxima cartografia apresenta Santana e sua reprodução na perspectiva de uma interlocutora que transcreve suas espacialidades no cotidiano. E assim, proporcionando a visibilidade de suas relações afetivas, memórias e percepções. Dessa forma, escrevendo todos os bairros oficiais de seu conhecimento e seus significados para a colaboradora.

Imagem 12: Produção da Cartografia feminina dos espaços do medo, 2022.



Fonte: Grupo Focal, 2022.

Nesse mapa as relações cotidianas da colaboradora são mapeadas e se organizam em territórios diferentes. Assim, o Bairro Fonte Nova, Bairro Nova Brasília, Bairro Central e Bairro Elesbão são territórios da habitação e do desenvolvimento de práticas sociais como trabalho, estudo, lazer e outras necessidades básicas. Assim, para realizar suas práticas cotidianas, ela precisa em seu percurso se deslocar entre esses quatro bairros dentro da cidade.

Dessa maneira, o Bairro Fonte Nova expõe suas percepções dos espaços públicos, ruas e pontes, estes que são seus locais de trabalho uma vez que, sua ocupação é de técnica em enfermagem. Assim, a colaboradora retrata a “marginalidade” nesses espaços, e através de sua experiência de diálogo com a comunidade afirma que existem relações harmônicas entre a “marginalidade e algumas famílias que pertencem a esse território”.

Ao se referir ao seu local de habitação, o descreve como “distante, abandonado por políticas públicas, marginalizado, propicio a diversos tipos de crimes, usado para esconder corpos e local de mortes a queima roupa”. Desta forma, traz visibilidade aos problemas enfrentados cotidianamente por ela, seus amigos, familiares e comunidade em geral que pertencem ao Bairro Elesbão.

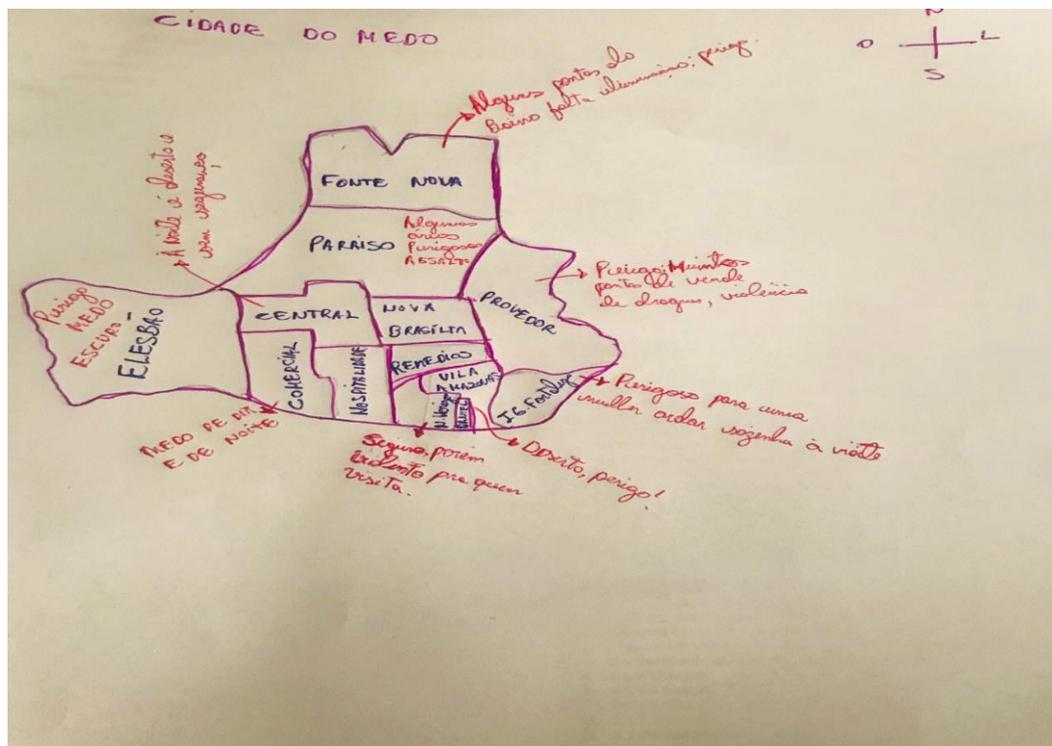
Assim, são 06 os bairros caracterizados como “marginalizados”, Bairro Paraíso, Bairro Provedor, Bairro Comercial e Bairro Hospitalidade. Dessa maneira, estes são cartografados com características semelhantes como inseguros e esquecidos por políticas públicas e, assim, apropriados por famílias que vivem “amedrontadas”, independentemente do horário.

Os Bairros Novo Horizonte, Remédios e Daniel não fazem parte das rotas cotidianas da colaboradora e com isso, ela descreveu “não sei muita coisa”; assim, mostrando distanciamento espacial. Contudo no Bairro Igarapé da Fortaleza ela o descreve como lugar afetivo e que através de suas lembranças possui o sentimento de saudades da infância. E por fim, o Bairro Vila Amazonas, que aparece como um dos melhores bairros para se morar na cidade.

A cartografia da imagem 13 apresenta a cidade e seus espaços cotidianos de contradições. Uma vez que a colaboradora descreveu bairros como territórios de violências e insegurança; contudo, também são espaços afetivos. Neste contexto aparece o Bairro Paraíso e o Bairro Elesbão como locais de medo, assaltos e drogas, porém, também, são colocados na forma de lugares simbólicos de amor e boas lembranças.

a cartografia territorial feminina recebe o título de Cidade do Medo, formada por treze territórios menores, considerados bairros, onde ela vai os descrevendo e seguindo suas percepções de vivências nos espaços do medo.

Imagem 14: Produção da Cartografia feminina dos espaços do medo, 2022.



Fonte: Grupo Focal, 2022.

A colaboradora nos narrou algumas experiências de violência no seu cotidiano nesses espaços público de sua habitação. Assim, descreveu que para ela, seu bairro é considerado como seguro por ser seu lugar de morada por longos anos. Mas, já passou por experiências que lhe causaram sensações de insegurança e medo, como perseguições e investidas invasivas por parte de homens desconhecidos.

Assim, a cartografia se insere na perspectiva de reprodução de vivências, experiências e percepções do gênero feminino enquanto oprimidos pela violência contra a mulher no espaço público. Dessa maneira, reproduzindo não somente os medos mas alguns elementos sociais, evidenciando ausências de políticas públicas o que contribui para a organização de cidade oprimida pela violência.

A colaboradora é moradora do Bairro Novo Horizonte e na sua perspectiva somente esse recorte espacial é seguro, porém, destaca que é seguro somente para seus habitantes. Dessa forma, é reconhecido como inseguro e violento para pessoas que não pertencem a essa

localidade, contudo, a própria interlocutora já foi vítima diversas vezes de assédios e importunações ao voltar para casa durante a noite.

Os bairros próximos da sua residência como o Bairro Daniel e o Bairro Vila Amazonas, são caracterizados como desertos e perigosos. Entretanto, existe uma relação de afetividade espacial nesses espaços públicos, que são utilizados para caminhadas e entretenimentos. Outros Bairros como Hospitalidade e Bairro Remédios, são desfrequentados e por esse motivo não possuem características.

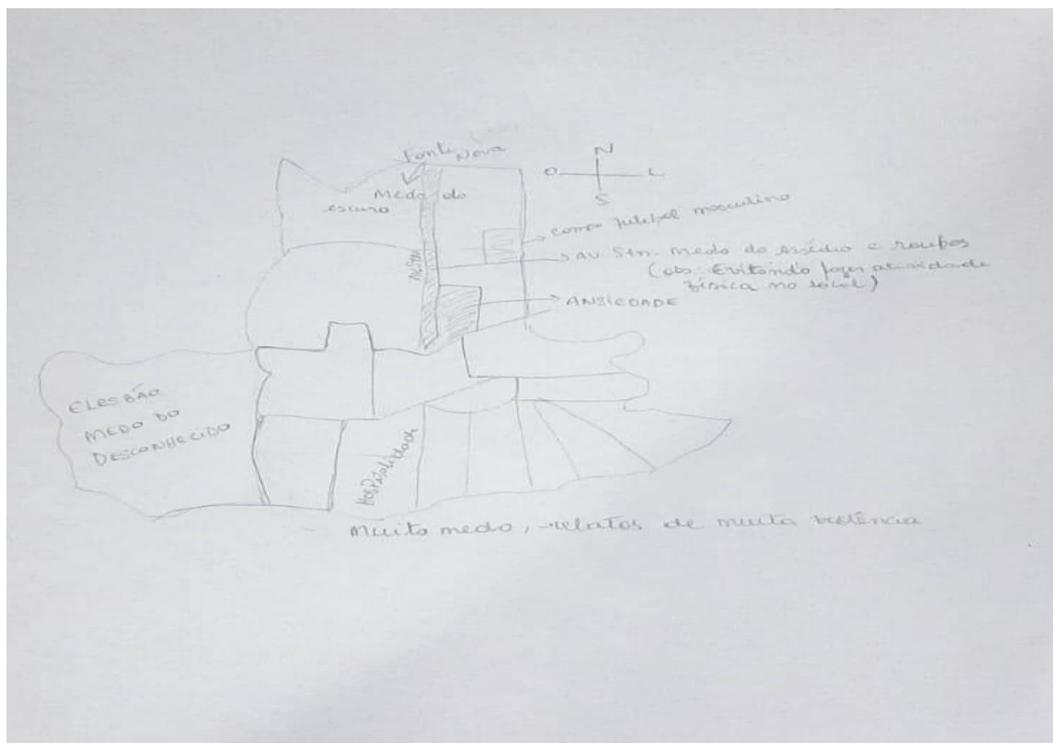
Dessa forma, observamos as descrições de ruas escuras durante a noite e desertas como locais de insegurança, perigo e medo na cartografia em análise. Dessa maneira, bairros como Comercial, Bairro Elesbão e Bairro Central são evitados no período noturno por motivo de ausência de políticas de iluminação pública e a falta de fluxo de pessoas. Estes, também resistidos durante o dia devido à ausência de políticas que garantam segurança.

Para a colaboradora da cartografia alguns bairros não são totalmente perigosos então assim ela descreve o Bairro Paraíso e o Bairro Fonte Nova, como espaços em que somente certos recortes territoriais são perigosos. Assim, as causas do perigo nesses locais são caracterizados como a falta de iluminação pública e os riscos de assaltos.

O Bairro Provedor é delimitado como território perigoso e violento, também sendo caracterizado por diversos pontos de vendas de droga. Dessa forma, também se acentua na cidade o Bairro Igarapé da Fortaleza enquanto território de perigo para o gênero feminino. E assim, neste é ressaltando que “mulheres devem evitar caminhar sozinhas a noite” nesse local.

Na imagem seguinte de número 15, observamos a representação da cartografia das vivências e percepções de uma interlocutora que reside na cidade a apenas três anos. Dessa forma, nos informou que não conhece totalmente a cidade, por ser recém-chegada, contudo, reproduziu em sua cartografia alguns locais significativos de seu cotidiano e suas percepções sobre os espaços públicos.

Imagem 15: Produção da Cartografia feminina dos espaços do medo, 2022.



Fonte: Grupo Focal, 2022.

Dessa forma, a colaboradora descreveu quatro recortes territoriais enquanto bairros Santanenses, sendo eles Bairro Fonte Nova, Bairro Paraisópolis, Bairro Elesbão e Bairro Hospitalidade. Dessa maneira, pontua o primeiro como precário de iluminação pública, e que por esse motivo mover-se nesse território é sentir o medo constantemente. E assim, ela descreveu nos limites territoriais entre o bairro em questão e o Bairro Paraisópolis, um campo de futebol evidenciado como pertencente ao Gênero masculino. Com isso, um espaço caracterizado como território de um grupo social, exclui outros grupos como o Gênero feminino nessa questão. Assim, no caso do campo de futebol fica evidente a segregação e exclusão de gêneros e com isso a ausência de mulheres nesse espaço, que é caracterizado como de dominação masculina.

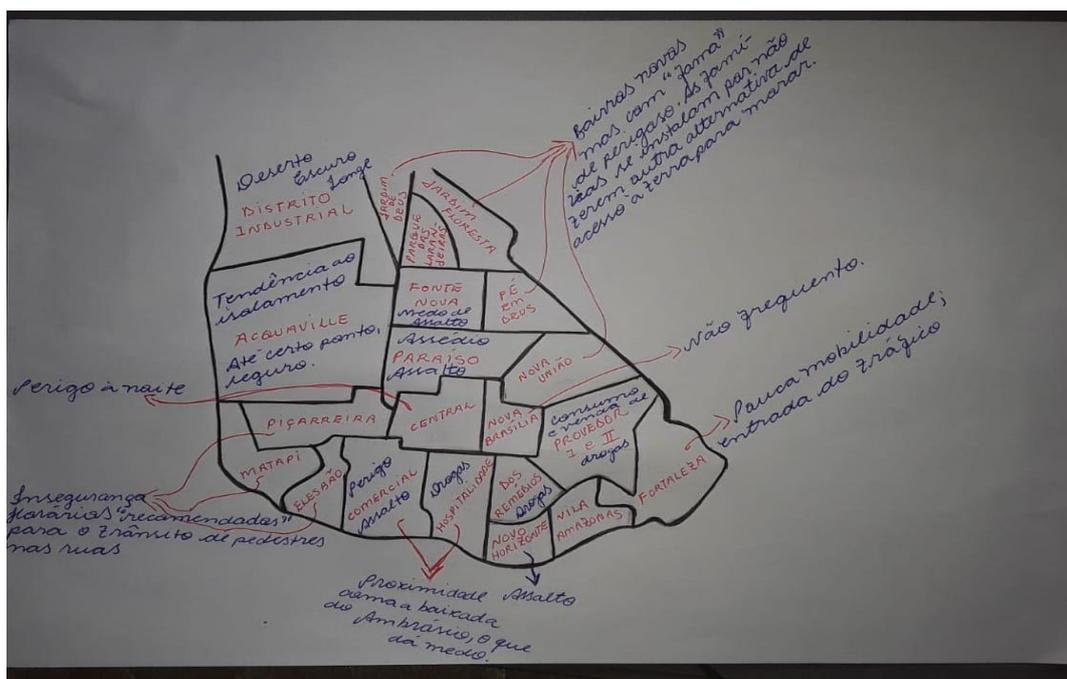
No Bairro Paraisópolis aparece a delimitação de uma avenida considerada como uma das principais da cidade e que recebe o mesmo nome do município. Assim, geralmente essa avenida é utilizada pela sociedade santanense para diversas práticas sociais como a realização de atividades físicas. Contudo, a cartografia descreve-a como espaço de medo, de assédios, roubos e, por esse motivo, evitada pela colaboradora. O bairro também apresenta a visibilidade de um espaço cotidiano de ansiedade, nervosismo, preocupações e medo. Mas, não conseguimos

identificar o que seria esse recorte territorial no espaço público da cidade, mas pelo formato da delimitação dessa figura acreditamos que seja uma praça ou um campo de futebol.

Os bairros Elesbão e Hospitalidade são descritos como espaços de medo. O primeiro por ser um território desconhecido para a colaboradora e o segundo pelos vários relatos de violências que acontecem nessa delimitação. Ambos aparentemente não estão presentes nas vivências cotidianas da interlocutora, contudo, a visibilidade deles na cartografia demonstra que são bairros que se diferenciam dos demais pelo temor que eles causam.

Diferentemente das cartografias anteriores na Imagem 09 observamos uma cartografia territorial feminina que apresenta novas informações sobre a cidade. Assim, além dos 13 bairros oficiais ela também contém a delimitação de bairros não oficiais e comunidades invisibilizadas nas cartografias anteriores. Descrevendo suas vivências na cidade e percepções sobre a violência e a insegurança nesses recortes territoriais.

Imagem 16: Produção da Cartografia feminina dos espaços do medo, 2022.



Fonte: Grupo Focal, 2022.

Nessa cartografia quatro novos bairros ganham visibilidade, Bairro Acquaville, Bairro Nova União, Bairro Jardim de Deus e Bairro Monte das Oliveiras. Os três últimos caracterizados como novos e com reputação de territórios perigosos e, assim, ela segue mencionando que as famílias que ocupam esses bairros o fazem pela falta de opções de acesso à terra para morar. Já o Bairro Acquaville, é apresentado como bairro com tendência ao isolamento devido sua organização espacial, o que é um elemento que contribui para a insegurança.

Esta cartografia que foi produzida por uma colaboradora geografa, reduz os limites territoriais dos bairros Fonte Nova e Elesbão para assim dar visibilidade aos novos bairros, comunidades e o distrito Industrial. Com isso, o Piçarreira, Matapi, Jardim Floresta e Parque das Laranjeiras ganham visibilidade e seus problemas sociais também como a falta de políticas que garantam segurança nestes espaços públicos.

O medo mais comum na cidade, para a colaboradora, é o temor por assaltos nas ruas de alguns bairros como Fonte Nova, Bairro Paraíso, Bairro Comercial e o Bairro Novo Horizonte. Assim, no Bairro Paraíso, onde mora, descreveu “assédio”, como referência a uma experiência negativa em seu cotidiano no ponto de ônibus, e nos informou que esses assédios são constantes.

Um ponto a ser destacado na cartografia feminina é a menção da comunidade da baixada do Ambrósio que se localiza entre os bairros Comercial e Hospitalidade, onde, contudo, ela não aparece no mapa. Mesmo assim, é mencionada como um território de medo e que por sua proximidade com os dois bairros citados os caracteriza como espaços de medo e drogas, favoráveis ao perigo de assaltos.

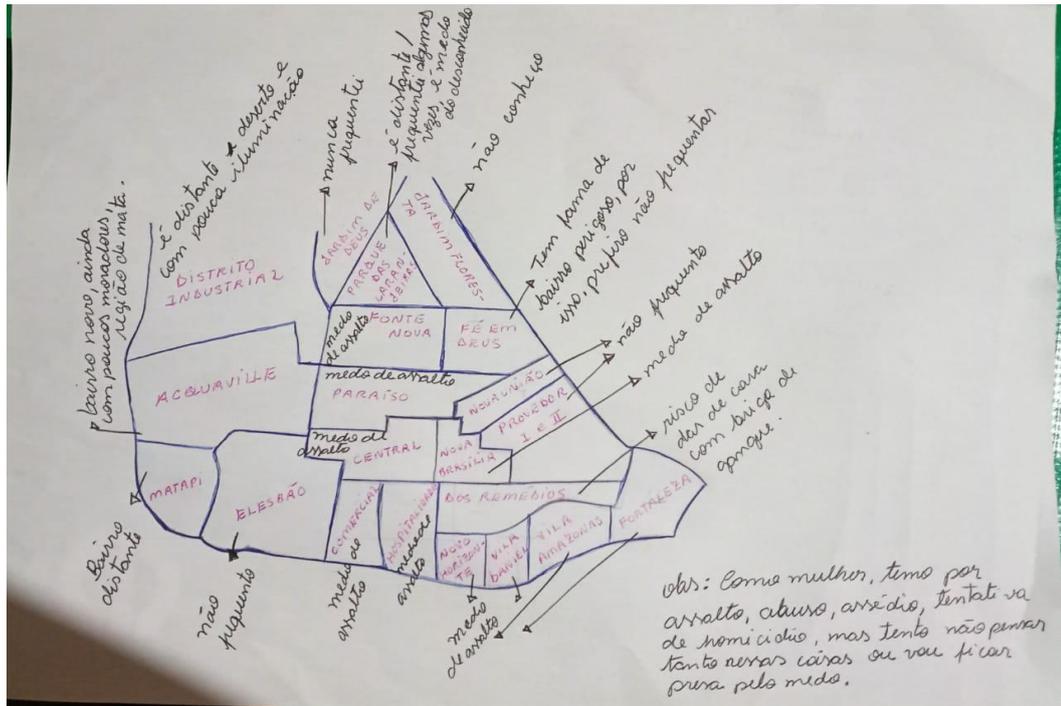
Para a colaboradora os bairros Remédios e Provedor são percebidos como territórios do consumo e venda de drogas. Contudo, no Bairro Novo Horizonte mencionado como lugar de afetividade, por fazer parte das suas vivências na cidade uma vez que o visita com frequência por ser moradia de seus familiares, o medo predominante é o de ser vítima de assaltos em suas ruas.

Na cidade dos espaços do medo representada na cartografia, o Bairro Igarapé da Fortaleza surge mapeado como espaço de pouca mobilidade e entrada do tráfico, porém a interlocutora não caracteriza a qual tipo de Tráfico se refere. E assim, o bairro Central é percebido como perigoso e por isso território temido durante qualquer horário noturno.

Assim, os recortes territoriais como Bairro Nova Brasília e Bairro Vila Amazonas são percebidos como bairros não frequentados pela interlocutora, por isso, a ausência de informações na cartografia. E por fim, o Bairro Daniel que não está presente na cartografia foi o motivo de uma mensagem da colaboradora para informar que somente após enviar a cartografia notou ausência do território.

A última cartografia social feminina da cidade do medo a ser analisada encontrasse na imagem de número 17, apresentando as percepções da cidade por um olhar do gênero feminino. Assim, a cidade se produz nessa perspectiva a partir de espaços públicos sem o amparo de políticas públicas básicas que se refletem em vários bairros como territórios de medo para mulheres Santanenses.

Imagem 17: Produção da Cartografia feminina dos espaços do medo, 2022.



Fonte: Grupo Focal, 2022.

Com isso, nesta cartografia em questão os bairros Nova Brasília, Igarapé da Fortaleza, Vila Amazonas, Daniel, Novo Horizonte, Hospitalidade, Comercial, Central, Paraiso e Fonte Nova são temidos pela colaboradora pelo medo de se torna vítima de assaltos no espaço público. Assim, eles são frequentados pela interlocutora, porém, o sentimento de insegurança e medo são constantes.

A cartografia descreve as localidades denominadas de Distrito Industrial, Matapi e Parque das laranjeiras como distantes. Dessa forma, a primeira é escura e deserta, e a última já foi frequentada algumas vezes e, assim, é caracterizada como desconhecida e por isso o sentimento de medo.

Entre os bairros e comunidades não frequentados e desconhecidos pela colaboradora estão os bairros dos Remédios, Bairro Provedor, Bairro Jardim de deus, Bairro Jardim floresta e Bairro Elesbão. E assim, por motivos de sua “fama de bairro perigoso”, a colaboradora pontua que evita o recorte territorial Fé em deus, por medo da violência.

Assim, a colaboradora do trabalho segue descrevendo como observa a cidade e seus espaços de violência e medo. E assim, acrescenta o texto que reproduz a mensagem de “que como mulher teme sofrer violências no espaço público da cidade”, contudo, evita pensar nos

muitos perigos dos quais o gênero feminino encontra-se vulnerável para somente, assim, “não se sentir presa na cidade” pelo sentimento de medo.

3.3. A mulher representada na cartografia do medo

As cartografias sociais territoriais produzidas pelo gênero feminino dos espaços do medo representaram as vivências, as experiências, percepções e concepções, das colaboradoras da pesquisa. Assim, descreveram realidades invisibilizadas e o medo individual da violência contra a mulher no espaço público que, assim, se transforma em medo coletivo do diverso grupo feminino.

Assim, a primeira observação que gostaríamos de trazer é a falta de conhecimento sobre a cidade de Santana enquanto território por parte da sociedade que habitam no município, realidade que acontece motivada pela ausência de informações sobre a cidade. Com isso, cartografar e pensar na cidade e em suas divisões territoriais não foi uma prática comum ou fácil, uma vez que não existe uma educação geográfica da sua própria realidade e as poucas informações não são de fácil acesso ao público.

Com isso, muitas das cartografias territoriais em questão, produzidas pelas colaboradoras da pesquisa foram construídas com apoio de um mapa da cidade de Santana e suas divisões em bairros que fornecemos a partir de dados do IBGE (2010). Essa falta de conhecimento do território Santanense foi um determinante para insegurança de algumas colaboradoras na hora de mapear a cidade.

Dessa maneira, foram poucas as colaboradoras do trabalho que acrescentaram a reprodução das limitações de novos bairros, aqueles que não são oficiais na legislação. A visualização da organização da cidade não está à disposição da população que, assim, se sentem inseguros para descrever a cidade na qual moram e habitam por muito tempo e a falta de conhecimento sobre o território não dá visibilidade a diversos problemas sociais existentes na cidade, e que deveriam ser conhecimento de todos para assim alcançarem soluções.

Mapa 02: Foto de Base cartografica do IBGE (2010) da cidade de Santana- AP, 2022.



Fonte: IBGE, 2022.

A falta de informação sobre os limites territoriais dentro da cidade, foi um desafio também para a nossa pesquisa como um todo. As poucas informações encontradas em sites, inclusive da prefeitura de Santana não nos apresentavam respostas para muitas perguntas e durante o trabalho de campo não obtivemos informações, como por exemplo do planejamento dos bairros da cidade.

A pandemia do Covid 19 foi um grande desafio para o trabalho de campo; contudo, a falta de informações também foi um grande obstáculo. A ausência da disponibilidade de informações reflete em uma sociedade que desconhece sua cidade e essas ausências não permitem a visibilidade do conhecimento de realidades territoriais, o que contribui para diversos problemas sociais.

No site da prefeitura da cidade, a única informação disponível é que haverá uma atualização do plano diretor para incluir 04 novos bairros, e que o total de bairros atuais são de 27. Após entrarmos em contato com a secretaria de obras públicas e serviços urbanos nos foi enviado um mapa utilizado como base para os planejamentos atuais da cidade, contudo, essas informações não estão disponíveis ao público.

Com isso, as cartografias territoriais femininas dão visibilidade a esse problema de falta de informações, a forma que a cidade está organizada não é de conhecimento da sociedade feminina Santanense. E isso se reflete na forma de se vê a cidade pois a falta de conhecimento sobre determinados espaços é favorável para a produção de reputações de espaços inseguros e do medo.

A falta de disponibilidade de informações sobre bairros e comunidades invisibiliza também o conhecimento de informações sobre o andamento da organização e elaboração de políticas públicas e direitos básicos. Com isso, as cartografias femininas territoriais representaram bem essas ausências de conhecimento geográfico sobre a cidade do medo trabalhada na pesquisa.

Um ponto que nos despertou a atenção é a visibilidade da ideia construída sobre bairros e localidades “isolados”. Alguns bairros como o Elesbão estão dentre esses bairros dados como exemplo na cartografia, o que nos possibilita compreender que esse isolamento não é geográfico, uma vez que esse bairro é localizado ao lado do principal centro da cidade.

Esse isolamento em questão é construído pela ausência de políticas públicas básicas que facilitem o fluxo de pessoas e veículos no espaço público. Assim, a falta de iluminação pública a noite, a má qualidade de asfaltos, falta de segurança, mobilidade e desertização das ruas dificultam o acesso e a saída de pessoas desses territórios, o que contribui para esse afastamento social.

Figura 18: Bairros de Santana-AP e sua produção física do medo, 2022.



Fonte: BARBOSA, 2022.

As imagens apresentam três ruas de bairros diferentes, Bairro Vila Amazonas e Bairro Elesbão, porém com os mesmos problemas sociais. Esses territórios são descritos nas cartografias territoriais femininas como desertos e perigosos, assim, ao acompanharmos essas imagens é perceptível o motivo de serem territórios do medo feminino, uma vez que a desertificação facilita as ações de crimes sexuais contra mulheres.

Nas imagens os quarteirões são longos e tomados por muros altos ou vegetações, são locais de vulnerabilidade feminina em todos os horários. Durante a noite a situação se torna mais assustadora para mulheres em consequência da falta de iluminação pública e mesmo assim elas precisam trafegar cotidianamente enfrentando os perigos de ser mulher em espaços públicos do medo.

Um fato importante nos chamou atenção em uma cartografia que foi a relação entre policiamento e segurança. No questionário encontramos um depoimento que diz que “não confia na polícia” que é o nosso principal meio de garantir segurança socialmente e na cartografia da imagem 09, a uma representação de um bairro com policiamento, porém não caracterizado como “seguro”, o que nos leva ao ponto que o policiamento não garante a proteção da mulher em espaços públicos.

Pois o problema da insegurança do gênero feminino é referente a estrutura da sociedade machista e patriarcal, estrutura que a falta de iluminação pública facilita a violência contra mulher e a presença desse serviço não protege dela. E o motivo de mulheres como a colaboradora Catarina não confiarem nesse serviço público de segurança é o fato de o gênero masculino ser predominante.

A presença de mulheres em viaturas policiais traz segurança a outras mulheres que precisam desse serviço. Essa realidade acontece uma vez que os órgãos de segurança do estado seguem a perspectiva do sistema patriarcal, inferiorizando mulheres e as culpabilizando, assim, quem deveria proteger acaba por sendo motivo de temor e medo feminino.

As colaboradoras da pesquisa relataram a falta de confiança e o medo de constrangimentos ao procurar a delegacia da mulher para fazer denúncias contra violências sofridas no espaço público. Observamos que durante a pandemia esse processo de denuncia tornou-se ainda mais complicado uma vez que esse órgão teve suas atividades limitadas, assim, presenciamos durante o trabalho de campo, mulheres saírem desses lugares desapontadas ao não conseguirem realizar denúncias.

As falas sobre o medo da insegurança na cidade estavam na maioria das falas das colaboradoras da pesquisa e muitas destacaram suas experiências de violências e constrangimentos no transporte público que liga a cidade de Santana e a capital Macapá. As condições precárias dos ônibus oportunizam criminosos a praticarem violências sexuais contra o gênero feminino. Com a superlotação mulheres se tornam vulneráveis a esses crimes, pois possibilita que assediadores e abusadores se aproximem com a desculpa da falta de espaço.

Imagem 19: Reportagens com comentários de rede social, 2022.

santanadoamapa.blogspot.com

Estudante fica gravemente ferida após cair de ônibus em movimento

Em uma semana, dois assaltos ocorreram em ônibus que fazem a linha intermunicipal Macapá-Santana, fato que vem preo... Ver mais

santanadoamapa.blogspot.com

Na rota intermunicipal, passageiros relatam a sensação de insegurança: "Viagem com medo"

Não é de hoje que isso ocorre, só ainda não tinha sido nada grave, lembro bem quando ainda estava na faculdade, certa vez o motorista parou na parada nem esperou eu subir direito já foi saindo e fechado a porta do ônibus, tiveram que gritar pra ele parar. Essa empresa de transporte que faz a linha Macapá Santana tá tão sucateada e ninguém faz nada os políticos estão tudo de

Superfã

E pior que ninguém faz nada com relação a nossa segurança, tanto faz ser no terminal, em paradas do ônibus, quanto dentro dos ônibus a sensação é de medo. 😞😞

1 d Curtir Responder

Superfã

Meu Deus tenho usado esses ônibus com muito medo eu sei que está ficando perigoso o povo já vive com medo Jesus.

1 d Curtir Responder

Por isso só ando de lotação. Rapidez, conforto e segurança..

1 d Curtir Responder

Uma vez tinha acabado de sair do hospital com a minha filha que ainda era bb de colo que tava internada peguei o ônibus o motorista mal esperou eu subir com a minha filha e ja foi fechando a porta a minha perna ficou presa na pprta e acabei caindo com a minha filha ele so parou por que o cobrador começou a gritar graças a Deus não acontece nada de

Fonte: Santanadoamapá.blogspot.com, 2022.

São vários os motivos de reivindicações sobre transporte coletivo que liga as duas cidades mais populosas no Amapá. São numerosos os comentários de experiências femininas vivenciadas de insegurança e medo, como nas matérias recortadas de um blog que reporta casos que mostram realidades de temor ao transporte público que afetam a mobilidade de todos os grupos.

Casos como esse da estudante que desabou do ônibus em movimento, no momento de seu desembarque após o veículo ter “arrancado” da parada, deixando-a gravemente ferida, não são raros de acontecer na cidade. Pois a partir desses comentários na matéria percebesse que muitas mulheres de Santana já tiveram ou presenciaram experiências como essas e a sensação de medo pois na maioria das vezes não há punição para os responsáveis.

O número recorrente de assaltos dentro desses transportes coletivos, informados por jornais e outros meios de comunicações locais é preocupante, principalmente para mulheres que precisam voltar para casa no turno da noite. Assim, a questão da mobilidade urbana para

mulheres Santanenses é um grande desafio, pois, o medo é constante uma vez que a falta de segurança é uma realidade perversa.

Em diversos pontos da cidade existem a precariedade das ruas, com calçadas, asfalto e sinalização deterioradas. A ausência de uma boa estrutura arquitetônica da cidade, como citado anteriormente, contribui para a produção de uma cidade insegura para as mulheres em seus cotidianos. como mostra as fotos a seguir:

Imagem 20: Espaço públicos da cidade de Santana, 2022.



Fonte: Barbosa, 2022.

As fotos representam 04 bairros da cidade, citados pelas colaboradoras da pesquisa que são eles: Bairro Elesbão, Bairro Igarapé da fortaleza, Bairro Novo Horizonte e Bairro Vila Amazonas. Assim, as quatro representações dão visibilidade a ruas sem sinalizações e a degradação do asfalto, problemas que durante a noite se somam a escuridão, causada pela ausência de iluminação pública, elementos destacados nas falas das colaboradoras da pesquisa.

Diversos espaços públicos da cidade de Santana possuem essas mesmas características e estão presentes cotidianamente nos trajetos das Santanenses. E assim, crianças, idosas, grávidas, cadeirantes e outros grupos com mobilidade reduzida encontram-se em situação de dificuldade ao realizar esses trajetos, pois os buracos nas ruas, além de dificultar a mobilidade, aumentam o perigo de acidentes de trânsito.

E todos esses elementos que apresentamos aqui estavam presentes nas descrições das interlocutoras da pesquisa, como elementos causadores da insegurança e do medo feminino. E vivenciar cotidianamente essas realidades sociais permitiram que a cidade pudesse ser reproduzida pelas cartografias femininas possibilitando a visibilidade a esses problemas que precisam ser solucionados através de políticas públicas, pois eles colaboram para a produção de espaços do medo.

As pessoas constroem o sentido de espaço, não somente pela atividade consciente do pensamento teórico, mas, sobretudo pelo conhecimento intuitivo do espaço que passa a ser expresso. Ao criar as formas do mundo, estabelece sentidos que expressam o cultural e o social, produtos de seu entendimento sobre o espaço vivido, percebido, sentido, amado ou rejeitado. (KOZEL, 2013, p.64).

Assim, as cartografias descreveram os espaços a partir da concepção de cada colaboradora. As vivências na cidade são experiências pessoais, cada mulher observa e sente de várias maneiras o mesmo lugar, assim territórios do medo para algumas, foram lugares de segurança para outras, os lugares têm vários significados, e mesmo com esses vários significados, alguns se caracterizavam em comum pelo sentimento de insegurança e medo feminino.

As experiências de violência alteram a forma que as mulheres percebem a cidade, para aquelas que precisam dos serviços públicos, como transporte a cidade é percebida de forma mais insegura. Contudo, as ruas escuras, desertas e com diversas crateras, rachaduras e mato alto, são o temor de mulheres que possuem veículos próprios, pois se precisarem parar ou diminuir a velocidade, podem se tornar alvos de diversos tipos de crimes e violências.

. Para as que possuem e fazem uso de transporte particulares a sensação de insegurança é “mais sutil”, uma vez que não precisam esperar em paradas de ônibus ou caminhar por ruas desertas e sem iluminação pública à noite. Ou passar por situações de violências, constrangimentos e perseguições, que acontecem dentro desses veículos públicos que trafegam na cidade do medo.

Alguns problemas sociais na cidade como na sua arquitetura parecem ser bem perceptíveis para todas, como a questão da falta de segurança e iluminação pública. Estes elementos estiveram presentes na maioria das cartografias apresentadas, configurando espaços em comuns do medo na cidade de Santana.

As cartografias femininas descreveram várias percepções, diversas formas de ver e observa e o sentimento que se diferenciavam de acordo com as diversas experiências de vivências urbanas. Dessa forma, a rotina cotidiana influenciou na descrição e com isso deram visibilidade a diferentes elementos que contribuem para a produção de espaços do medo para a mulher.

Não podemos esquecer que os mapas são representações planas e reduzidas da superfície terrestre ou de parte dela, com uma síntese de informações apresentadas por meio de um conjunto de símbolos. Com as informações obtidas, é possível conhecer e conceber os vários lugares existentes na terra e territorializá-los, ou seja, o mapa territorializa os registros dos documentos. (CASTELLAR; VILHENA, 2022, p. 28).

A cidade de Santana como território de facções e comércio ilegal de drogas é uma realidade assustadora para as colaboradoras. Vários bairros foram citados como territórios faccionários e de drogas, elementos que contribuem para o sentimento de insegurança de diversos grupos, inclusive das mulheres que os descreviam.

O sentimento de insegurança aparece interligado a visibilidade da ausência de políticas de segurança pública. Em alguns bairros houve a descrição de que são territórios de facções e drogas e, assim, dominados por grupos que disputam poder nessas extensões. Dessa forma, classificados como “não seguros”, realidade que parece estar bem presente no cotidiano de algumas colaboradoras.

Assim, ao descrever suas vivências e percepções nas cartografias femininas da cidade as colaboradoras contribuíram para a compreensão da organização territorial do medo feminino. Uma vez que suas representações deram visibilidade a realidades de quem sente na pele o sentimento de medo da insegurança urbana em espaços do medo.

As cartografias femininas trouxeram descritas as experiências vividas na cidade e retratam o olhar de como as colaboradoras veem a cidade e como se veem nela. Descreveram seus sentimentos e reproduziram suas falas nesses mapas e se colocaram como produtoras de suas espacialidades e, assim, usando sua autonomia cartográfica para dar visibilidade ao que não é visível nos espaços naturalizados do medo.

4 CONCLUSÕES

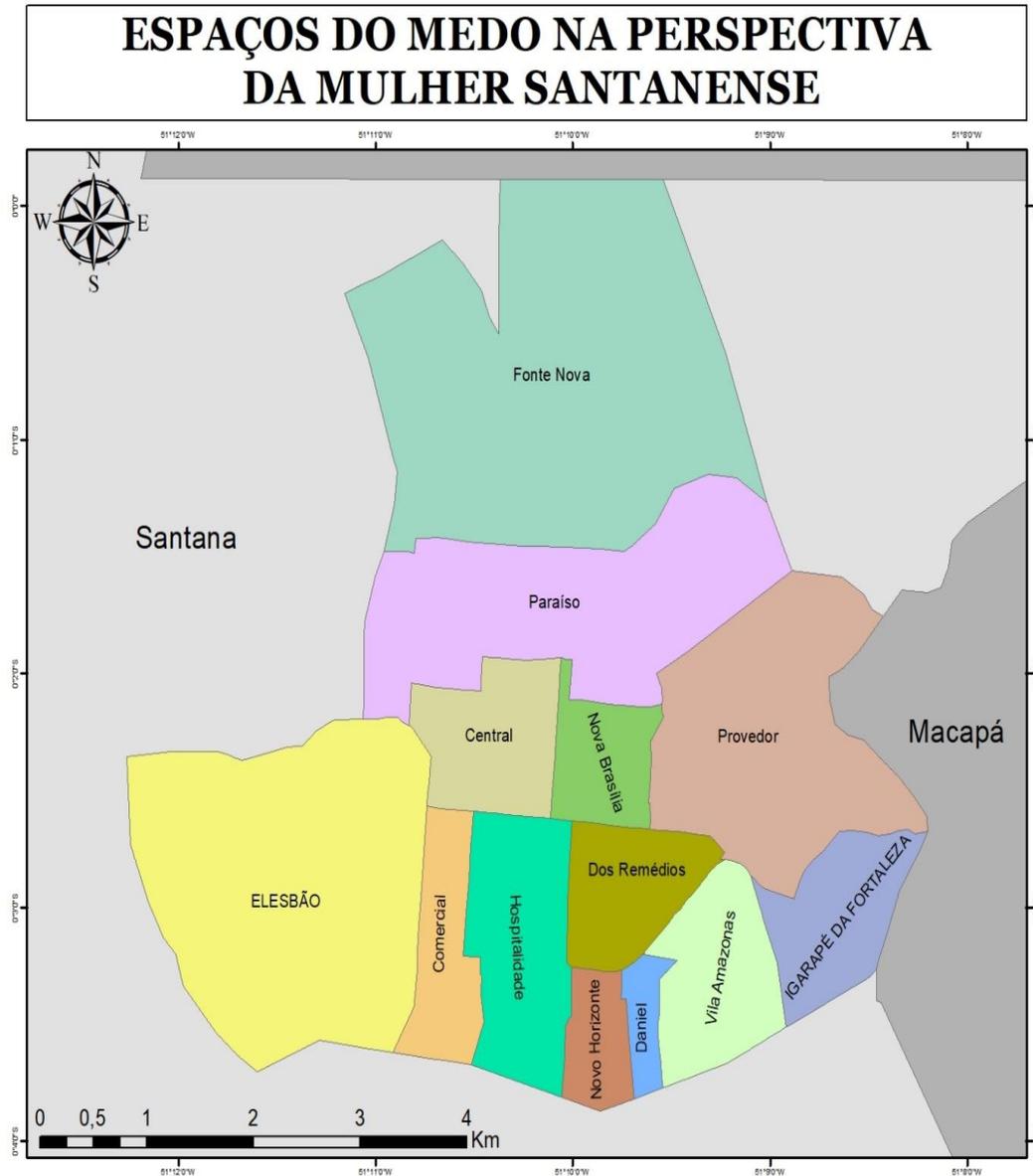
O presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo dissertamos sobre questões a respeito do contexto da produção de espaços do medo nas extensões públicas da cidade de Santana-AP. E, dessa forma, tornou-se evidente o machismo como principal elemento e instrumento de manutenção de relações de poder que oprimem mulheres em territórios de violência. No segundo capítulo, discorremos acerca de elementos da cartografia social enquanto instrumento de representação do diverso grupo feminino e, assim, compreendemos como a cartografia produzida por mulheres se torna um poderoso instrumento de representação das vivências cotidianas de mulheres. Por último, apresentamos dados coletados a partir do grupo focal, formado por colaboradoras santanenses, questionário e produção de cartografias. Nesse sentido, analisamos a importância da visibilidade de realidades de violência, opressão, exclusão, preconceito e medo, para o combate e luta pelo direito à cidade, à liberdade e à igualdade nos espaços públicos.

Dessa forma, o trabalho identificou o machismo como principal elemento de produção de territórios do medo, somado a questões materiais arquitetônicas da cidade. Compreende-se que o cotidianamente do gênero feminino santanense é alvo de preconceitos e violências que às colocam em situação de insegurança e medo, com isso, limitadas ao uso do espaço público da cidade. O machismo gera o espaço do medo ao influenciar violências e opressões que são naturalizadas em espaços do medo feminino.

Assim, através dos resultados da pesquisa consideramos que existe a necessidade de elaboração de políticas públicas direcionadas para o combate contra culturas opressoras que inferiorizam grupos, colocando-os em posições de alvos da violência e dos preconceitos. Na cidade de Santana-AP muito se fala sobre o combate à violência nos espaços privados; contudo, ainda naturalizam violências e mortes de mulheres no espaço público. Diante disso, evidenciamos a importância da transformação, não somente das estruturas precárias da cidade, mas também da educação de uma sociedade que segue padrões machistas.

As cartografias deste trabalho mapearam o que em outros mapas não está delimitado: as vivências e percepções das moradoras da cidade. Elementos esses que produzem o medo, foram marcados dentro da cidade dando visibilidade aos espaços de temor e realidades de insegurança refletidos por diversas ausências de políticas públicas e planejamento urbano que desconsidera tais opressões. Dessa forma, apresentamos a seguir um mapa que foi produzido a partir da coleta de dados das cartografias das mulheres de Santana.

Mapa 03: Espaços do Medo na Perspectiva da Mulher Santanense, 2022



LEGENDA

<p> Central: insegurança a noite, ruas escuras, desertização, assédios e assaltos.</p> <p> Comercial: insegurança dia e noite, assédios e assaltos</p> <p> Daniel: desertização e assaltos.</p> <p> Dos Remédios: insegurança, drogas e conflitos de gangues.</p> <p> Elesbão: ruas escuras e desertas, riscos de diversos tipos de violência como assaltos, assédios, homicídios.</p>	<p> Fonte Nova: inseguro, ausência de iluminação pública a noite, território de conflito de facções, drogas, Roubos e assaltos.</p> <p> Hospitalidade: insegurança dia e noite, violência, drogas e assaltos.</p> <p> Igarapé da Fortaleza: assaltos, ruas desertas e escuras, dificuldade de mobilidade.</p> <p> Nova Brasília: ruas desertas e sem iluminação pública, território de drogas, assaltos, roubo e morte.</p> <p> Novo Horizonte: violento, assédios, assaltos</p>	<p> Paraiso: Inseguro, ruas escuras e com buracos, assédios, roubos, assaltos, drogas.</p> <p> Provedor: Território de drogas, violência e assaltos.</p> <p> Vila Amazonas: ruas escuras e desertas, assaltos</p>
---	---	--

Informações Técnicas
 Sistema de Coordenadas Planas
 Datum SIRGAS 2000
 Projeção UTM
 Fonte, IBGE, 2019
 Elaboração: Edivan Silva, 2022
 Organização: Jesiane Barbosa

Fonte: produção da pesquisadora, 2022.

O mapa apresenta os espaços do medo em uma perspectiva da mulher Santanense. Este, foi criado considerando como base as dez cartografias analisadas no trabalho. Sendo assim, possibilita a visibilidade dos elementos descritos pelas colaboradoras de uma forma geral, permitindo que se observe a cidade e seus bairros por uma perspectiva da mulher habitante da cidade. Desta forma, pontuamos que este é o primeiro mapa produzido por mulheres que moram em nos espaços do medo.

O desenvolvimento do trabalho ocorreu em meio a um período caótico, contexto pandêmico, o que impossibilitou uma proximidade maior com as nossas colaboradoras e com mais interlocutoras compreendendo que o grupo feminino é diverso. Também esperávamos acompanhar todo o processo de produção das cartografias, mas devido ao referido contexto não foi possível. Com isso, esperamos que nosso trabalho contribua como referencial para outras pesquisas, caminhando para além dos nossos limites.

Os estudos de gênero dentro da geografia são chaves importantes para compreensão da produção de espaços. Compreender através das cartografias sociais as diversas formas de espacialidade é essencial para buscar de transformações sociais e, assim, também, contribuindo com os estudos da geografia feminista na apropriação de espaços.

Os espaços do medo são uma perspectiva do gênero feminino e este grupo, na cidade de Santana-AP, é plural e desarraigado. O machismo está inserido em diversas extensões sociais que inferiorizam mulheres e naturalizam opressões. Assim, as violências que acontecem com esses grupos em espaços públicos são invisibilizadas e naturalizadas até mesmo pelos oprimidos. Mas mesmo diante a ausência de informações e em meio a lutas cotidianas constantes, há resistência de mulheres que compreendem que tais realidades de medo podem ser transformadas e, assim, dando lugar à espaços de luta e liberdade.

REFERÊNCIAS

A carta Mundial pelo Direito à cidade. 2004/2005. Disponível em :05 fevereiro de 2022. <http://normativos.confea.org.br/downloads/anexo/1108-10.pdf>.

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. Cartografias Sociais e Território/ Henri Acselrad (org). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nunez. Cartografias sociais e território- um diálogo latino-americano. Cartografia Social, terra e território/ Henri Acselrad (org). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito a cidade, cidade para todos e estrutura sociocultural urbana. **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**/ organizadores: Marco Aurélio Costa; Marcos Thadeu Queiroz Magalhães; Cesar Buno Favarão. – Brasília: Ipea, 2018.

ASCHIDAMINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. Grupo Focal – Estratégia Metodológica Qualitativa: um ensaio teórico. *Cogitare Enferm.* 2004.

BERTH, Joice. Empoderamento/Joice Berth. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade/Judith butler; tradução de Renato de Aguiar. 16 ed. –Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 20018.

BUTLER, Judith. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violencia. Traducido por: Fermín Rodríguez ed. - Buenos Aires: Paidós, 2006.

BRASIL, **Lei 10.257 de 2001**. Presidência da República. Casa Civil, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acessado em: 16 jan 2022.

BRASIL, **Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988**. Senado Federal. Mesa Diretora, Biênio 2013/2014.

CAMPO, Mayã Pólo de; SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 37-50, jul-dez, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CARVALHO, Andréa Freire de; NASCIMENTO, Yasmim de Farias; SOARES, Maria José Nascimento. O MÉTODO FENOMENOLÓGICO DE EDMUND HUSSERL. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristovão-SE, 2012. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10114/13/12.pdf> >.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de geografia/ Sônia Castellar, Jerusa Vilhena**. Coleção Ideias em Ação/ Coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho. São Paulo: Cengage, 2022.

CRAMPTON, Jeremy w.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. *Cartografias Sociais e Território/ Henri Acselrad (org)*. Rio de janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. Machismo Hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções de homens e de mulheres. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública**. Org. Gustavo Venturi e Tatau Godinho. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2013.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: Espaço, Cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Disputas entre facções criminosas elevaram número de assassinatos em Santana em 2021. Globo.com g1 Amapá. Macapá, 16/ 02 /2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/02/16/disputa-entre-faccoes-criminosas-elevaram-numero-de-assassinatos-em-santana-em-2021.ghtml>. Acesso em: 11 de jun. 2022.

Estudante fica gravemente ferida após cair de ônibus em movimento. Santana Do Amapá, 18/ 05/2022. Disponível em: <https://santanadoamapa.blogspot.com/2022/05/estudante-fica-gravemente-ferida-apos.html?sref=fb&fbclid=IwAR1VUestmJPi03o2MK6icGJbE4QTuPgUbiZdHXemhAbN5m1MS2Hm0ZZwIM>. Acesso em: 11 de jun. 2022.

FIGUEIRED, Fabiana. Macapá e Santana aparecem entre as 100 cidades mais violentas do país em 2016. Globo.com g1 Amapá. Macapá, 18/ 06/ 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/macapa-e-santana-aparecem-entre-as-100-cidades-mais-violentas-do-pais-em-2016.ghtml>. Acesso em: 11 de jun. 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Paz e terra, ed. 78, 2019.

FREITAS, Lúcia dos Santos Ferreira de; GONÇALVES, Eliane. Corpos Urbanos: direito à cidade como plataforma feminista. Cadernos pagu, 2021.

GALETTI, Camila Carolina Hildebrand. Direito a cidade e as experiências das mulheres no espaço urbano. 41º Encontro Anual das Anpocs. Caxambu, 2017.

GUEDES, Brena Kécia Sales; Gomes, Flâmela Kevylla Silva. Violência Contra a Mulher. 2014. Disponível em: <https://ww2.faculdadescearenses.edu.br/revista2/edicoes/vol7-1-2014/artigo12.pdf>

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. Universidade de Brasília, Brasília/ DF, Brasil. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/santana/panorama>. Acesso em: 09 de jun. 2022.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. Atlas da violência 2020. Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>. Acesso em: 24 de Jun. 2022.

JIMÉNEZ, Juliana Toro; SIERRA, María Ochoa. Violencia de género y ciudad: cartografías feministas del temor y el miedo. Sociedade y economía, 65-84. 2016.

Jovem de 20 anos é morta a facadas no Amapá; autor do crime fugiu e polícia procura ex namorado da vítima. Globo.com g1 Amapá. Macapá, 31/ 08 /2020. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/07/31/jovem-de-20-anos-e-morta-a-facadas-no-ampa-ex-namorado-e-considerado-autor-do-crime>. Acesso em: 11 de jun. 2022.

KOZEL, Salete. Comunicando e Representando: mapas como construções socioculturais. Geograficidade, 2013.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. – São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVY, Jacques. Uma virada cartográfica?. Cartografias Sociais e Território/ Henri Acselrad (org). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

LIMA, Marcos Vinícius da Costa; COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/ Quilombolas da Amazônia**. Revista Geografares, n° 12, p. 76-113, 2012.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade/Doreen Massey**; tradução Hilda Pareto Maciel, Rogerio Haesbaert. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Mulher é morta a tiros na frente de estabelecimento comercial em Santana, no AP. Globo.com g1 Amapá. Macapá, 23/ 02/ 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/02/23/mulher-e-morta-a-tiros-na-frente-de-estabelecimento-comercial-em-santana-no-ap>. Acesso em: 21 de abril de 2022.

Mulher é encontrada morta em estado de decomposição em Santana. Diário. 16/ 08/ 2021. Disponível em: <http://diariodoamapa.com.br/cadernos/policia/mulher-e-encontrada-morta-em-estado-de-decomposicao-em-santana/>. Acesso em: 11 de jun. 2022.

Mulher é morta com facadas e pauladas no bairro Fonte Nova, em Santana. Diário. 25/02/2018. Disponível em: <http://diariodoamapa.com.br/cadernos/policia/mulher-e-morta-com-facadas-e-pauladas-no-bairro-fonte-nova-em-santana/>. Acesso em: 10 de março de 2022.

Na rota intermunicipal, passageiros relatam a sensação de insegurança: “viajo com medo”. Santana Do Amapá, 16/ 05/2022. Disponível em: <https://santanadoamapa.blogspot.com/2022/05/na-rota-intermunicipal-passageiros.html?spref=fb&fbclid=IwAR0xjKFyRCewqvpH2v1G76ysHYY3dtnPcmChKjde dvGGgJFjqHDYBYos7M>. Acesso em: 11 de jun. 2022.

NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli. (orgs.). **Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

NOVAES, Elizabete David. Entre o Público e o Privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história. História e Cultura, Franca, v. 4, n. 3, p. 50-66, dez. 2015

OLIVEIRA, Rayssa Medeiros de. O patriarcado, o machismo e a violência psicológica contra a mulher. UniCEUB, Brasília, 2020.

Pedreiro é denunciado pelo MP por matar jovem encontrada nua e estrangulada, no AP. globo.com g1 Amapá, Macapá, 31/ 08/ 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/07/31/pedreiro-e-denunciado-pelo-mp-por-matar-jovem-encontrada-nua-e-estrangulada-no-ap>. Acesso em: 11 de jun. 2022.

PEREIRA, E G B; PONTES, V S; RIBEIRO, C H de V; SAMPAIO, T M V. Os estudos de gênero e masculinidade e seus reflexos para a Educação Física. R. bras. Ci. e Mov 2015;23(1):146-156.

PEDROZA, Regina Lucia; GUIMARÃES, Maisa Campos. Violência Contra a Mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2015.

Instituto DataSenado, Observatório da Mulher contra a Violência. Pesquisa DataSenado: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Novembro/2021. Senado Federal, 2021. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/enquetes/publicacaodatasenado?id=violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2021>

PINTO, Gabriela Angelo. Mulheres, favelas e direito á cidade: espacialidades, subjetividades e r-existências na cidade do rio de janeiro. XIII ENANPEGE. A Geografia Brasileira na Ciência-Mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. São Paulo, 2019.

Plano Diretor Participativo de Santana – AP. Lei complementar n° 002/2006 – PMS. Santana, 2026.

Prefeitura de Santana define minuta de Convênio com Unifap para atualização do Plano Diretor. Prefeitura Municipal de Santana, 08/ 05/ 2022. Disponível em:

<https://www.santana.ap.gov.br/prefeitura-de-santana-define-minuta-de-convenio-com-unifap-para-atualizacao-do-plano-diretor/>. Acesso em: 13 de abril de 2022.

RATTS, Alex; COSTA, Benhur Pinós da; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Susana Maria Valeda da. Geografia e diversidade: Gênero; sexualidades; etnicidades e racialidades. Revista da Anpege p.229-244, v. 12, n.18, especial GT anpege, 2016.

SAMPAIO, Letícia; FRANÇA, Lauro. **As relações de gênero aplicadas à análise socioespacial:** como a construção cultural no espaço urbano aprisiona as mulheres. anais do 2º workshop de geografia cultural: Da cultura material ao simbolismo cultural 24 e 25 de junho de 2015, Alfenas-MG.

SANTOS, Dorival dos. Cartografia Social: O estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. InterEspaço. Grajáú, MA. 2016.

SEEMANN, Jorn. Histórias da Cartografia, Imersão em Mapas e Carto-Falas: métodos para estudar culturas cartográficas. Grafias do espaço: imagens da educação geográfica contemporânea/ Valéria Cazetta e Wenceslão M. de Oliveira Jr., orgs – Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

SEEMANN, Jorn. Tradições Humanistas na Cartografia e a Poética dos Mapas. QualEspaçoLugar. 2012.

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos:** geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Ana Flávia dos Santos e. Sindicato do Crime: a ascensão das facções criminosas e a falência da segurança pública no Brasil. Goiânia- GO, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1437/1/TC2-C01-ANA%20FL%C3%81VIA-ARTIGO%20CIENT%C3%8DFICO-202101%20-%20OFICIAL>

SILVA, Joseli Maria. Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial / organização Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Joseli Maria Silva. Ponta Grossa. Toda palavra, 2011.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades / organizadora Joseli Maria Silva. -- Ponta Grossa, PR : TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades / organizadora Joseli Maria Silva. -- Ponta Grossa, PR : TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Joseli maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. Geografias subversivas : discursos sobre espaço, gênero e sexualidades / organizadora Joseli Maria Silva. -- Ponta Grossa, PR : TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Susana Maria Valeda da. **Geografia e Gênero/ Geografia Feminista, o que é isto?**. Boletim Gaúcho de Geografia. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>, Acesso em: 01 de maio de 2020. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Março, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os Conceitos Fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. – 5ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SUMI, Camilla Massola. A cidade na perspectiva do Gênero: as políticas públicas urbanas 1990- 2015 em São Paulo/ SP. Campinas/SP. 2018.

TUAN, Yi-fu. **A cidade**: sua distância da natureza. Geograficidade v.3, n.1, verão 2013.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e Lugar**: a Perspectiva da Experiência. Londrina- PR. Eduel, 2013.
TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Universitária é morta ao ser esfaqueada na saída de bar em Santana, no AP.globo.com g1 Amapá, Macapá, 09/ 04/ 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/universitaria-e-morta-ao-ser-esfaqueada-na-saida-de-bar-em-santana-no-ap>. Acesso em: 03 de Março de 2022.

VALLEJO, Sara E. Ruiz; PIMENTEL, Susana Ruiz. Machismo Misoginia patriacado una reflexion desde la terapia narrativa. Revista de Psicologia: procesos psicológicos y sociales, 2015.

VISENTIN, Patrícia Menezes. **Corpo e sexualidade feminina: normatividades e subjetividades subversivas**. Mulheres, desigualdade e meio ambiente/ org. FERRI, Caroline; Ana Maria Paim Camardelo, Mara de Oliveira. – Caxias do Sul, RS: Educus, 2017.

ZAPATA, María Isabel Pineda. Apropiações de los lugares del miedo y la memoria: percepciones de las mujeres de la Comuna 1, Medellín, Colombia. *Perspectiva Geográfica*, 2018.